

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MANOELA CHALÁ DA SILVA MILAN

OS REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (1989-2011)

Sant'Ana do Livramento
2024

MANOELA CHALÁ DA SILVA MILAN

REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (1989-2011)

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador (a): Prof. Dr. Rafael Balardim

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M637r Milan, Manoela
Os reflexos do neoliberalismo no processo de integração
latino-americana (1989-2011) / Manoela Milan.
94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.
"Orientação: Rafael Balardim".

1. América Latina. 2. Consenso de Washington. 3.
Neoliberalismo . 4. Integração. I. Título.

MANOELA CHALÁ DA SILVA MILAN

REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (1989-2011)

Trabalho de Conclusão apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Fundação Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 27 de novembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Balardim
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt
(UNIPAMPA)

Rogério Pacheco Bras

*Dedico este trabalho ao meu querido pai, Magno que mesmo não estando mais fisicamente presente foi uma grande fonte de inspiração. Seu apoio incondicional e suas palavras de encorajamento sempre foram essenciais para que eu seguisse em frente e jamais desistisse dos meus sonhos.
Com eterna gratidão e saudade.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pampa, por proporcionar uma educação pública de qualidade, desde a excelência dos professores, a infraestrutura e os recursos oferecidos foram fundamentais para o meu crescimento. Sou imensamente grata por fazer parte de uma instituição que, com seu compromisso com a educação pública, forma cidadãos críticos e preparados para contribuir com a sociedade.

Aos professores e funcionários da instituição que com seu trabalho incansável e dedicação fazem a instituição ser um centro de excelência educacional, em especial ao meu orientador Professor Dr. Rafael Balardim que sempre foi um grande incentivador e amigo durante esses longos anos de Relações Internacionais, suas incríveis aulas de história e esquemas de aprendizagem sempre serão especiais e inesquecíveis.

À minha família, meu mais profundo agradecimento por todo amor, incentivo e apoio incondicional ao longo de toda trajetória, por acreditarem e transmitirem a mim, a crença na educação, que através desta conseguimos conquistar nossos sonhos e objetivos.

Por fim, gostaria de agradecer aos amigos que fizeram parte desta caminhada, Ana Maria, Anna Paula, Bruno, Julia, Juliana e Marcela. Obrigada por tornarem o ambiente acadêmico mais leve e prazeroso, é lindo ver a amizade transcender a sala de aula e regiões, permanecer no coração, nas conquistas e nos demais momentos da vida.

RESUMO

O neoliberalismo, é considerado uma reação ao arranjo social-econômico iniciado após a crise de 1929 e consolidado após a Segunda Guerra Mundial, também visto como uma tentativa de romper com o modelo keynesiano, isto é, aquele modelo de Estado interventor, alegando que o Estado ao intervir demais, retira a liberdade das ações econômicas principalmente no que diz respeito à livre iniciativa privada. As ideias do neoliberalismo ganham corpo principalmente com a reestruturação dos anos 1970 e também com os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, mas é com as deliberações do FMI, Banco Mundial e do Tesouro norte-americano em 1989 através do Consenso de Washington que de fato, este modelo ganha força no mundo. O fato é que a partir de suas ações, o neoliberalismo garante muito mais poderes aos países desenvolvidos e as grandes corporações e na América Latina não foi diferente, a política neoliberal aprofundou a dependência e vulnerabilidade da região atingindo suas iniciativas de integração. O período que compreende o Consenso de Washington (1989) até a fundação da Celac (2011) destaca o auge e o declínio do neoliberalismo, suas investidas e resistências na América Latina, principalmente no que diz respeito para com a integração latino-americana, esta fruto da relação de países que possuem o objetivo comum de promover a cooperação e desenvolvimento regional. Podemos destacar alguns aspectos importantes sobre esse processo de integração, como a existência de vários blocos regionais (Mercosul, Aliança do Pacífico, Comunidade Andina, entre outros), a busca do livre comércio, com a eliminação de tarifas e barreiras comerciais, a cooperação financeira traduzida pelo Banco do Sul e o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, além da adoção de políticas comuns em áreas importantes como agricultura, energia, infraestrutura e meio ambiente. Entretanto existem muitos desafios como a falta de convergência econômica entre os países, a assimetria nas relações comerciais e a instabilidade política em países latino-americanos.

Palavras-chave: América Latina; Consenso de Washington; neoliberalismo; integração

RESUMEN

El neoliberalismo es considerado una reacción al arreglo socioeconómico iniciado tras la crisis de 1929 y consolidado tras la Segunda Guerra Mundial, visto también como un intento de romper con el modelo keynesiano, eso es decir que aquel modelo del Estado interventor quita la libertad de acción económica, especialmente en lo que representa a la libre iniciativa privada. Las ideas del neoliberalismo toman forma principalmente con la reestructuración de los años 1970 y también con los gobiernos de Margaret Thatcher en el Reino Unido y Ronald Reagan en los Estados Unidos, pero es con las deliberaciones del FMI, el Banco Mundial y el Tesoro de los Estados Unidos en 1989 mediante el Consenso de Washington que, de hecho, este modelo ganó fuerza en el mundo. Lo cierto es que con sus acciones el neoliberalismo garantiza mucho más poder a los países desarrollados y a las grandes corporaciones y en América Latina no fue diferente, la política neoliberal profundizó la dependencia y vulnerabilidad de la región, alcanzando sus iniciativas de integración. El período que abarca el Consenso de Washington (1989) hasta la fundación de la Celac (2011) pone en auge y decadencia el neoliberalismo, sus avances y resistencias en América Latina, especialmente en lo que representa la integración latinoamericana, fruto de la relación de países que tienen el objetivo común de promover la cooperación y el desarrollo regionales. Podemos destacar algunos aspectos importantes de este proceso de integración, como la existencia de varios bloques regionales (Mercosur, Alianza del Pacífico, Comunidad Andina, entre otros), la búsqueda del libre comercio, con la eliminación de aranceles y barreras comerciales, la cooperación financiera traducida por el Banco do Sul y el Fondo de Convergencia Estructural del Mercosur, además de la adopción de políticas comunes en áreas importantes como agricultura, energía, infraestructura y medio ambiente. Sin embargo, existen muchos desafíos como la falta de convergencia económica entre países, la asimetría en las relaciones comerciales y la inestabilidad política en los países latinoamericanos.

Palabras clave: América Latina; Consenso de Washington; neoliberalismo; integración

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração nº1 - Preço das commodities são bem sensíveis a produção global.....71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial;

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos;

EUA - Estados Unidos da América;

FMI - Fundo Monetário Internacional;

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul;

NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio;

OEA - Organização dos Estados Americanos;

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo;

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	14
1.1 Pós 2ª Guerra Mundial na América Latina.....	14
1.2 Reestruturação dos anos 1970.....	19
1.3 Reação conservadora dos anos 1980.....	24
1.4 Ascensão Neoliberal.....	33
2.O CONSENSO DE WASHINGTON.....	38
3.REFLEXOS POLÍTICOS.....	41
3.1 Chile – Governo Pinochet.....	41
3.2 Argentina – Governo Menem.....	44
3.3 Brasil – Governo Collor.....	48
3.4 Venezuela – Governo Perez.....	52
3.5 México – Governo Gortari.....	56
3.6 Peru – Governo Fujimori.....	60
4.REFLEXOS ECONÔMICOS.....	63
4.1 Crises econômicas do Mercosul.....	63
4.2 Dificuldades da Comunidade Andina.....	67
5. RESISTÊNCIAS (UNASUL e CELAC).....	74
5.1 Políticas e estratégias.....	77
5.2 Desafios.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo criou vários obstáculos à integração latino-americana, principalmente pelas medidas políticas-econômicas formuladas a partir do Consenso de Washington que dificultaram o desenvolvimento de vários países do continente com o objetivo de alinhá-los aos EUA e influenciá-los a aplicar políticas econômicas que favorecessem os investidores e empresas do Norte. Tal cenário provocou momentos de resistência e fragilidade aos países latino-americanos perante programas e políticas sociais impostas pela onda neoliberal e supremacia dos Estados Unidos, assim como da Inglaterra já no final dos anos 80, a exemplo da privatização de empresas estatais, antes estratégicas para o desenvolvimento latino-americano, que passaram a ser controladas por acionistas estrangeiros.

Os defensores desse modelo argumentam que as políticas econômicas neoliberais, como a privatização de empresas estatais, a liberalização do comércio e a redução das regulamentações governamentais, promovem o crescimento econômico e o desenvolvimento. No entanto, críticos afirmam que o neoliberalismo pode agravar as desigualdades econômicas e sociais, o que levou os acadêmicos a debater sobre as implicações políticas e sociais do neoliberalismo na região, bem como seu impacto sobre a democracia, a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento humano.

O presente estudo tem por objetivo identificar os impactos negativos gerados pelo neoliberalismo sobre os processos de integração regional que estavam em vigor na América Latina (Mercosul, Pacto Andino, Unasul, Celac) de 1989 a 2011. A monografia a seguir está dividida em cinco partes, a primeira diz respeito aos antecedentes históricos, ou seja, as causas e as influências que levaram à formação do neoliberalismo desde o final da II Guerra Mundial. O segundo capítulo explora as principais recomendações do Consenso de Washington e o contexto geopolítico de interesse estadunidense para a implementação do neoliberalismo na América Latina. Na terceira seção, a pesquisa analisa os reflexos políticos em diversos países latino americanos após a adoção de políticas neoliberais. Outrossim, a quarta parte do trabalho aborda os reflexos econômicos, os quais ilustram as fragilidades nas iniciativas de integração no MERCOSUL e na Comunidade Andina, exacerbadas pela dependência de políticas neoliberais. Por fim, o quinto capítulo apresenta as políticas e os desafios que a UNASUL e a CELAC enfrentam como representantes de resistência ao neoliberalismo na América Latina, ao buscarem a autonomia regional e a promoção do desenvolvimento

inclusivo.

A metodologia desta pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica que abrange artigos científicos, livros e documentos oficiais sobre a temática. Segundo Gil (2021), uma revisão bibliográfica é adequada para explorar temas que envolvem questões de políticas públicas e relações internacionais, permitindo uma compreensão abrangente sobre os reflexos do neoliberalismo na América Latina.

O neoliberalismo tem sido amplamente estudado na América Latina em várias disciplinas, incluindo economia, ciência política, sociologia e antropologia, apresentando um caráter interdisciplinar e significativo, pois cada vez mais influencia a compreensão e análise dos problemas econômicos, políticos e sociais da região. Além disso, a crise econômica que atingiu a América Latina na década de 1990 levou a um reexame crítico do neoliberalismo e suas políticas econômicas, levando a um aumento do interesse acadêmico na busca de alternativas ao modelo neoliberal. Ainda, importância deste tema se dá num contexto de retomada de governos progressistas de esquerda e centro-esquerda na América Latina e da necessidade de retomada dos processos de integração, com atenção aos interesses e possíveis ações dos Estados Unidos, considerando que a América Latina ainda carece de uma conquista efetiva de sua independência econômica e política que se contraponham aos interesses de Washington.

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1.1 Pós 2ª Guerra Mundial na América Latina

Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina enfrentou uma série de desafios e transformações que moldaram profundamente sua história contemporânea. Um dos principais aspectos desse período foi a busca por industrialização e desenvolvimento econômico para reduzir a dependência da região em relação à exportação de matérias-primas, pois antes da guerra, muitos países latino-americanos eram predominantemente agrários, exportando produtos primários como café, açúcar, minerais e produtos agrícolas. No entanto, a guerra interrompeu as cadeias de suprimentos internacionais e levou os países latino-americanos a buscar alternativas para impulsionar suas economias. Uma das principais estratégias adotadas foi a política de substituição de importações. Isso envolvia a criação de indústrias locais para produzir bens que anteriormente eram importados, como produtos manufaturados e maquinários (DA SILVA, 2010). A ideia por trás dessa política era reduzir a dependência externa e promover o crescimento econômico interno, criando empregos e estimulando o consumo doméstico.

O Brasil, sob a liderança de Getúlio Vargas, por exemplo, implementou políticas nacionalistas e intervencionistas que promoviam a industrialização e a criação de empresas estatais em setores estratégicos, como o de energia e siderurgia. De acordo com Baer (2009, p. 55), nessa mesma época:

O Brasil foi também o primeiro país da América Latina a introduzir o controle de câmbio e outros controles diretos que, combinados com a desvalorização da moeda, aumentavam o preço das importações, geraram uma queda no valor das importações, possibilitando um aumento do PIB.

Tais políticas tiveram impactos significativos na América Latina, por um lado, elas contribuíram para o crescimento da indústria local, a diversificação da economia e a redução da dependência de produtos estrangeiros. Por outro lado, para Ribeiro (2014) também levaram a desequilíbrios econômicos e problemas estruturais, como a falta de competitividade internacional, a ineficiência produtiva e a dependência excessiva do mercado interno.

Além disso, as políticas de substituição de importações muitas vezes foram acompanhadas por medidas protecionistas, como altas tarifas de importação e restrições ao comércio internacional. Isso pode ter gerado tensões comerciais com outros países e limitado o acesso a tecnologias e inovações estrangeiras, o que, por sua vez, pode ter prejudicado a capacidade de crescimento econômico a longo prazo. Apesar dos desafios

e críticas, a busca por industrialização e desenvolvimento econômico através da substituição de importações foi um elemento central na agenda de muitos países latino-americanos no período pós-guerra.

Os Estados Unidos exerceram uma influência significativa na América Latina, motivada principalmente pela preocupação dos EUA em conter a propagação do comunismo na região, considerada por eles como seu "quintal" estratégico.

A América Latina gozava de certa autonomia política no princípio da administração Truman. Em 1945, a “política de boa vizinhança”, de Roosevelt, ainda era mantida em prática. Entretanto, o cenário mundial estava mudando de tal forma que conter a URSS passou a assunto prioritário na agenda da política externa estadunidense. (COELHO, 2010, p.169)

A Doutrina Truman, anunciada em 1947, estabeleceu o compromisso dos Estados Unidos em conter o avanço do comunismo globalmente, o que para a América Latina, traduziu-se em uma série de políticas e intervenções que visavam apoiar governos anti-comunistas e impedir que movimentos de esquerda chegassem ao poder. Nesse ponto, Coelho (2010) observa que muitos países que se alinharam diretamente com os EUA proibiram a atuação dos partidos comunistas em seus territórios.

Durante esse período, os EUA adotaram uma variedade de estratégias para influenciar a região em vários aspectos, um exemplo notório foi a intervenção na Guatemala em 1954, que resultou na queda do governo democraticamente eleito de Jacobo Árbenz e na instalação de um regime militar apoiado pelos estadunidenses (MARTINS, 2016). Estes frequentemente apoiavam regimes autoritários e ditatoriais na América Latina, desde que esses regimes se opusessem ao comunismo, o que incluiu apoio financeiro, militar e diplomático a governos como os de Fulgencio Batista em Cuba, Rafael Trujillo na República Dominicana e Augusto Pinochet no Chile.

Não demorou para que os Estados Unidos estabelecessem várias alianças militares na região, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que visavam coordenar a defesa coletiva contra ameaças percebidas, especialmente do comunismo. Além disso, mantiveram várias bases militares estratégicas na região. E no mesmo sentido, foram criados programas de assistência econômica e desenvolvimento para países latino-americanos, muitas vezes condicionada à implementação de políticas pró-americanas e anti-comunistas como a Aliança para o Progresso, lançada por John F. Kennedy em 1961, que visava promover o desenvolvimento econômico e social na região (DA SILVA, 2008).

Ou seja, a influência dos Estados Unidos na América Latina foi extremamente significativa para a região. Embora tenha havido benefícios econômicos e apoio ao desenvolvimento na região em alguns casos, também houve intervenções prejudiciais à soberania nacional, apoio a regimes autoritários e ditatoriais, e ações que resultaram em violações dos direitos humanos e instabilidade política.

Ao mesmo tempo, surgiram movimentos sociais e políticos em toda a região, incluindo sindicatos, movimentos camponeses e grupos de esquerda e de direitos civis. Esses movimentos buscavam maior igualdade social, justiça econômica e democracia, muitas vezes desafiando os regimes autoritários estabelecidos. Muitos países latino-americanos buscaram promover um forte senso de identidade nacional e independência política e econômica em resposta ao colonialismo e à influência estrangeira. Nesse sentido, o nacionalismo frequentemente se manifestava na forma de políticas de desenvolvimento econômico voltadas para a industrialização e a promoção de recursos naturais e culturais nacionais, em conjunto com o populismo que expandia-se em resposta às crescentes desigualdades sociais e econômicas na região (PONTES, 2015).

O nacionalismo e o populismo também desempenharam um papel importante nesse período, com líderes como Juan Perón na Argentina (1946 - 1955) e Getúlio Vargas no Brasil (1951- 1954), promovendo políticas voltadas para a classe trabalhadora e marginalizadas, prometendo reformas sociais, redistribuição de renda e proteção dos direitos dos trabalhadores, adotaram políticas econômicas nacionalistas que visavam à industrialização e à diversificação da economia, com o objetivo de reduzir a dependência em relação aos países estrangeiros, o que incluiu a nacionalização de indústrias-chave, investimentos em infraestrutura e programas de desenvolvimento agrícola.

[...] não há dúvida de que sejam governos afinados com o desenvolvimentismo, intervencionistas, críticos ao liberalismo econômico e às arenas liberais de representação política [...] Ambos buscaram respaldo para suas políticas nos sindicatos de trabalhadores e segmentos urbanos emergentes, aos quais se mostraram dispostos a atender reivindicações e fazer "concessões", o que lhes valeu, por parte de seus críticos, a qualificação de "populistas". (FONSECA; HAINES, 2012)

Ainda, estes governos populistas defendiam o intervencionismo estatal em relação à economia, controlando setores-chave e implementando políticas de protecionismo para proteger as indústrias nacionais, levando a uma expansão significativa do papel do Estado na economia.

Nesse sentido, os governos argentino e brasileiro definiram suas políticas exteriores a partir da implementação de uma estratégia de barganha nacionalista-pragmática, isto é, o conflito e a aproximação com a potência hegemônica prevaleceram como forma de negociação do alinhamento na Guerra Fria em troca de aportes externos ao desenvolvimento nacional. Em relação a isto, Gilpin (2002) aponta que:

A barganha enquanto instrumento de política externa propulsor do desenvolvimento não visualizava somente ganhos econômicos, mas, atrelado a estes, vislumbrava também alcançar ou manter posicionamentos políticos e ideológicos de impacto doméstico e internacional. Quando a negociação de caráter econômico era sobressalente, ela se realizava dentro de um contexto político mais amplo, pressionada por interesses distintos e muitas vezes conflitantes.

Apesar de Argentina e Brasil almejam interesses semelhantes frente ao governo de Washington, perseguiram-nos diferentemente: em Perón, transcorreu de uma relação conflituosa a uma transigência necessária, já em Vargas, a barganha trilhou percurso inverso. Trata-se, portanto, de uma interpretação pela qual o posicionamento varguista e peronista assume feições específicas e historicamente determinadas pela semelhança das experiências históricas anteriores, ou seja, às relações internacionais de ambos governos no imediato pós-guerra objetivaram pautar-se pelas necessidades de seus projetos nacionais de desenvolvimento (FONSECA; HAINES, 2012).

Ainda, muitos líderes cultivaram uma imagem de carisma e estabeleceram cultos à personalidade em torno de si mesmos, utilizando os meios de comunicação de massa para construir suas narrativas e ganhar apoio popular. Para Schemes (1998) reconhecer a autoridade do “líder salvador” e redescobrir-se nela é, ao mesmo tempo, reencontrar a si mesmo e os outros, como uma forma de pertencimento. Embora o nacionalismo e o populismo tenham desempenhado um papel importante na política latino-americana durante este período, também houve uma reação contra esses movimentos em muitos casos, especialmente à medida que os regimes autoritários se tornavam mais repressivos e corruptos. O pós-guerra também foi marcado por crises econômicas periódicas e instabilidade política em toda a região. As economias latino-americanas foram afetadas por fatores como a dívida externa, flutuações nos preços das commodities e políticas econômicas mal planejadas. Muitos países latino-americanos buscaram financiamento externo para promover o desenvolvimento econômico e a industrialização (NITSCH, 1992). No entanto, esses empréstimos muitas vezes resultaram em altos níveis de endividamento. À proporção que os países

buscavam financiar projetos de infraestrutura, industrialização e programas sociais, contraíram empréstimos de instituições financeiras internacionais e governos estrangeiros, essa dívida se acumulou ao longo do tempo, tornando-se uma carga significativa para muitas economias da região.

A América Latina, rica em recursos naturais, e suas economias dependiam fortemente das exportações de commodities, como petróleo, minerais, produtos agrícolas, entre outros. Flutuações nos preços dessas commodities no mercado internacional também tiveram um impacto significativo nas economias da região, como por exemplo, a redução drástica das receitas de exportação e prejudicar a balança comercial, levando a dificuldades econômicas e instabilidade. À época, Mikesell (1962) apontava que “o vazio crescente entre as importações e as exportações dos países menos desenvolvidos durante o período do pós-guerra tem sido financiado mediante a liquidação de reservas de divisas e empréstimos e doações provenientes dos países industrializados”.

Ademais muitos países da região adotaram políticas econômicas que não foram eficazes ou sustentáveis a longo prazo. Isso incluiu medidas como subsídios generalizados, controle de preços, nacionalização de indústrias e intervenção estatal excessiva na economia. Essas políticas muitas vezes levaram à distorção dos mercados, desincentivaram o investimento privado e contribuíram para o crescimento da burocracia estatal, minando a eficiência econômica e a produtividade. Na esfera social, Pinheiro (1995, p.78) completa:

O Estado operou como mecanismo de socialização de perdas sobre toda a sociedade, principalmente as camadas menos organizadas. O comprometimento com o financiamento da dívida interna e externa, aliado aos custos do regime de inflação alta, pressionou os cofres públicos, penalizando o financiamento das políticas sociais.

No geral, esses fatores contribuíram para a instabilidade econômica e política, pois muitos governos enfrentaram crises periódicas, altos níveis de inflação e desequilíbrios fiscais que acabaram por alimentar o descontentamento social e político, o que de certa forma também contribuiu para a mudança de regimes e o surgimento de ditaduras militares em várias nações que reprimiram a oposição política e violaram os direitos humanos.

No mesmo período, alguns países enfrentaram conflitos armados internos, como guerrilhas e insurgências, especialmente na América Central e em partes da América do

Sul. Após a derrubada do governo democrático de Jacobo Árbenz em 1954 por um golpe apoiado pela CIA, a Guatemala entrou em um período de instabilidade política. Segundo Gamarra (2018, p.107) esse golpe de Estado, sustentado pelos Estados Unidos significou:

[...] o desmantelamento das reformas sociais da chamada primavera democrática e o violento fechamento dos diversos canais de participação políticas existentes. Suprimiram-se também as organizações políticas, sindicais e culturais, acusadas de relação com o comunismo, e o Partido Guatemalteco dos Trabalhadores (PGT) foi declarado ilegal. A atividade política foi suspensa desde agosto de 1954, sendo permitida apenas em 1955, quando se admitiu a formação de partidos políticos que não professaram a ideologia comunista nem mantiveram relações com organizações desse tipo.

Isso deu origem a vários grupos guerrilheiros de esquerda, como a Guerrilha do Ejército Rebelde (GER) e a Guerrilha Guerrilheira Nacional (GGN), que buscavam reformas sociais e a derrubada do governo. O governo, apoiado pelos Estados Unidos, respondeu com uma violenta campanha de repressão contra os guerrilheiros e suas comunidades de apoio, resultando em décadas de conflito e graves violações dos direitos humanos.

Outro exemplo, ocorreu na Colômbia na década de 1960, onde vários grupos guerrilheiros, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Ejército de Libertação Nacional (ELN), surgiram em resposta à marginalização política, econômica e social de certas populações. O conflito se intensificou ao longo das décadas, envolvendo também paramilitares de direita e cartéis de drogas. Logo, o governo colombiano lutou contra esses grupos com uma combinação de força militar e tentativas de negociações de paz, embora o conflito tenha continuado por muitos anos (PEREIRA, 2015).

Outros movimentos também eclodiram a partir da década de 70, na luta pelo poder entre diferentes grupos e facções em países da América Latina, como El Salvador. Esses conflitos foram moldados por uma combinação de questões políticas, econômicas e sociais, bem como pela intervenção de potências estrangeiras, especialmente os Estados Unidos, que muitas vezes apoiaram regimes repressivos em nome da contenção do comunismo (NETO, 2015). O legado desses conflitos continuam a influenciar a política e a sociedade na América Latina até os dias de hoje.

1.2 Reestruturação dos anos 1970

A década de 1970 foi marcada pelas abruptas mudanças no cenário econômico mundial que desfizeram os consensos do pós-guerra. Entre 1945 e 1970, a partir do

acordo de Bretton Woods, ocorreu uma grande expansão econômica mundial, sem grandes instabilidades econômicas, como nas décadas anteriores (GASPAR, 2015). Nos países centrais, o New Deal (nos EUA) e a reconstrução associada aos Estados de bem Estar (na Europa Ocidental) permitiram às suas populações chegarem a níveis de bem estar material, sem precedentes. Já, em alguns países da periferia o período se caracterizou pela intensa modernização econômica, mas sem trazer os mecanismos de bem estar social, caso por exemplo do Brasil, que foi um dos países que mais cresceu economicamente nesse contexto.

Entretanto, em fins da década de 1960, uma série de barreiras começaram a surgir na frente dessa expansão econômica. Nos países centrais, o consumo de massa chegava a seus limites. Gaspar (2015, p.275), aponta que nesse período:

Os mercados davam sinais de saturação, a que se seguiam pressões de preços e de custos, num cenário de intensa competição. A insatisfação trabalhista desencadeava seguidas greves por majorações salariais, e essas, por sua vez, eram elementos adicionais a reduzir margens de lucros; caía o nível de investimentos. A eficiência marginal do capital se acercava de seu ponto de inflexão. Em especial, o mercado internacional de matérias-primas e insumos era alvo de uma forte pressão especulativa que ameaçava provocar uma explosão de preços.

Essa saturação de mercadorias nos mercados domésticos que não conseguiam mais absorvê-las, ao mesmo tempo, o expansionismo das décadas anteriores, criaram uma massa de capitais excedentes que não encontravam mais opções de investimento. Momento este em que surgiu a estagflação, isto é, uma estagnação econômica, cumulada de inflação, que acabavam por deteriorar os capitais excedentes nos países centrais.

Uma saída para esses capitais excedentes foi o financiamento da industrialização dos países periféricos, que seguindo o exemplo anterior, no caso do Brasil, foi beneficiado pelo financiamento de sua indústria através de empréstimos, após o milagre econômico, principalmente no segundo plano nacional de desenvolvimento, justamente pela busca de capitais que eram ofertados à taxas bastante inferiores nesse período (LIMA; SIMÕES, 2010). Outra solução também imposta, foi a abertura de uma desregulamentação do mercado cambial de Londres, que fomentou o chamado eurodólar, que superou o sistema de gestão monetária de Bretton Woods.

Ainda, no final dos anos de 1960, havia um grande descontentamento social, principalmente entre jovens, que reclamavam por um mundo diferente daquele herdado pelos seus pais, estes encontravam-se insatisfeitos com muitos eventos, entre eles a Guerra Fria por conta da corrida armamentista entre EUA e URSS, a Guerra do Vietnã

que foi um dos fatores que mais tarde levou a quebra do sistema de Bretton Woods, o conservadorismo social das gerações mais antigas e os padrões de consumo homogeneizados da produção fordista (DATHEIN, 2002). A inconformidade e frustração desses jovens, acarretou em movimentos contrários como por exemplo a ação revolucionária dos estudantes em 1978, Wood Stock e o movimento hippie.

Com o passar da década de 1970, uma série de eventos foram centrais para impulsionar as mudanças no sistema econômico. O primeiro foi o abandono do padrão dólar-ouro, considerado um dos sustentáculos do acordo de Bretton Woods, em 1971 durante o governo Nixon nos EUA, causado pelos custos da Guerra do Vietnã, que já se arrastava por toda década de 60. Desde então o padrão dólar-euro trazia rigidez às possibilidades de pagar os custos da guerra em dólares, moeda que já era a base do comércio internacional, o dólar passou a ter flutuações e sua impressão não dependeria mais de determinada quantia de ouro que os estadunidenses tivessem como reserva, acrescentando um novo fator de instabilidade a uma conjuntura cheia de incertezas (SILVER; ARRIGHI, 2014).

O primeiro choque do petróleo, também contribuiu para esse cenário em 1973, o qual em um primeiro momento aumentou em quatrocentos por cento o valor do barril do petróleo de uma semana para outra. Essa circunstância provocou um grande aumento no custo de energia e trouxe impactos para as empresas montadoras de veículos, já que os veículos norte americanos consumiam grandes quantidades de combustível (VENDRUSCOLO *et al*, 2018) O aumento do preço do petróleo deu origem ao chamado petrodólar que ajudou a irrigar ainda mais a especulação financeira e criar um excedente ainda maior, o que fez com que girasse mais dinheiro americano no mercado internacional, gerando pressões contra as regulamentações da especulação financeira do pacto keynesiano. Bernanrdi (2019, p.35), salienta:

O petrodólar é qualquer dólar americano pago para países exportadores em troca de óleo, o que atrela as moedas as economias nacionais à americana, tornando-as dependentes do valor do dólar e, ainda, convertendo esse sistema de aquisição em
mais uma ferramenta de dominação centro-periférica no Sistema Mundo.

Outros fatores que foram responsáveis pela mudança no sistema econômico foram o segundo choque do petróleo, decorrente da Revolução Iraniana em 1979 e o avanço das ideias neoliberais no debate econômico que suprimiram as ideias do Consenso Keynesiano. Por último, o aumento generalizado dos juros financeiros internacionais decorrente das instabilidades e do excesso de dólares que passou a

circular no mercado de capitais, fator que quebrou a economia de países, ainda à exemplo o Brasil, que possuía muitas dívidas por conta dos financiamentos contraídos para completar sua industrialização através da substituição de importações (BERNARDI, 2019).

Um dos fatores da expansão dos padrões de consumo no pós guerra foi o consumo de massa propiciado pelos ganhos de produtividade do fordismo, o que permitiu o acesso popular a mercadorias que antes eram consideradas de luxo (RIBEIRO, 2015). Entretanto, com a estagflação do final dos anos de 1960, reduziu-se a capacidade de realização da valorização do capital a partir da produção em massa do modelo fordista. Com isso, a partir da década de 1970, se iniciou uma busca incessante da indústria por novos modelos de produção que fossem capazes de se adaptar as flutuações da demanda. Gaspar (2015, p.279), destaca:

A crise econômica dos anos 70 reavivou o debate sobre as crises capitalistas entre os autores comprometidos com a tradição marxista. Neste momento começa a se desenvolver a Escola Francesa da Regulação, que parte da análise feita por Marx do modo de produção capitalista, e busca articular as questões da acumulação capitalista com as leis de concorrência.

Algumas experiência produtivas flexíveis já estavam sendo executadas no Japão, que já difundia o modelo desenvolvido nas fábricas da Toyota, dentre os quais o modelo denominado *just in time*. Este modelo se baseava numa lógica bastante diferente do fordismo, o qual se estruturava na ampla terceirização de segmentos da cadeia produtiva, redução de estoques, criação de células de produção e controle de qualidade no próprio processo de produção, o que permitia muito mais flexibilidade para se adaptar as flutuações da demanda. (RIBEIRO, 2015). Outro fator importante para a reestruturação econômica a partir da década de 1979 foi o intenso desenvolvimento dos sistemas logísticos de transporte e das tecnologias de informação e comunicação, a Terceira Revolução Industrial, como foi intitulada, permitiu a transnacionalização das cadeias produtivas e maior rapidez na circulação financeira internacional.

A reestruturação produtiva associada a maior capacidade lo acional das grandes empresas engrenou um dos fenômenos mais notáveis nos anos posteriores: a desindustrialização dos antigos complexos industriais nacionais fordistas e a formação de novos espaços industriais, principalmente em regiões e países de mão de obra mais barata, como por exemplo, a implementação das maquiladoras no México. Para os autores Dias e Neto (2004, p.18):

Três conseqüências são importantes neste processo e são intimamente ligados

não só à crise do capitalismo de uma maneira geral, mas ao regime fordista de uma maneira particular. A primeira é a cada vez maior automatização da produção fabril. O trabalho humano tornou-se caro frente às inovações tecnológicas introduzidas na produção. Milhares de trabalhadores ficaram sem emprego, que mesmo em fases de expansão não foram recuperados. O desemprego tornou-se crônico na nova fase do capitalismo. Esta é a segunda consequência importante. A terceira consequência engendrada com a crise é a realocização espacial das empresas industriais. As tradicionais regiões industrializadas com base no paradigma fordista com forte sindicalização perderam empresas para regiões de mão-de-obra mais barata e menos sindicalizadas, geralmente localizadas na periferia dos países desenvolvidos ou em países subdesenvolvidos.

Com tantas mudanças significativas na economia, o advento da financeirização também foi inserido nesse contexto com uma maior liquidez nos mercados financeiros e acesso mais amplo ao crédito, entretanto ao mesmo tempo gerou preocupações sobre a instabilidade financeira, a justiça econômica e a capacidade dos mercados financeiros de servir aos interesses da economia real (CARNEIRO, 2020).

A partir do processo de reestruturação produtiva, alguns países do extremo oeste da Ásia iniciaram um processo de industrialização e crescimento econômico muito acelerado, dos quais se destacaram os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura) e posteriormente a China. Esses países iniciaram sua trajetória de crescimento industrial já alicerçados nos novos paradigmas produtivos e puxados pela formação dos mercados globais de consumo (AMSDEN, 1992). Por outro lado, países como Brasil, Argentina e México que lograram industrializar-se desde a década de 1940, foram subitamente bloqueados pelas instabilidades financeiras no final da década de 1970 em razão do processo de substituição de importações, que em parte foram financiados por empresários externos. Segundo, Reis (2018, p.43):

Como consequência, a América Latina contabilizou mais da metade de toda a dívida privada contraída pelo mundo “em desenvolvimento” [...] a dívida bancária representava 80% da dívida total no início da década de 1980. O grande problema, no entanto, foi que os grandes déficits externos e gastos elevados dos governos não cessaram, sendo decisivos na gestação da crise que se instalaria no começo da próxima década.

Por todo exposto, nota-se que a década de 1970 pôs fim ao longo período de prosperidade no mundo capitalista avançado. Com efeito, os “anos dourados”, cuja duração tinha criado a ilusão de que as crises de acumulação poderiam ser controladas, terminaram como de costume, isto é, numa profunda incapacidade sistêmica de reproduzir a valorização ampliada do capital. Portanto, uma série de mudanças ocorreram a a partir dessa década, entre as quais o fim do Consenso Keynesiano, a reestruturação produtiva rumo às economias mais flexíveis a demanda, a nova revolução industrial em relação a informatização e transportes, a nova fase de intensa

financeirização econômica e posteriormente e mais importante, o surgimento do novo consenso liberal.

1.3 Reação conservadora dos anos 1980

No final da década de 1970 e início dos anos 1980 se assiste o que podemos chamar de uma renovação conservadora que vai ser representada principalmente pela Margaret Thatcher, primeira ministra do Reino Unido e pelo Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos. A ascensão dessas figuras como líderes mundiais, foram os protagonistas dessa “reação conservadora”.

Margaret Thatcher ingressa oficialmente na política em 1961, quando eleita deputada pelo partido conservador com uma pauta muito reacionária, embora ela já tivesse uma trajetória anterior de militância contra as políticas sociais que ela mesma chamada de “políticas socialistas”, também defendia a redução do papel do Estado e sua importância, bem como se demonstrava contra os direitos feministas como por exemplo as políticas voltadas para o divórcio dos casais (MOARES, 2013). Contraditoriamente, era a favor da descriminalização da homossexualidade masculina e defendia o direito do aborto, ou seja, de modo geral Thatcher possuía uma pauta conservadora mas em algumas questões apresentava uma nuance.

Em 1970, os conservadores ganham as eleições na Inglaterra, interrompendo um longo período de governos trabalhistas. Nesse governo Thatcher assume o cargo de ministra da educação, traçando uma trajetória muito controversa e criticada, principalmente pela política e supressão de direitos e corte de gastos na educação, inclusive uma das questões mais polêmicas desse período foi quando a min jarra suspendeu o fornecimento de leite nas escolas para as crianças, projeto que foi tão criticado pelo próprio partido que a mesma teve que voltar atrás, fornecendo leite para as crianças de até 7 anos de idade, com o argumento de que o contribuinte não deveria de arcar com esse tipo de gasto (COSTA, 2011).

Durante a crise do petróleo em 1973 e a crise do dólar quando o presidente Nixon dos EUA desvincula o dólar do padrão ouro, como destacamos em outro item anteriormente, a Inglaterra também vai sofrer com essas crises e os conservadores não conseguem se manter no poder e os trabalhistas voltam ao poder em 1975, momento em que Thatcher torna-se oposição dentro do parlamento inglês, demonstrando seu crescimento político interno, conforme expõem Costa (2011, p.17):

Thatcher elaborou um plano focado e rigoroso, em favor da reestruturação econômica, visando a redução da intervenção estatal, incluindo planos de

privatização, reduzindo inúmeros benefícios que eram obtidos através das políticas sociais e criou normativas que enfraqueceu o poder do Conselho dos Salários (grande representante do partido trabalhista), o que praticamente retirou a existência do salário mínimo.

O apoio à sua plataforma de ação aumentou substancialmente, o que é demonstrado mais tarde quando é eleita primeira ministra em 1979. Os conservadores chegam ao poder nesse ano com um conteúdo extremamente conservador, onde pregavam por “menos impostos, mais empregos” e apostavam em um discurso xenofóbico contra os imigrantes (PERRY, 1995).

Assim, Margaret Thatcher toma-se liderança máxima com uma linguagem acerca do “corte de gastos”, defendendo que o Estado não tinha de intervir nas questões da economia, muito menos arcar com os custos sociais em detrimento dos impostos pagos pela comunidade, ocorrendo de fato um grande corte de gastos nas políticas sociais, no âmbito da educação e da saúde e a privatização de serviços essenciais como água, energia, entre outros. Porém esse drástico corte de gastos incidiram no aumento do desemprego e não resolveram a crise econômica, o que fez com que sua popularidade decaísse no final do primeiro ano do seu mandato (SILVA JÚNIOR, 2006).

A indústria inglesa encolheu durante o governo da primeira ministra, demonstrando que o programa de corte de gastos não era suficiente. Os juros também aumentaram por conta da crise econômica nesse período, conjuntamente com o desemprego e as dívidas, o que levou ao desabamento do nível de proprietários de habitações próprias na Inglaterra.

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os luxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E finalmente - esta foi uma medida surpreendentemente tardia -, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida à indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (PERRY, 1995, p.12. *apud* Costa, 2011, p.18).

Acontece o envolvimento da Inglaterra com a Guerra das Malvinas, quando a ditadura argentina também mergulhada em uma profunda crise econômica e política, na tentativa de buscar uma solução nacionalista para os problemas internos decorrentes da crise, invadindo as Ilhas Malvinas que tinham sido tomadas pela Inglaterra e que a Argentina já reivindicava pela sua posse pois encontravam-se em território de águas argentinas. Em abril de 1982, os argentinos invadem o arquipélago, circunstância em que Thatcher enxerga a possibilidade de resgatar o apoio dos conservadores,

promovendo a maior operação militar inglesa desde a II Guerra Mundial, que chega vitoriosa ao final do conflito, fazendo com que a primeira ministra ganhe popularidade entre os nacionalistas ingleses (FIGUEIREDO, 2018).

Dois anos mais tarde, em 1984, o governo Thatcher inicia uma política de desmonte das empresas públicas, entre estas, as minas onde derivam o carvão, produto extremamente necessário nos países europeus para o aquecimento e energia, que serão substituídos pela importação de gás. Esse cenário promoveu uma onda de desemprego no país que já encontrava-se economicamente perturbado, o que levou uma reação da classe trabalhadora através de uma grande greve em várias partes do país, em um primeiro momento por parte dos mineiros e posteriormente a adesão de outras categorias (WOLFF, 2017). No entanto, a justiça inglesa declara a ilegalidade dos movimentos e impõe multas pesadas para os sindicatos e com isso a greve acaba se esvaziando pouco mais de um ano depois, episódio que aproximou Thatcher da classe patronal. Pinto (2009, p.22), completa:

Seus medidas impor limites sobre greves, aboliram a prática de filiação em sindicatos, instauraram o voto secreto, o que acarretou em uma maior proteção para seus membros durante as votações e flexibilizou a relação entre empregador e empregado. Outra medida dos chamados “acts” foi que os sindicatos tornaram-se passíveis de sofrerem processos judiciais, uma vez que passaram a responder legalmente por suas ações.

No plano internacional, o governo de Margaret Thatcher teve que lidar com a Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988) tornando-se aliada do ditador do Iraque, Saddam Hussein, em conjunto com o governo dos Estados Unidos, tornando-se responsáveis pelo financiamento e contribuindo com armas químicas para com a guerra, ou seja, há uma retomada da política de intervenção inglesa (KATTY, 2021). Ainda, a líder da Inglaterra vai comandar uma política de boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou de 1980, por conta do que ela acusa ser uma política de invasão da União Soviética ao Afeganistão, que sofre uma rebelião islâmica fundamentalista, onde mais tarde Inglaterra e Estados Unidos irão se envolver nesse processo ao lado destes grupos radicais, como o Talibã e a Al-Qaeda, que vencem o conflito (FRAGA, 2023). Outrossim, no âmbito internacional, Thatcher terá uma proximidade com Augusto Pinochet, no Chile pois possuem muitas ideias em comum, entre elas a da retirada dos serviços e programas sociais. Da mesma forma que acaba desenvolvendo apoio ao Khmer Vermelho de Pol Pot, em conjunto com os EUA (WOLFF, 2017).

Em meio a políticas de corte de gastos, a economia inglesa estava desabando no final dos 1980, Thatcher, que ficou conhecida como a “dama de ferro”, impõem

impostos mais altos sobre a moradia e a população encontra muita dificuldade para manter o pagamento das hipotecas do financiamento das casas, ocasionando uma grande manifestação por parte de centenas de pessoas que vão às ruas de Londres protestar contra essas altas taxas de juros. A dama de ferro, acaba reprimindo brutalmente tais manifestações, a violência torna-se tão grande que em novembro de 1990, o próprio partido conservador aprova uma moção de desaprovação contra Thatcher, que deixa de ser primeira-ministra que é afastada do seu cargo e perde seu espaço político no governo e no parlamento (OLIVEIRA; HOLZHACKER, 2016).

No outro lado do Atlântico, no mesmo período em que Margaret Thatcher está ascendendo na Inglaterra, estão ocorrendo fatos importantes em 1976. Jimmy Carter que disputa as eleições estadunidenses com Ronald Reagan (governador da Califórnia) ganha as eleições nos Estados Unidos com uma agenda voltada para os direitos humanos, começa a afastar os Estados Unidos das ditaduras sul-americanas, retirando seu apoio e pressionando estes governos e com isso as ditaduras de alguns países do Cone Sul, como Argentina, Brasil e Uruguai entraram em crise (JOFFILY, 2018). Entretanto, Carter não consegue ser tão efetivo no caso do Apartheid, na África do Sul e nas ditaduras centroamericanas como El Salvador, Guatemala e Nicarágua, inclusive este último, torna-se um problema para o governo americano, pois em 1979 uma revolução de esquerda derruba a ditadura da família Somoza no território niquaraguense, que está no poder a mais de quarenta anos e foi responsável pela morte de dezenas de pessoas. De acordo com Pinto (2005 p.73):

O triunfo da revolução sandinista deu aos conservadores os argumentos necessários para continuar atacando o governo Carter. A expansão do comunismo na América Central e a perda da hegemonia norte-americana na região, além da existência de outra Cuba, significou que a política externa norte-americana precisava mudar, adotando uma posição mais dura contra o propalado expansionismo soviético, ou a segurança interna dos Estados Unidos estaria, a partir daquele momento, seriamente ameaçada.

Assim a Revolução Sandinista, que adota o nome de um herói nacional que lutou contra uma invasão dos EUA anteriormente, transforma a Nicarágua no segundo país latino-americano a passar pelo processo de uma revolução socialista, sendo Cuba o primeiro. Ou seja, nesse momento os norte-americanos preocupavam-se ainda mais com a região pois possuíam um segundo país de orientação socialista no continente, denominados por eles de países soviéticos.

Não obstante, o governo de Carter teve que enfrentar um problema ainda mais sério com a Revolução Iraniana que se inicia em fevereiro de 1978 que tirou do

comando o Xá Reza Pahlevi que estava governando o país através de uma ditadura desde 1953, colocado no poder pela Inglaterra e Estados Unidos. A ditadura do Xá tinha eliminado a vida de milhares de opositores, o que mais tarde acarretou na falta de uma oposição democrática e as forças islâmicas que sobreviveram para fazer essa oposição ao governo do ditador, desencadeiam uma revolução xiita e conseguem a derrubada do Reza Pahlevi que foge para os EUA em janeiro de 1979, onde recebe asilo político, porém leva consigo todo o tesouro do país, o que provocará uma onda de descontentamento e indignação da população no Irã (SANTO; BALDASSO).

Em novembro de 1979, centenas de estudantes iranianos invadem a embaixada dos Estados Unidos em Teerã, capital do Irã, e sequestram as noventa pessoas que se encontravam na embaixada. Nas próximas duas semanas, libertam as mulheres e os negros mas cinquenta e dois homens ainda permanecem reféns e novo governo iraniano não faz nada para coibir a ação. Os estudantes exigem que os EUA mandem o Xá de volta para o Irã, para que o mesmo fosse julgado pelos crimes que ele cometeu em troca da liberação dos prisioneiros, ocorre que Carter não realiza a negociação e a prisão dos homens na embaixada se estende por tempo indeterminado e isso fará com que o presidente estadunidense seja responsabilizado pela situação. (LAGO; POZZATI, 2018). Para piorar os fatos, em abril de 1980, ano de eleição nos EUA, Carter autoriza uma operação de resgate para estes reféns através de um porta-aviões que encontra-se no Golfo Pérsico, entretanto as aeronaves são engolidas por uma tempestade de areia, que acaba por danificá-las, as quais não conseguem prosseguir a viagem e a missão acaba sendo suspensa, já no outro dia, quando outros aviões e helicópteros tentam realizar novamente o resgate, ocorre um acidente aéreo que provoca a morte de treze soldados americanos, com essa sucessão de tragédias os comandantes da operação solicitam ao presidente Carter que a missão seja suspensa e o mesmo concorda com o pedido. O que para Pinto (2005), acentuou o processo de perda hegemônica dos EUA:

A revolução iraniana indicou que a ascensão do fundamentalismo muçulmano colocava-o como um novo inimigo para os Estados Unidos, ao lado do comunismo. Como se não bastasse a União Soviética, o Islã despontava, agora, como uma nova ameaça, pois as zonas produtoras de petróleo do Oriente Médio estariam sob o constante perigo de que novas revoluções inspiradas no modelo iraniano irrompessem na região, colocando em risco o fornecimento do petróleo e podendo afetar ainda mais a economia ocidental, ainda traumatizada com o choque de 1973 (PINTO, 2005, p.58).

Tais circunstâncias acabam repercutindo de forma muito severa na administração dele, que irá concorrer às eleições em novembro daquele mesmo ano, disputando-as contra Ronald Reagan, mais uma vez. Ocorre que agora, Reagan ganha as

eleições de forma avassaladora, justamente por conta da insatisfação da população estadunidense com os acontecimentos no Irã. Em janeiro de 1981, os reféns americanos são libertados em um acordo mediado pela Argélia, após o novo presidente assumir seu cargo (TEIXEIRA, 2020).

Importante frisar que Ronald Reagan era um ator de Hollywood que se consagrou nos anos cinquenta fazendo filmes de faroeste e no início dos anos sessenta converteu-se no garoto propaganda da General Electric fazendo um discurso altamente reacionário de acordo com os interesses da empresa e participando como protagonista de comerciais desta, pregando discursos contra o comunismo, o sindicato e os direitos sociais. Portanto, Reagan acaba assumindo uma agenda cada vez mais conservadora, filiando-se ao Partido Republicano em 1962 e fazendo críticas ao governo marxista de Kennedy, dizendo que políticas sociais e econômicas do Estado são uma maneira de impor servidão contra a população e estatizá-la (OLIVER; KUZNICK, 2012). Logo, em 1966 vence as eleições para governador da Califórnia com um posicionamento extremamente conservador, contra os direitos civis (dizendo que os cidadãos brancos têm direito a não querer empregar pessoas negras), políticas públicas (segundo Reagan, são socialistas e que o Estado não tem de arcar com isto), impostos (embora como governador irá impor a maior carga tributária da história dos EUA), políticas que atendessem a deficientes (suspendendo aquelas existentes na Califórnia) e os aposentados (principalmente as para financiar atendimento médico para maiores de 65 anos que tivessem renda insuficiente) e também os estudantes (acusando de serem agentes soviéticos nos Estados Unidos), inclusive ordenando uma repressão na Universidade de Califórnia em 1969. Para Collins (2009), o "Discurso", como ficou conhecido, projetou Reagan nacionalmente como importante nova voz conservadora no Partido Republicano.

Quando Reagan se torna presidente dos Estados Unidos a partir de 1981, ocorre uma disparada nos gastos militares do país, mesmo período em que declara que a União Soviética é o “império do mal” e que deve ser combatido por qualquer meio, retomando a política armamentista estadunidense, através de investimentos nucleares e despesas na área de combate por meio de empréstimos bancários, fazendo com que a dívida do país cresça de maneira assustadora, o que mais tarde provocará uma crise econômica muito séria no final dos anos oitenta, em concordância com o que destaca Young (2018, p.108):

[...]em meio ao corte de diversos gastos sociais e ante uma redução de

impostos, o governo Reagan engajou-se em programas militares de alto custo com o objetivo de atingir a meta anticomunista. As contrapartidas ao grande aumento no gasto militar seriam a elevação da despesa com juros e a redução da participação no orçamento de todos os outros gastos do governo. Em relação a Carter, Reagan mais do que duplicou o déficit fiscal dos Estados Unidos.

No plano internacional, Ronald Reagan aposta na aproximação com Margaret Thatcher e eles irão estabelecer políticas de financiamento de ditaduras pelo mundo, como a ditadura de Mobuto, no Zaire (futura República do Congo), o Apartheid, na África do Sul, o Khmer Vermelho, no Camboja e posteriormente na Tailândia, também irão sustentar traficantes colombianos entre estes, o Cartel de Medellín, ao mesmo tempo que os EUA criam um programa de combate às drogas que é implementado na Colômbia através de tropas americanas e também subsidiarão a compra de armas para as milícias nicaraguenses, que de acordo com a Central de Inteligência Americana (CIA) que vai estabelecer relações do governo de Reagan com traficantes colombianos e descobrirão que o dinheiro adquirido pela venda de cocaína nos Estados Unidos será desviado para financiar as milícias na Nicarágua para lutar contra a Revolução Sandinista. Nesse contexto, Rodrigues e De Oliveira (2021, p. 263), afirmam:

O escândalo do envolvimento norte-americano na Nicarágua veio à tona em 1986 e ficou conhecido como o Irã-Contra. De acordo com as investigações, concluiu-se que a CIA era a responsável por organizar o tráfico de drogas da Colômbia para os Estados Unidos e que parte do lucro das transações era destinado para o financiamento dos Contra sandinistas. A CIA utilizava o dinheiro do narcotráfico para compra de armamentos do Irã e repassava para o grupo de direita da Nicarágua.

Como mencionado anteriormente, irão custear a Guerra do Irã-Iraque mediante o apoio a Saddam Hussein, mas o governo estadunidense também irá vender armas secretamente ao Irã, dando continuidade a esta guerra. Por fim, haverá gastos com a Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden no Afeganistão para afrontar a União Soviética (DA SILVA, 2013).

Em 1983, Reagan ordena a invasão da Ilha de Granada, no Caribe, onde também chegou ao poder um governo de esquerda, oficialmente os EUA declaram que houve algumas dezenas de morte durante o ato, porém grupos de direitos humanos divulgam que entre de mil e cinco mil pessoas foram mortas, gerando uma desaprovação internacional acerca do ocorrido na ilha (DOS SANTOS, 2023). No mesmo ano, o presidente norte americano dá origem a um projeto muito ambicioso, denominado “Guerra nas Estrelas”, que de fato nunca chegou a ser implementado, porém o projeto consistia em instalar nucleares no espaço, pensando em uma futura guerra contra a

União Soviética, na qual pudesse neutralizar os mísseis soviéticos a partir do espaço e também atacá-los, portanto tratava-se de uma militarização da órbita terrestre. Segundo Da Silva (2013, p.9):

[...]a administração Reagan tinha o objetivo de estabilizar a corrida armamentista através do projeto. Para o governante, uma política, que muitos achavam ser o estopim para a nova corrida armamentista, geraria um controle sobre as ações militares da URSS, que permitiria a manutenção do intuito estadunidense de patrulhar a segurança mundial, sem se preocupar em forçar novos investimentos no setor militar.

Impressionados com o planejamento estadunidense, os soviéticos ficarão preocupados e vão buscar formas de competir com isto e gastarão todo o dinheiro que eles nem tinham. Mais tarde, em 1986, ocorre o acidente de Chernobyl, que terá um custo gigantesco para a economia da União Soviética, ajudando a mesma a desmoronar. Enquanto isso, Reagan irá se gabar que a sua política de enfrentamento contra a URSS que está levando o “império do mal” ao colapso (SUGUIMOTO; CASTILHO, 2014). Entre meios da guerra Irã-Iraque, em julho de 1988, os EUA abatem um avião comercial do Irã, no Golfo Pérsico com duzentos e noventa pessoas a bordo, entre tripulantes e passageiros, dos quais sessenta e seis eram crianças, o governo norte americano irá alegar que confundiram o avião de transporte civil com um avião militar e dispararam mísseis contra, causando uma imensa tragédia (DOS SANTOS Jr, 2015).

A administração de Reagan foi totalmente desastrosa, ele quem tinha se comprometido em cortar gastos, endividou ainda mais o país, aumentou os impostos para assalariados que recebiam valores mínimos e que antes não eram taxados, ao mesmo que praticamente vetou a contribuição dos ricos, gerando uma injustiça social, também foi responsável por acabar com as políticas públicas sociais. Para Neto (2021, p.32), “o governo Reagan colocou o neoconservadorismo em prática, com mediações e limites impostos pela realidade política, como a oposição no congresso e as alianças e embates com diversos setores da sociedade civil”.

Apesar de todas as circunstâncias, Ronald Reagan foi reeleito ao cargo da presidência dos EUA nos anos de 1984 e 1987. Insistindo em cometer gafes, ainda na década de 1980, Reagan faz uma viagem à Alemanha, onde visita um cemitério militar onde estavam enterrados membros da SS (organização paramilitar ligada ao Partido Nazista de Adolf Hitler, os quais faziam o extermínio do povo nazista e administravam os campos de concentração) e realiza um discurso elogiando os bravos heróis alemães que estavam ali sepultados, o que vai ter uma enorme repercussão negativa. Contudo, o maior escândalo do governo Reagan, esboçado anteriormente, foi o envolvimento com

o Cartel de Medellín na Colômbia, a venda de armas para o Irã e também para a Nicarágua, em 1984, o Congresso Americano proibiu que os EUA continuasse financiando os grupos de milícia nicaraguenses por conta das graves denúncias de violação dos direitos humanos, onde gangues de bandidos centroamericanos haviam sido convocados para lutar contra o governo de esquerda presente na Nicarágua (GUZZI, 2008).

Sem dinheiro para financiar os grupos, militares e agentes da CIA passam a fazer um “triângulo”, vendendo armamento pesado para o Irã de forma clandestina, como tanques, helicópteros e armas e com o dinheiro compravam armas mais leves como fuzis, granadas, metralhadoras e bazucas no mercado negro e continuavam a fornecê-las as quadrilhas na Nicarágua. Esse cenário tornou-se público em 1986 e estourou como um grande escândalo, já que os EUA estavam vendendo armas secretamente para um país como Irã, o qual oficialmente detinham um bloqueio econômico. Conforme elucida Teixeira (2020, p.12):

No episódio que ficou conhecido como o caso Irã - Contras, uma operação comandada pela CIA fornecia ilegalmente armas e peças de reposição ao regime dos Aiatolás, repassadas via operações aéreas por Israel, que também fornecia técnicos para reparar os sofisticados sistemas de mísseis, aeronaves e radares. O dinheiro dessas vendas ao Irã era usado pela CIA para financiar os guerrilheiros Contras, que atuavam para derrubar o governo Sandinista na Nicarágua [...]

Logo, uma nova estratégia por parte dos militares norte americanos era voltada para a Colômbia, ampliando operações que já existiam lá e fazendo negócio com os cartéis colombianos, essa operação funcionava da seguinte forma: pilotos americanos levavam cocaína da Colômbia para os EUA e todo dinheiro da venda dessas drogas seria utilizado para a compra de armamentos para serem enviados novamente para a Nicarágua (RODRIGUES; DE OLIVEIRA, 2021). Esse esquema também é desvendado nos anos 1990 por um pequeno jornal, através de um repórter que recebe documentos que expõem toda organização, porém nesse momento esse esquema em si já encontrava-se desativado porque os “contras” na Nicarágua já haviam sido derrotados, no final dos anos oitenta e a situação se torna mais complexa (ZAZZONI, 2020). Com todas as denúncias e escândalos, o discurso conservador e religioso de Reagan, este consegue deixar um sucessor no poder, seu vice durante seus mandatos, George Bush, que vence as eleições e assume a presidência em 1989.

É notável que a década de 1980 transformou-se em um movimento global que procurou reverter as tendências liberais e progressistas das décadas anteriores,

priorizando a ordem, a segurança, a liberdade econômica e os valores tradicionais da família e da moralidade. A América Latina nesse período sofreu com as ditaduras impostas e a hegemonia dos países hegemônicos e centrais dessa reação conservadora.

1.4 Ascensão neoliberal

Após a crise de 1929, as ideias liberais entram em profundo descrédito, junto às suas características basilares, como a ideia do Estado mínimo em serviços públicos, e ainda seus conceitos de que a economia, bem como a sociedade deveriam ser dominadas pelo mercado e pela liberdade absoluta da propriedade privada e de investimentos, ou seja, uma economia baseado em preceitos monetaristas (GILPIN, 2002). O método dominante neste período consistia na total predominância do mercado sobre o Estado, o que acarretou na chamada Grande Depressão em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York e a consequente recessão, pôs o pensamento liberal sob grande questionamento (ARRIGHI, 1999). Neste mesmo período, em que o capitalismo entrava em uma crise brutal entrelaçado ao liberalismo, a União Soviética estava-se ileso da crise de 1929, pois detinha outro tipo de economia, socialista, na qual prevalecia a propriedade estatal dos meios de produção e planejamento da economia através da alocação de recursos, determinação da produção para o atendimento das necessidades populares, regulamentação do mercado (GILPIN, 2002). Resumidamente, todo conjunto das atividades econômicas daquele modelo socialista soviético estavam amparados por um planejamento centralizado da economia e portanto puderam escapar da crise, que teve como base a superprodução que era muito além da capacidade de consumo da população. Em contrapartida, na tentativa de recompor o desajuste entre oferta e demanda, o setor capitalista apostou no mundo financeiro e nas bolsas de valores que acabaram estourando em uma grande crise econômica.

Esse cenário contribuiu para que novas percepções e ideias surgissem, entre elas a conclusão de que para evitar crises tão brutais como a que havia ocorrido, eram necessárias fundamentalmente duas medidas, essas levantadas pelo economista britânico John Maynard Keynes. A primeira que o Estado funcionasse como um investidor e regulador na economia, assim caberia ao Estado impulsionar construções de infraestrutura, estimular o crédito público, zelar pelo nível de emprego, intervir no câmbio e nos juros, em outros termos, o Estado ganhava um novo papel para prevenir o capitalismo de crises como a enfrentada em 1929, que era sua transformação em um agente econômico muito mais ativo que aquele previsto nas ideias liberais. Já a segunda

ação, baseava-se na adoção de mecanismos de planejamento para que o Estado pudesse desempenhar essa função econômica, absorvendo experiência de governos sociais-democratas na Europa e até mesmo da própria URSS, embora com um objetivo totalmente oposto, de tentar permitir a sobrevivência das economias capitalistas (GILPIN, 2002). Com efeito, emergiu maior participação do Estado sobre serviços públicos, intitulado de *Welfare State* e maior controle do Estado sobre o controle econômico, como apontou Gilpin (2002, p. 191), “[o] *welfare state* e a administração keynesiana da economia não poderiam ter acontecido sem que o Estado tivesse controle sobre o suprimento da moeda”.

Ainda, Keynes desenvolveu um conjunto de outras ideias relevantes para tentar salvar o capitalismo de si próprio, de suas crises cíclicas de superprodução e da verdadeira anarquia e desperdício do ponto de vista da lógica econômica provocada pelo fato de que o capitalismo ser regido pela propriedade privada e a dinâmica dos mercados (GILPIN, 2002). Contudo, o capitalismo somente sairia da crise com a II Guerra Mundial, quando o Estado através das encomendas à indústria, acabou por colocar recursos que movimentaram a economia americana e reconstruíram o complexo bélico industrial, que foi a grande locomotiva da economia estadunidenses durante a guerra e foi responsável por retirar o país do ciclo recessivo em que havia mergulhado desde a Grande Depressão. A industrialização da guerra, portanto, “[...] havia transformado as guerras globais em poderosas máquinas de inovações nos meios de transporte, comunicação e destruição [...]” (ARRIGHI, 1999, p. 285).

Como apontado anteriormente, parte da estratégia desenhada por Keynes em função do cenário econômico e geopolítico que se vivia, foi construído o Estado de bem-estar social, um fenômeno que consistia no dever do Estado em agir para construir o mercado interno de massas, o que era fundamental para que não houvesse o enfraquecimento da demanda (GILPIN, 2002). Acredita-se que uma das grandes falhas das ideias liberais era de que a liberdade absoluta do capital provocava uma queda relativa da renda dos trabalhadores porque o capital estruturalmente tentaria surrupiar os direitos dos trabalhadores para poder impor uma maior taxa de lucro. Dessa forma, o Estado deveria agir para gerir essa luta por lucros incessantes, estabelecendo leis trabalhistas, salários mínimos e justos, programas de distribuição de renda e incentivo ao consumo popular. Assim, o Estado deveria utilizar os impostos que recebia para construir esse mercado interno de massas e um Estado de bem estar-social, isto é, o Estado deveria criar uma situação econômica e social na qual a classe trabalhadora e os

setores populares de forma geral pudessem consumir e gerar demandas, melhorando a economia local (GILPIN, 2002).

As ideias keynesianas foram reafirmadas, antes e depois da guerra, por conta do novo papel econômico desempenhado pelo Estado mediante as encomendas estatais, os investimentos e custeios que mobilizaram a economia. Consequentemente, essas ideias, que ficaram conhecidas como modelo desenvolvimentista, se sobressaíram às ideias liberais durante os anos 1940, 1950 e 1960. O estímulo ao desenvolvimento, em um contexto de pós-guerra, portanto, ficou nas mãos do Estado, assim:

A existência de uma vigorosa demanda efetiva no período pós-guerra era complementada pelo contexto político favorável e pela existência de recursos abundantes e de muitas oportunidades de investimento. A revolução econômica keynesiana e as políticas governamentais de gerenciamento da demanda viriam a ter um papel decisivo no estímulo ao desenvolvimento. Começando com o governo Kennedy, no princípio da década de 1960, as políticas macroeconômicas expansionistas adotadas pelo governo norte-americano fizeram dos Estados Unidos a locomotiva do crescimento da economia mundial (Gilpin, p. 387, 2002).

Ainda sim, as ideias desenvolvimentistas não foram suficientes para suprir as necessidades do mundo capitalista. De fato, o modelo keynesiano manteve uma dinâmica positiva em relação a demanda, criando uma capacidade de consumo, mas por outro lado geraram problemas como por exemplo o aumento excessivo no valor dos impostos para que o Estado pudesse cumprir com o seu papel econômico e social, principalmente em cima de empresas capitalistas. Ademais, com o crescimento do salário dos trabalhadores, a margem relativa de lucro de muitas empresas ficou apertada e o custo de produção foi conjuntamente elevado em muitos países capitalistas, especialmente nos centrais, criando uma série de obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo. Momento em que a lógica selvagem dos capitalistas passaram a buscar um modelo que derrotasse o perigo da revolução socialista, mas também o próprio desenvolvimentismo para que o capital, mesmo correndo riscos pudesse ampliar ao máximo sua margem de lucro (GILPIN, 2002). Outro problema foi a inflação, em que,

A adoção de políticas keynesianas agressivas visando a crescer e a reduzir o desemprego, a subsequente elevação dos salários reais e a expansão significativa dos programas sociais (assim como dos programas de defesa, no caso dos Estados Unidos), bem como o crescimento da dívida pública, implantaram nessas economias uma forte tendência inflacionária. (Gilpin, 2002, p. 388).

O neoliberalismo virou um vocábulo comum na discussão política e econômica de muitos países e regiões, incluindo a América Latina. No entanto, esse termo surgiu com a Universidade de Chicago, cujo principal idealizador era Milton Friedman que

propunha o retorno em outra escala das ideias liberais que haviam sido marginalizadas a partir da Crise de 1929, ou seja, apontava uma solução para um capital que encontrava-se amarrado pelas ideias desenvolvimentistas e pelo Estado de bem-estar social desenhado pelo modelo keynesiano (PIKETTY, 2014). Friedman sugeriu privatizações, redução dos impostos, desregulamentação comercial e da força do trabalho e também uma política anti-sindical para reduzir direitos e salários. Por último, sugestionou um programa pelo qual o mercado voltaria a ser completamente hegemônico em relação ao Estado, conceito que ganhou muito apoio nos círculos capitalistas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos mas também na Ásia e na América Latina, na periferia do sistema capitalista ao longo dos anos 1970, onde uma certa estagnação da economia capitalista baseada no sistema desenvolvimentista já era visível (PIKETTY, 2014).

Com a crise do petróleo em 1973 e a conseqüente disparada no preço do insumo, circunstâncias que empurram as economias europeias e americanas a um fenômeno duplo de recessão econômica e inflação, as ideias neoliberais conseguem avançar na sua crítica ao modelo desenvolvimentista, propondo outro paradigma para o desdobramento do capitalismo (ARRIGHI, 1999). O primeiro “laboratório” das ideias neoliberais foi o Chile, durante o governo ditador de Augusto Pinochet, havia uma associação direta do neoliberalismo com a ditadura por conta das ideias brutais do programa proposto pelos Chicago Boys, que determinava por exemplo a retirada de direitos básicos da população e por isso acreditavam que este plano não poderia ser implementado se não fosse através da força bruta e de armas, isto é, de uma ditadura que pudesse impedir os setores populares que seriam prejudicados pela agenda neoliberal, de se revoltarem (PIKETTY, 2020; PALMA, 2022). E assim, no final dos anos 1970, o neoliberalismo começaria a ganhar força e governo nos países capitalistas ocidentais, na Inglaterra com a vitória de Margaret Thatcher e depois nos EUA com a presidência de Ronald Reagan, no início dos anos 1980 (HARVEY, 2010; PIKETTY, 2014; PALM, 2019). Nesse período ocorreu, como considerou Piketty (2014), o movimento de privatização, liberalização da economia e desregulamentação dos mercados financeiros e dos fluxos de capital, que se espalhou por todo o planeta a partir dos anos 1980, possuindo diferentes origens, sendo que a estagflação dos anos 1970 foi um elemento preponderante que mostrou os limites das políticas keynesianas do pós-guerra.

Nesse período, o neoliberalismo passou a ser a doutrina dominante, conquistando governos e estabelecendo sua hegemonia, inclusive sobre os partidos

sociais-democratas, invertendo o pensamento construído nas décadas anteriores. As ideias de privatização, desregulamentação, liberdade plena do mercado passariam a ser os novos paradigmas dessa contra-ofensiva das ideias liberais, representadas agora, pelo neoliberalismo que tinha por objetivo reduzir o custo de produção do capital de forma direta através da redução e corte de salários e impostos e concomitantemente de forma indireta por meio da regulamentações e controles que o Estado estabeleceria sobre o mercado (PIKETTY, 2014). Os Estados capitais almejavam total liberdade para adquirir ativos, onde quer que fosse, pois necessitavam mover-se e empreender novos negócios lucrativos, com altas taxas de retorno, entretanto com baixíssimos salários e a mínima regulamentação, assim o neoliberalismo passou a construir uma nova dominância intelectual, substituindo o modelo keynesiano e transformando-se em uma corrente hegemônica no mundo capital, em que a financeirização da economia se tornou um dos seus pilares (ARRIGHI, 1999; PIKETTY, 2014).

É importante destacar que o keynesianismo e o neoliberalismo eram duas correntes ideológicas e culturais em disputa nos partidos, universidades e sociedade dos países capitalistas, mas a partir dos anos 1970, esse pensamento começa a deteriorar-se e passa a ser um fenômeno isolado, havendo a predominância da lógica neoliberal que unifica a burguesia mundial ao redor das ideias de lucro, sem obstáculos para atingir a sobrevivência do capitalismo, sem qualquer tipo de controle ou empecilho sobre este, seguindo a dialética de que o capital não pode ser domesticado por uma força externa ao mercado (HARVEY, 2010). Ou seja, o neoliberalismo converteu-se na doutrina dominante dos grandes capitalistas, baseada na destruição de direitos, redução de salários, privatização, diminuição dos serviços públicos, contenção de impostos aos mais ricos com a finalidade de ampliar o lucro capitalista e os investimentos, assim a economia teria ciclos de prosperidade (PIKETTY, 2014; PIKETTY, 2020). O neoliberalismo produz ideias anticomunistas mas também anti-desenvolvimentistas, opondo-se a fomentação do mercado interno, o planejamento estatal e a regulamentação do mercado, ou seja, a ideia central sempre será a liberdade do capital, mesmo que o custo seja a regressão social, a destruição ambiental, o aumento da desigualdade de renda e riqueza (HARVEY, 2010). Assim, o neoliberalismo surge como meio para frear o avanço de políticas trabalhistas e sociais, estabelecendo normas capazes de gerar uma acumulação sem fim do capitalismo, ao passo que ao afastar o controle do Estado, também promovem a degradação climáticas e ambientais (HARVEY, 2010).

2. O CONSENSO DE WASHINGTON

O Consenso de Washington surge da comunhão entre o departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para o desenvolvimento de uma série de ideias políticas econômicas que se converteram em propostas para combater a hiperinflação e implementar o neoliberalismo, em especial na América Latina. De acordo com Batista (1994) a mensagem neoliberal associada ao Consenso de Washington estava sendo transmitida de forma vigorosa desde o início da administração Reagan nos Estados Unidos, com grande competência e recursos abundantes, tanto humanos quanto financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano.

Um dos principais fundamentos econômicos do Consenso de Washington foi pautado no monetarismo, isto é, o controle da inflação e da estabilidade monetária. Por isto, o consenso destaca a necessidade de políticas que estabilizem as economias dos Estados nacionais que estavam na “crise da dívida”, o que consistia em altos níveis de inflação, crescimento negativo e dívidas externas insustentáveis. Muitos autores referem-se ao período de 1980 como a “década perdida”, pois muitas economias da região obtiveram um desempenho abaixo do esperado, principalmente pelas dívidas acumuladas durante os anos 1970, que naquela década foram concedidos em condições favoráveis mas com a crise do petróleo e o aumento da taxa de juros, muitos países latino americanos não conseguiram honrar com suas dívidas (MALAN, 1991).

Por conta deste contexto, muitos países acabaram recorrendo ao FMI e ao Banco Mundial em busca de ajuda, entretanto as instituições existiram a implementação de reformas estruturais como condição para a concessão de empréstimos em conjunto com a ideologia defendida pelo presidente dos EUA, Ronald Reagan que defendia a redução da intervenção estatal na economia, a desregulamentação e a promoção do livre mercado, influenciando as políticas recomendadas para a América Latina através do Consenso de Washington (BATISTA, 1994).

Para Bresser-Pereira (1991), o contexto político pelo qual vários países latino americanos estavam passando durante esse período foi fundamental, já que muitos estavam saindo de regimes autoritários para democracias, fazendo com que a imposição de reformas econômicas se intensificassem e gerassem expectativas de que a liberalização econômica e por fim ajudasse a consolidar as novas democracias. Ademais, havia uma crescente pressão internacional por políticas que promovessem a integração econômica e a globalização, de países “em desenvolvimento” com os

interesses dos EUA.

Tais fatores contribuíram para a formulação do Consenso de Washington, delineado em diversas reuniões e conferências entre economistas, representantes das instituições financeiras internacionais e representantes de governos latino-americanos que ocorreram na capital dos Estados Unidos. Contudo, o termo “Consenso de Washington” foi popularizado pelo economista John Williamson em 1989, após a publicação de um artigo que descrevia o conjunto de dez princípios que eram pautados nas recomendações elaboradas nas reuniões em Washington D.C.

Os princípios econômicos a partir do consenso de Consenso de Washington para a América Latina consistiam em 1)Disciplina fiscal (O governo deve implementar cortes de gastos e buscar a redução ou eliminação de suas dívidas, diminuindo custos e o número de funcionários. Isso também envolve reorganizar prioridades e processos para minimizar desperdícios.); 2)Redirecionamento da despesa pública(Os gastos públicos devem ser redirecionados de subsídios, especialmente na agricultura, para a oferta de serviços essenciais que promovam o crescimento, como educação básica, cuidados primários de saúde e investimentos em infraestrutura); 3)Reforma tributária (O governo precisa reformular seu sistema de arrecadação de impostos para reduzir a carga tributária sobre as empresas, ao mesmo tempo em que mantém o nível de receitas fiscais); 4)Liberalização da taxa de juras (A liberalização da taxa de juros deve resultar em um aumento no crédito ao consumidor, estimulando a economia. Essa medida leva a uma maior relação entre passivos de curto prazo e ativos nos balanços patrimoniais das empresas.); 5)Taxa de câmbio competitiva (Uma taxa de câmbio competitiva é aquela que permite que as empresas que utilizam tecnologia avançada em todo o mundo permaneçam competitivas no mercado internacional); 6)Liberalização do comércio (Esse princípio está fortemente associado ao liberalismo, referindo-se à redução de regulamentações e restrições governamentais sobre a economia, permitindo uma maior participação do setor privado.); 7)Liberalização do investimento direto estrangeiro (As opções incluem relaxar as regras para empresas que desejam operar no exterior, facilitar a participação de investidores estrangeiros em empresas nacionais e reduzir os requisitos para investimentos estrangeiros.); 8)Privatizações (A privatização de empresas estatais, tanto nos setores comercial quanto de infraestrutura, visa garantir a preponderância da iniciativa privada em todas as áreas da economia.); 9)Desregulamentação (Esse termo se refere à diminuição das regulamentações sobre controle econômico e leis trabalhistas, com o objetivo de reduzir o poder dos sindicatos

e do trabalho organizado.); 10) Proteção dos Direitos de Propriedade (Garantir a proteção dos direitos de propriedade, assegurando que os ativos e interesses dos indivíduos e empresas sejam respeitados e protegidos pela lei.).

De acordo com Batista (1994), o Consenso de Washington sobrepunha a visão econômica aos problemas políticos e sociais ainda que estes estivessem subordinados:

A modernização da América Latina deve se fazer assim, prioritariamente, por um processo de reformas econômicas. As de ordem política, de aprofundamento e consolidação da democracia na região não seriam, nessa visão, indesejáveis; [...] O Consenso de Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal qual as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas. (Batista, 1994, p.11).

Todavia, pode-se dizer que o Consenso de Washington foi uma ferramenta que os EUA utilizaram para promover seus interesses econômicos, políticos e estratégicos na América Latina, buscando garantir um ambiente favorável para suas iniciativas e influências na região. Os Estados Unidos buscavam promover a estabilidade econômica na região sul da América Latina para evitar crises que poderiam afetar os mercados globais, mas principalmente a economia americana pois também tinham interesse em abrir os mercados para a região tanto em produtos como também para investimentos de empresas americanas através da promoção dos pontos de privatização e desregulamentação, assim como a liberalização do comércio e a redução de barreiras comerciais eram estratégias para aumentar as exportações e fortalecer laços econômicos (FIORI, 1995). Ainda, visavam expandir sua influência econômica e geopolítica na região, especialmente no contexto global à época em que outras potências como a China começaram a aumentar sua presença no cenário internacional.

Durante a Guerra Fria, um dos principais objetivos americanos era conter a influência do comunismo na América Latina, portanto ao promover reformas neoliberais através do Consenso, o fortalecimento de governos democráticos dificultando a ascensão de regimes socialistas estavam diretamente ligados a prevenção do comunismo, o que era indispensável para a agenda da administração americana. Não obstante, a integração com a América Latina era uma maneira de criar um bloco mais alinhado aos interesses norte-americanos, promovendo acordos como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

3. REFLEXOS POLÍTICOS

3.1 Chile – Governo Pinochet

No decorrer do governo de Augusto Pinochet no Chile, que se estendeu de 1973 a 1990, o país passou por uma transformação radical em sua estrutura econômica e social, marcadamente pela implementação de políticas neoliberais severas. Após o golpe militar que depôs o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, Pinochet e sua equipe econômica, influenciados pelas ideias da Escola de Chicago, adotaram uma agenda de liberalização que envolve privatizações em larga escala, desregulamentação e cortes drásticos nos gastos sociais (SOUZA, 2020). Essas medidas visavam estabilizar a economia chilena, que enfrentaria uma inflação elevada e crises financeiras, mas frequentemente à custa da população mais vulnerável.

Um dos aspectos mais notáveis do governo Pinochet foi a privatização das empresas estatais, que abrangiam setores estratégicos como telecomunicações, energia e saúde. A crença era de que a privatização traria maior eficiência e competitividade, além de investimento em investimentos estrangeiros. No entanto, a realidade revelou que essas mudanças também resultaram em um aumento significativo nas tarifas, tornando serviços essenciais inacessíveis para muitos chilenos. A promessa de um Chile moderno e competitivo foi frequentemente desmentida pelas experiências cotidianas de um grande número de cidadãos que viram suas condições de vida deteriorarem-se (ACÁCIO, 2013).

Além das privatizações, o governo Pinochet implementou reformas no mercado de trabalho que enfraqueceram os direitos dos trabalhadores e desmantelaram as organizações sindicais. A nova legislação trabalhista, em sintonia com as políticas neoliberais, buscou reduzir o papel do Estado na regulação do mercado de trabalho, o que levou a uma precarização das condições de trabalho e a um aumento do desemprego. Os trabalhadores, sem a proteção de suas organizações, foram vítimas de abusos e exploração, criando um ambiente de descontentamento e insatisfação social (SPEKTOR, 2011).

Uma das principais características desse período foi a implementação de reformas trabalhistas que tinham como objetivo reduzir a intervenção do Estado na regulação das relações de trabalho. Essa abordagem estava em linha com a ideologia neoliberal promovida pela equipe econômica do governo, influenciada pelos economistas da Escola de Chicago. A nova legislação trabalhista visava desmantelar os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos, enfraquecendo as

estruturas sindicais que historicamente garantiam proteção e suporte aos trabalhadores (ACÁCIO, 2013). De acordo com Vigevani et al. (2008, p.19):

Uma das principais mudanças introduzidas foi a flexibilização das leis trabalhistas, que permitiu que as empresas contratassem e demitissem funcionários com maior facilidade. Essa flexibilização gerou uma precarização significativa das condições de trabalho, uma vez que os trabalhadores passaram a viver sob a ameaça constante de demissões e sem garantias de emprego. O resultado foi um aumento do desemprego, que afetou principalmente os mais vulneráveis e aqueles que já ocupavam postos de trabalho informais. A insegurança laboral gerada por essas políticas criou um ambiente de incerteza e descontentamento entre os trabalhadores chilenos.

Ademais, a desarticulação das organizações sindicais foi um dos objetivos centrais do governo Pinochet. O regime adotou medidas para proibir a atividade sindical e dismantelar os sindicatos existentes, que eram vistos como um obstáculo à implementação de suas reformas econômicas. A repressão à organização dos trabalhadores praticada em um silêncio ordenado sobre as injustiças e abusos que esses indivíduos enfrentavam nas relações de trabalho (BARRIOS, 2022). Sem a proteção de suas organizações, os trabalhadores se tornaram vulneráveis a condições laborais abusivas, incluindo longas jornadas de trabalho, sem qualquer forma de indenização ou reivindicação. As consequências dessas reformas foram visíveis na sociedade chilena. O aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho desenvolvidas para uma crescente insatisfação social. Movimentos sociais surgiram, respondendo à opressão e às dificuldades econômicas que muitos enfrentaram (ACÁCIO, 2013).

Ainda, o impacto social das reformas no mercado de trabalho sob o governo Pinochet não se limitou ao aumento do desemprego e à precarização das condições de trabalho. Também houve uma ampliação das desigualdades sociais, com os efeitos mais severos diminuindo sobre os segmentos mais pobres da população. As políticas neoliberais, que prometiam crescimento e modernização, acabaram gerando um sistema econômico que beneficiou poucos em detrimento de muitos. Essa realidade levou a uma crise de legitimidade do governo e a um aumento das tensões sociais que se tornariam evidentes nas décadas seguintes (RAMOS, 2020).

Por fim, as reformas trabalhistas renovadas durante o governo de Pinochet marcaram um período sombrio na história do Chile, onde a proteção dos direitos dos trabalhadores foi amplamente desconsiderada em nome do desenvolvimento econômico. As consequências dessas políticas ainda são sentidas hoje, à medida que a sociedade chilena continua a lutar por justiça social e direitos trabalhistas em um contexto de desigualdade persistente. A resistência dos trabalhadores e a luta por seus

direitos permanecem como uma parte crucial da narrativa chilena, lembrando da importância da proteção social e dos direitos trabalhistas em qualquer sociedade que busque prosperar de forma justa e equitativa (VIGEVANI et al., 2008).

A desregulamentação dos mercados e a abertura comercial dos avanços durante o governo de Augusto Pinochet no Chile tiveram um impacto profundo e duradouro na economia do país. Essas políticas foram impulsionadas pela ideologia neoliberal, que buscava promover o crescimento econômico por meio da liberalização e do aumento da competitividade no mercado global (BARRIOS, 2022). Contudo, embora setores como a mineração e a agroindústria se beneficiem dessa nova ordem econômica, outras áreas, especialmente nas zonas rurais, sofreram perdas significativas, resultando em consequências sociais graves para muitas comunidades. O contraste entre os setores que prosperaram e aqueles que foram desarticulados revela a complexidade das transformações econômicas que ocorreram nesse período.

A competição com produtos importados provocou uma desarticulação da agricultura tradicional, levando à falência de muitas pequenas propriedades rurais que não conseguiam competir com os preços baixos dos produtos estrangeiros (SANTOS, 2020). A abertura econômica, que promete eficiência e crescimento, se traduziu na marginalização de produtores locais, que antes sustentavam suas comunidades. Essa realidade não só prejudicou a economia local, mas também gerou um aumento significativo da pobreza em regiões que antes eram autossuficientes. A falta de apoio e proteção a esses trabalhadores agrícolas sobreviveu em uma crescente desigualdade social, criando um abismo entre aqueles que se beneficiaram da nova economia e aqueles que foram deixados para trás.

Para além das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, a desregulamentação dos mercados contribuiu para a restrição das condições de vida em várias comunidades. O êxodo rural se intensificou à medida que as pessoas buscavam oportunidades de emprego nas cidades, muitas vezes em setores informais, onde os direitos trabalhistas eram inexistentes. Essa migração, embora necessária para a sobrevivência, resultou em um crescimento das áreas urbanas que não estavam preparadas para absorver um aumento tão rápido da população. O resultado foi a insegurança das favelas e a intensificação da pobreza urbana, ampliando a desigualdade social que o governo dizia estar combatendo (ACÁCIO, 2013).

As reformas de Pinochet não impactaram apenas a economia, mas também tiveram repercussões profundas na estrutura social do Chile. O aumento da pobreza e da

desigualdade levou a uma insatisfação crescente entre os cidadãos, que resultou na percepção de que os benefícios da abertura econômica não foram distribuídos de maneira equitativa. As promessas de crescimento e modernização se esbarraram na realidade de uma população empobrecida e sem acesso a serviços básicos, resultando em um clima de descontentamento que se manifestaria em protestos e movimentos sociais nos anos subsequentes (NOLTE, 2010).

As consequências da desregulamentação e da abertura comercial durante o governo Pinochet tampouco podem ser ignoradas. O impacto econômico, embora positivo para alguns setores, contribuiu para uma sociedade marcada pela desigualdade e pela marginalização (NOLTE, 2010). A análise dessas políticas e suas repercussões é fundamental para entender o legado de Pinochet e os desafios que o Chile ainda enfrenta em sua busca por justiça social e equidade. O equilíbrio entre crescimento econômico e justiça social permanece uma questão central na discussão sobre as políticas inovadoras nesse período histórico.

Os movimentos sociais e as organizações de direitos humanos geraram vozes de resistência contra o regime de Pinochet e suas políticas neoliberais. A luta pela recuperação da democracia e a defesa dos direitos dos trabalhadores foram centrais durante esse período de repressão, onde muitas pessoas foram perseguidas, torturadas ou desaparecidas por se oporem ao governo. Apesar das fortes repressões, essas vozes conseguiram galvanizar a sociedade civil e abrir espaço para a discussão sobre as consequências sociais e humanas das políticas inovadoras (OLIVEIRA, 2018).

Assim, a era Pinochet no Chile representa um exemplo claro de como a adoção de políticas neoliberais pode trazer consequências sociais profundas e rigorosas. As reformas que foram apresentadas como soluções para os problemas econômicos do país resultaram, na verdade, em um aumento da desigualdade e da exclusão social. A experiência chilena serve como um lembrete da importância de considerar o impacto humano das políticas econômicas, especialmente em contextos onde a vulnerabilidade social é uma realidade constante (ACÁCIO, 2013).

3.2 Argentina – Governo Menem

No decorrer do governo de Carlos Menem na Argentina (1989-1999), o país desenvolveu uma série de políticas neoliberais que transformaram profundamente sua economia e sociedade. Alinhado ao Consenso de Washington, Menem promoveu uma extensa privatização de empresas estatais, buscando reduzir o papel do Estado e atrair

investimentos estrangeiros (GONÇALVES, 2019).

Essa estratégia resultou em maior eficiência para alguns setores, como o de telecomunicações, mas também gerou críticas devido ao aumento das tarifas e à exclusão de parte da população dos serviços básicos, anteriormente garantidos pelo Estado. Essa dualidade trouxe à tona questões cruciais sobre o verdadeiro custo do neoliberalismo, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população, que enfrentam dificuldades para arcar com os novos preços (ACÁCIO, 2013).

A abertura da economia foi outro aspecto central das reformas inovadoras de Menem. A liberalização do comércio permitiu a entrada de produtos estrangeiros, o que, embora tenha ampliado as opções de consumo, prejudicou a indústria local. Pequenas e médias empresas não conseguem competir com os preços baixos dos produtos importados, resultando em falências e no aumento do desemprego. Essa situação evidenciou a fragilidade de uma economia que depende de produtos externos, colocando em risco a segurança econômica e a estabilidade social da Argentina (NOLTE, 2010).

As políticas de austeridade fiscal também tiveram um impacto significativo na sociedade argentina. O pesquisador Ramos argumenta que:

O governo priorizou a redução de gastos públicos como forma de equilibrar as contas, o que resultou em cortes severos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. A redução de investimentos nessas áreas teve como consequência um aumento na desigualdade social, pois os serviços que antes eram acessíveis a todos tornaram-se restritos a uma parcela da população com maior poder aquisitivo. Esse cenário aprofundou a marginalização das classes mais baixas, que passaram a lutar por direitos básicos que antes eram garantidos pelo Estado (RAMOS, 2020, p.51).

Os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores tornaram-se vozes importantes de resistência contra as políticas neoliberais de Menem. Durante seu governo, os efeitos adversos das reformas econômicas foram amplamente sentidos pela população, levando a um aumento das desigualdades sociais e da precarização do trabalho. As mobilizações foram fundamentais para dar visibilidade às demandas da classe trabalhadora, que lutava por melhores condições de vida e trabalho, além da proteção social. Como afirmou Castro (2021), essas organizações buscaram reivindicar um modelo econômico que leve em consideração as necessidades da população, destacando a importância da inclusão social em meio a um contexto de liberalização e austeridade.

As críticas dos movimentos sociais, no entanto, não foram bem recebidas pelo governo de Menem, que optou por deslegitimar essas vozes. O Executivo priorizou a

estabilidade econômica e o crescimento a qualquer custo, utilizando uma narrativa que minimizava os impactos negativos das reformas. Essa postura resultou em uma relação tensa entre o governo e os representantes da sociedade civil, com ações repressivas contra manifestações e tentativas de silenciar as críticas (COSTA, 2022). Esse cenário evidenciou um padrão de exclusão e desconsideração das demandas populares, onde o governo parecia mais interessado em agradar investidores que atendem às necessidades básicas da população.

Além das mobilizações, o fortalecimento das centrais sindicais foi um aspecto crucial na resistência ao governo Menem. As organizações sindicais, que historicamente desempenharam um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores, passaram a se mobilizar de forma mais articulada contra as políticas neoliberais. Eles promoveram greves e manifestações que buscavam não apenas melhores condições de trabalho, mas também a defesa de direitos básicos que estavam sendo ameaçados pelas reformas. Essa união entre diferentes segmentos da sociedade civil refletiu uma crescente insatisfação com a direção econômica do país e a necessidade de um debate mais amplo sobre o futuro da Argentina (ACÁCIO, 2013).

As lutas dos movimentos sociais e das organizações de trabalhadores também foram essenciais para a construção de uma nova consciência política na sociedade argentina. Essas mobilizações não apenas questionaram as políticas de Menem, mas também abriram espaço para discussão sobre alternativas ao modelo neoliberal. A colaboração entre diferentes grupos sociais propiciou uma reflexão crítica sobre o papel do Estado na garantia de direitos e na promoção do bem-estar social. Conforme destacado por Oliveira (2018), essa nova consciência política foi fundamental para a formação de um campo de resistência que buscava não apenas a reversão das políticas neoliberais, mas também a construção de um projeto social inclusivo.

Entretanto, a resistência enfrentou diversos desafios ao longo do governo de Menem. As ações repressivas e a criminalização dos movimentos sociais geraram um clima de medo e insegurança, dificultando a mobilização popular. Apesar disso, a persistência e a resiliência dos movimentos superaram as demandas por justiça social e direitos não puderam ser ignoradas. A luta contra a precarização do trabalho e a busca por um modelo econômico mais justo conduziu o ecoar nas vozes dos trabalhadores e da sociedade civil, estabelecendo um legado de resistência que influenciaria as futuras gerações (SILVA, 2021).

Os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores desempenharam um

papel fundamental na resistência às políticas neoliberais de Menem, denunciando as injustiças sociais e clamando por um modelo econômico mais equitativo. As expostas geradas pela deslegitimação dessas vozes revelaram a fragilidade da democracia em um contexto de austeridade, evidenciando a importância da luta social na construção de um futuro mais justo. A experiência argentina sob Menem lembra que, mesmo em tempos de crise, a organização e a mobilização popular podem ser ferramentas potentes de transformação social, capazes de questionar e desafiar as estruturas de poder existentes (ACÁCIO, 2013).

Ao final de seu governo, Menem deixou um legado complexo. Se, por um lado, conseguiu estabilizar a economia e atrair investimentos, por outro, a polarização social e a exclusão de grande parte da população se levantaram questões importantes. As políticas neoliberais rompidas durante seu governo favoreceram uma minoria em detrimento da maioria, o que resultou em um aumento da desigualdade e em um clima de instabilidade social que persistiu na Argentina por anos após seu mandato. A experiência argentina sob Menem ilustra a necessidade de uma reflexão crítica sobre o impacto das políticas neoliberais e seus efeitos duradouros na sociedade (BARROS, 2023).

A abertura econômica foi um pilar fundamental das reformas de Menem, facilitando a entrada de produtos estrangeiros e promovendo a competitividade interna. No entanto, a economia argentina, que já sofria com instabilidade, causou novos desafios: as empresas locais não conseguiram competir com os preços dos produtos importados, o que levou a um aumento no desemprego e na precarização do mercado de trabalho. Esse processo de desindustrialização enfraqueceu setores tradicionais da economia argentina, resultando na falência de pequenas e médias empresas e aumentando a dependência do país em relação ao mercado externo (OLIVEIRAS; DOLCETTI-MARCOLINI, 2015).

Além disso, as políticas de austeridade fiscal implantadas para equilibrar as contas públicas impactaram diretamente áreas como saúde, educação e assistência social. A retirada de investimentos nesses setores fragilizou as redes de apoio à população mais vulnerável, ampliando a desigualdade social e gerando insatisfação entre a população de baixa renda. A falta de programas de proteção social deixou uma parcela significativa da população sem acesso a serviços básicos, criando uma situação de exclusão e marginalização social (ACÁCIO, 2013).

Movimentos sociais, sindicatos e organizações de trabalhadores reagiram contra

as reformas, denunciando a interrupção das condições de trabalho e a crescente pobreza. Esses grupos questionaram a orientação neoliberal do governo, argumentando que as políticas de Menem beneficiaram mais os investidores. No final de seu governo, Menem conseguiu estabilizar a inflação e atrair investimentos, mas deixou um legado de polarização social e fragilidade econômica (ACÁCIO, 2013).

As políticas neoliberais trouxeram crescimento para alguns setores, mas não foram capazes de garantir uma distribuição equitativa dos benefícios. A desigualdade aumentada, a instabilidade social, fomentada por um mercado de trabalho precário e a exclusão de grande parte da população, foi um desafio que perdurou na Argentina por muitos anos após o mandato de Menem (GONÇALVES, 2019).

3.3 Brasil – Governo Collor

A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência do Brasil, em 1990, marcou um momento decisivo para a implementação de políticas neoliberais no país. O governo Collor buscou adotar uma agenda de liberalização econômica, alinhada aos preceitos do Consenso de Washington, em um esforço de modernização e integração econômica com o mercado global (VIGEVANI, 2008). Entre as medidas, destacaram-se as privatizações de empresas estatais, a abertura do mercado para produtos importados e a desregulamentação de setores estratégicos, transformações que pretendiam reduzir o papel do Estado e estimular a competitividade (SILVA, 2021). Porém, o impacto social dessas políticas trouxe consequências que não foram totalmente previstas, gerando críticas e reavaliações constantes ao longo dos anos.

Collor de Mello foi eleito com o discurso de modernizar o país e combater a corrupção, prometendo romper com o "atraso" que, em sua visão, caracterizava a política e a economia nacional. Alinhado ao Consenso de Washington, que orientava os países em desenvolvimento a adotarem políticas neoliberais, Collor defendeu uma abertura econômica como solução para a crise e o estancamento econômico brasileiro (CARVALHO, 2019). A promessa de crescimento e modernização atraiu apoio popular, especialmente entre os setores empresariais e parte da classe média que via nas políticas neoliberais uma chance de posicionar o Brasil no cenário global. De acordo com Gonçalves (2019, p.31):

A implementação de políticas neoliberais no governo Collor incluiu uma série de reformas estruturais, sendo a privatização de empresas estatais uma das estratégias principais. Ao transferir o controle de importantes empresas públicas para o setor privado, o governo buscava diminuir o papel do Estado na economia e tornar essas empresas mais eficientes, acreditando que o setor privado seria capaz de gerar maior produtividade. Contudo, o processo de

privatização gerou polêmica, especialmente pelo impacto sobre os trabalhadores e pela falta de uma política clara de regulamentação, o que fez com que muitas dessas privatizações fossem questionadas.

Outro pilar das reformas de Collor foi a abertura do mercado brasileiro para produtos importados. Com o intuito de aumentar a competitividade e forçar a modernização da indústria nacional, o governo excluiu tarifas de importação, facilitando o acesso a produtos estrangeiros. Esse movimento, entretanto, trouxe consequências adversas, uma vez que uma indústria local, pouco preparada para enfrentar a concorrência internacional, sofreu um impacto negativo, levando ao fechamento de fábricas e ao aumento do desemprego (SILVA, 2021). A falta de planejamento estratégico para lidar com esses efeitos foi um dos principais pontos de crítica ao modelo neoliberal adotado.

A desregulamentação econômica foi outra medida que Collor buscou implementar com vistas a atrair investimentos externos e facilitar o empreendedorismo. Setores como o financeiro e o industrial passaram a ter menos restrições estatais, o que, o governo, criaria um ambiente mais propício para o crescimento econômico. No entanto, há uma ausência de orientações adequadas sobre instabilidade no mercado e um aumento na vulnerabilidade das pequenas e médias empresas, que foram especialmente afetadas pela falta de políticas de apoio (ACÁCIO, 2013).

O impacto social das reformas neoliberais de Collor foi significativo e trouxe à tona questões que se tornariam críticas no futuro. As políticas de austeridade, combinadas com a falta de investimentos sociais, desenvolveram-se para o agravamento da desigualdade, uma vez que as classes menos favorecidas não encontraram suporte para enfrentar as mudanças econômicas impostas (RAMOS, 2020). Essa situação gerou descontentamento e resistência popular, com movimentos sociais e sindicatos protestando contra o que viam como uma política que beneficiava as elites em detrimento da população trabalhadora.

Em resposta às pressões sociais e à crescente insatisfação popular, o governo Collor se viu obrigado a rever algumas de suas medidas. Ainda que o objetivo inicial fosse modernizar a economia e aproximar o Brasil do cenário econômico global, o impacto adverso sobre a sociedade e a indústria local obriga o governo a buscar alternativas que atendam aos interesses nacionais de maneira mais equilibrada (SILVA, 2021). As revisões constantes nas políticas neoliberais de Collor revelaram os desafios de implementação desse modelo em um contexto como o brasileiro, marcado por profundas desigualdades e limitações estruturais.

Para explorar o impacto social das políticas neoliberais inventadas durante o governo Collor, é necessário considerar os efeitos dessas reformas sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira. A desregulamentação e a abertura do mercado, ao mesmo tempo que incentivavam a modernização e a competitividade, afetaram diretamente trabalhadores e setores menos preparados para competir em um cenário de mercado globalizado (OLIVEIRA; DOLCETTI-MARCOLINI, 2015). Com a redução das tarifas de importação, muitos produtos estrangeiros passaram a ter preços mais acessíveis, mas a indústria nacional sofreu, especialmente em regiões que dependem da produção e produção local, gerando desemprego e instabilidade econômica.

Outro efeito social relevante foi o aumento das desigualdades. Com menos intervenção estatal em áreas de proteção social, as políticas neoliberais aplicadas pelo governo não contemplaram medidas para absorver os impactos dessas mudanças nas classes mais baixas. As privatizações, por exemplo, geraram aumento na tarifa de alguns serviços, dificultando o acesso de famílias de baixa renda a serviços essenciais (SILVA, 2021). Dessa forma, o desmonte de estruturas públicas aumentou a exclusão social, criando um cenário onde o crescimento econômico não era sentido de forma equitativa para todos.

A precarização do trabalho foi outro reflexo visível dessas políticas. O incentivo ao setor privado e a diminuição das regulamentações trabalhistas buscavam tornar o mercado mais flexível, mas, ao mesmo tempo, resultaram em empregos com menor estabilidade e condições mais vulneráveis para o trabalhador (PEREIRA, 2021). Sem políticas que assegurassem apoio ao trabalhador no novo cenário econômico, a segurança no emprego e os direitos trabalhistas foram diretamente afetados, gerando maior precarização e insegurança entre a classe trabalhadora.

Os movimentos sociais e sindicatos tiveram papel fundamental em denunciar e protestar contra os impactos dessas reformas. As organizações trabalhistas se opuseram às privatizações e à abertura do mercado, argumentando que o modelo neoliberal era prejudicial à população mais pobre e vantajoso apenas para setores privilegiados. O crescimento dos protestos e movimentos populares nos anos 90 revela a amplitude do descontentamento social e a crescente insatisfação com os efeitos desiguais do governo de Collor (ACÁCIO, 2013).

A revisão de algumas políticas neoliberais ao longo do governo demonstra como o impacto social teve peso nas decisões governamentais. A necessidade de adaptar o modelo inicial e considerar medidas de proteção social evidencia que, em contextos de

grande desigualdade, políticas neoliberais puras encontram barreiras sociais e econômicas. Essas adaptações, no entanto, foram insuficientes para reverter muitos dos impactos sociais negativos, que levantaram muitas questões críticas para governos posteriores e para o desenvolvimento de políticas públicas (SPEKTOR, 2011).

A reforma da administração pública foi uma das principais bandeiras neoliberais, buscando tornar o Estado mais eficiente por meio da redução de custos e eliminação de gastos considerados supérfluos. No entanto, essa abordagem gerou uma perda significativa de autonomia das empresas estatais, como a Telebras e a Vale do Rio Doce, levando-as a serem privatizadas ou reestruturadas (PEREIRA, 2022). Apesar de alegar que essas mudanças aumentariam a eficiência, os efeitos para a população foram mistos, pois muitos serviços passaram a seguir uma lógica de mercado, o que impediu o acesso de saneamento de baixa renda.

No campo industrial, o governo Collor implementou uma política de abertura econômica que visava aumentar a concorrência e promover o desenvolvimento da indústria nacional. Isso incluiu a eliminação de tarifas de importação e a redução de barreiras comerciais, que teve como resultado imediato um forte impacto sobre a indústria brasileira, que se viu despreparada para competir com os produtos estrangeiros (OLIVEIRA, 2018). Muitos setores não resistiram à pressão da concorrência internacional, causando fechamento de fábricas e aumento do desemprego, especialmente no setor manufatureiro (CARVALHO, 2023). O pesquisador Spektor (2011, p.41) afirma que:

A liberalização dos mercados financeiros e de capitais também fez parte da agenda neoliberal do governo Collor, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e modernizar a economia nacional. No entanto, essa liberalização aumentou a vulnerabilidade do Brasil às crises econômicas globais e às flutuações do mercado internacional. Essa política teve consequências sobre a estabilidade econômica, gerando desafios para a gestão macroeconômica do país e abrindo a discussão sobre os limites do neoliberalismo em economias emergentes.

A tentativa de redução da inflação através do controle rígido da política monetária foi um dos focos centrais do governo. Collor implementou um bloqueio dos investimentos financeiros dos brasileiros, conhecido como “Plano Collor”, que congelou valores em contas bancárias e poupanças. Embora o objetivo fosse controlar a hiperinflação, o plano era altamente impopular e causou grandes dificuldades econômicas para a população, que se viu sem acesso aos próprios recursos. Esse evento marcou a história econômica do Brasil, tornando-se um símbolo do impacto negativo das políticas econômicas de austeridade (SANTOS, 2020).

A política de privatizações continuou a influenciar a economia brasileira ao longo dos anos, abrindo espaço para o questionamento dos efeitos do neoliberalismo no país. Muitas dessas privatizações foram marcadas por denúncias de irregularidades e falta de transparência, gerando um ambiente de desconfiança entre a população e o governo. O legado neoliberal do governo Collor ainda suscita discussões sobre os limites e as consequências dessas políticas no desenvolvimento do Brasil (BARROS, 2023).

As críticas às políticas neoliberais rompidas durante o governo Collor cresceram com o passar dos anos, principalmente no que diz respeito ao impacto social e à falta de medidas para compensar os efeitos negativos nas classes mais vulneráveis. Esse contexto de liberalização econômica, em um país com alto índice de desigualdade, trouxe à tona as limitações do modelo neoliberal, gerando um movimento de oposição que culminou na eleição de governos com propostas alternativas nos anos seguintes (QUILICONI; SALGADO, 2017).

3.4 Venezuela – Governo Perez

No governo de Carlos Andrés Pérez na Venezuela (1989 - 1993), o país viveu um período turbulento marcado por uma forte adoção de políticas neoliberais, influenciadas pelas diretrizes do Consenso de Washington. Ao assumir a presidência, Pérez assumiu uma economia em crise, com inflação elevada e um déficit fiscal preocupante. Para conter essa situação, seu governo implementou um pacote de reformas que incluía a privatização de empresas estatais, a liberalização do mercado e a desregulamentação de setores estratégicos, com a promessa de modernizar a economia venezuelana. Contudo, essas medidas geraram profundas consequências sociais e econômicas, levando a uma intensificação das perdas sociais e à resistência popular (ACÁCIO, 2013).

A privatização de empresas estatais, foi uma das características mais marcantes de sua administração. O governo defendeu que a venda de ativos públicos resultaria em maior eficiência econômica e atrairia investimentos estrangeiros necessários para revitalizar a economia do país, o que enfrentaria sérias dificuldades financeiras. Essa proposta, que se alinhava às diretrizes do Consenso de Washington, visava modernizar a infraestrutura e melhorar os serviços públicos, mas, na prática, teve consequências graves para a população (NOLTE, 2010).

No entanto, a implementação dessa estratégia de privatização trouxe um

aumento significativo do desemprego. Muitas das empresas privatizadas passaram por reestruturações que resultaram em demissões em massa, deixando milhares de trabalhadores sem emprego e sem perspectivas de recolocação. A transição abrupta para um modelo de mercado mais liberal não foi acompanhada de políticas de proteção social inadequadas, o que gerou um clima de insegurança econômica e social que afetou especialmente a classe trabalhadora, uma vez que muitos perderam suas fontes de renda de forma repentina e doloroso (ACÁCIO, 2013).

Esse cenário não impactou apenas as condições econômicas, mas também contribuiu para uma exacerbação da desigualdade social no país. A privatização beneficiou uma pequena elite empresarial que conseguiu se adaptar às novas regras do jogo, enquanto a maioria da população ocultava suas condições de vida (PEREIRA, 2021). Os setores mais vulneráveis, como os trabalhadores informais e os pequenos produtores, sentiram o peso das reformas, uma vez que não tinham acesso a redes de proteção social ou a recursos que permitissem uma adaptação à nova realidade econômica.

A falta de uma rede de segurança para aqueles que perderam seus empregos alimentou a insatisfação social e as políticas propostas na Venezuela. Protestos e manifestações surgiram em resposta às políticas neoliberais de Pérez, refletindo um descontentamento generalizado com as promessas não cumpridas de crescimento e modernização (SPEKTOR, 2011). O desespero e a frustração da população tornaram-se evidentes, à medida que a desigualdade e a pobreza se tornaram mais pronunciadas num contexto de liberalização econômica.

As críticas às políticas de privatização tiveram como objetivo ganhar força, especialmente entre os trabalhadores e os sindicatos, que denunciavam a precarização das condições de trabalho e a falta de oportunidades no mercado. No entanto, o governo, em vez de ouvir as vozes da população, optou por deslegitimar essas afirmações, priorizando a estabilidade econômica em detrimento das necessidades sociais. Essa abordagem criou um ambiente de polarização crescente, no qual os cidadãos se sentiam cada vez mais distantes das decisões políticas que afetavam suas vidas (OLIVEIRAS; DOLCETTI-MARCOLINI, 2015).

A privatização de empresas estatais durante o governo de Carlos Andrés Pérez representa um exemplo claro de como as políticas neoliberais podem levar a consequências sociais devastadoras. Enquanto a teoria prometia eficiência e crescimento econômico, a realidade revelou uma profunda crise de desemprego e

desigualdade que impactou severamente a vida de milhões de venezuelanos. A experiência desse período histórico serve como um lembrete da importância de considerar as implicações sociais ao implementar reformas econômicas radicais (QUILICONI; SALGADO, 2017).

Além disso, as políticas de liberalização do mercado inovadoras por Pérez não foram acompanhadas de medidas adequadas de proteção social. O governo promoveu a abertura do mercado para produtos importados, o que levou à concorrência desleal com a produção local, resultando no fechamento de pequenas e médias empresas que não conseguem se adaptar às novas condições de mercado (QUILICONI; SALGADO, 2017). Essa situação não apenas impactou a economia, mas também teve efeitos diretos na vida das pessoas, que enfrentaram a perda de seus meios de subsistência em um ambiente de incerteza e precariedade.

A resposta da população às políticas neoliberais de Pérez foi intensa e culminou em protestos populares, notadamente o “Caracazo” em 1989, quando manifestações contra o aumento do custo de vida se transformaram em uma revolta generalizada (OLIVEIRA, 2018). O governo respondeu com repressão, resultando em confrontos violentos que deixaram um saldo trágico de mortos e feridos. Esse episódio se tornou um marco na história da Venezuela, evidenciando a profunda insatisfação da população com as medidas econômicas que, em vez de promover o bem-estar social, pareciam favorecer uma elite privilegiada em detrimento dos mais pobres.

O clima de insatisfação e descontentamento se intensificou ao longo do governo de Pérez, levando a uma crise política que se manifestou em uma crescente deslegitimação do governo. As promessas de crescimento econômico e modernização não foram cumpridas, e a população, sentindo-se abandonada e restaurando os benefícios das políticas neoliberais, começou a se mobilizar em busca de alternativas. O descontentamento social se traduziu em uma pressão crescente pelas mudanças, culminando na destituição de Pérez em 1993, que deixou um legado de divisão e insatisfação (SPEKTOR, 2011).

O governo de Carlos Andrés Pérez, que se estendeu entre 1989 e 1993, é um exemplo claro de como as políticas neoliberais, embora prometam eficiência e modernização, podem ter efeitos devastadores sobre a sociedade. Durante esse período, o governo implementou uma série de reformas econômicas que visavam a liberalização do mercado e a privatização de empresas estatais, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington. No entanto, essas medidas resultaram em um aumento alarmante da

pobreza e do desemprego, afetando principalmente os setores mais vulneráveis da população (NOLTE, 2010).

A marginalização de amplos setores da população é uma consequência direta das reformas inventadas por Pérez. A privatização de serviços essenciais e a abertura da economia não apenas desmantelaram a rede de proteção social existente, mas também elevaram os custos de vida, tornando os serviços básicos inacessíveis para muitos. A falta de uma política de inclusão social nas reformas fez com que aqueles que já enfrentavam dificuldades fossem ainda mais afetados, criando uma sociedade marcada por desigualdades profundas e crescentes. Esta situação evidencia a necessidade de um compromisso claro com a justiça social, algo que as políticas neoliberais muitas vezes negligenciam no prol do crescimento econômico (ACÁCIO, 2013).

Além disso, a precarização das condições de trabalho resultante das reformas deixou os trabalhadores desprotegidos e vulneráveis a abusos por parte dos empregadores. Com a desregulamentação do mercado de trabalho, os direitos trabalhistas foram severamente enfraquecidos, o que gerou um ambiente de insegurança para os trabalhadores. A busca incessante pela competitividade levou a demissões em massa e à redução de variação, aprofundando a crise social e econômica. A lição aqui é clara: reformas econômicas que não levam em consideração a proteção dos direitos dos trabalhadores podem agravar as desigualdades existentes e minar a coesão social (RAMOS, 2020).

Essas experiências trágicas durante o governo de Pérez serviram como um aviso para os governos subsequentes, que enfrentaram o desafio de encontrar um equilíbrio entre crescimento econômico e inclusão social. A história da Venezuela nesse período destacou a importância de integrar preocupações sociais nas agendas de reforma econômica. Uma tentativa de modernização não pode ignorar as realidades da pobreza e da marginalização, pois isso apenas perpetua um ciclo de exclusão e descontentamento. O compromisso com a justiça social deve ser uma prioridade, mesmo em meio a transformações econômicas (NOLTE, 2010).

Por fim, o legado do governo de Carlos Andrés Pérez é um testemunho das armadilhas das políticas neoliberais que prometem eficiência e crescimento sem um olhar atento para a justiça social. A combinação de crescimento econômico com inclusão e proteção dos direitos dos trabalhadores é não apenas voluntária, mas essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essa experiência deve ser um guia para os líderes atuais e futuros, que buscam implementar reformas que

realmente beneficiem toda a população e não apenas uma elite privilegiada (ACÁCIO, 2013).

A administração de Carlos Andrés Pérez na Venezuela exemplifica a complexa relação entre políticas econômicas neoliberais e suas consequências sociais. O impacto de suas reformas se estendeu muito além da economia, afetando profundamente a estrutura social do país e contribuindo para a polarização da sociedade. O legado desse período continua a ser debatido e comprovado, evidenciando a importância de políticas que priorizem o bem-estar da população em um contexto de crescimento econômico (SILVA, 2021).

3.5 México – Governo Gortari

Durante o governo de Carlos Salinas de Gortari, no México (1988-1994), o país experimentou uma intensa onda de políticas neoliberais que buscavam modernizar a economia e integrar o mercado global. Esse período foi marcado por uma série de reformas econômicas que incluíam a privatização de empresas estatais, a liberalização do comércio e a desregulamentação de setores-chave da economia. Essas medidas foram amplamente justificadas como permitir para promover o crescimento econômico e atrair investimentos estrangeiros, seguindo os preceitos do Consenso de Washington. No entanto, a implementação dessas políticas gerou um ambiente de tensão social, uma vez que muitos mexicanos se sentiram excluídos dos benefícios prometidos (PEREIRA, 2021).

A abertura da economia mexicana, especialmente com a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1992, teve um impacto significativo nas dinâmicas sociais e econômicas do país. O NAFTA foi idealizado com o objetivo de aumentar o comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México, promovendo um ambiente de integração econômica na região. No entanto, embora o tratado tivesse uma proposta de contribuição para o crescimento econômico, ele também provocou desarticulações em setores locais, especialmente na agricultura, onde pequenos produtores enfrentaram dificuldades para competir com os produtos importados mais baratos. Esta situação declarou sérias preocupações sobre a perspectiva econômica das comunidades rurais, que antes dependiam de uma economia protegida (NOLTE, 2010).

Os efeitos do NAFTA na agricultura foram particularmente preocupantes. Com a abertura do mercado mexicano para produtos norte-americanos, muitos agricultores,

que historicamente tinham acesso garantido a mercados locais, encontraram-se em uma posição vulnerável. A concorrência acirrada levou à falência de inúmeras pequenas propriedades, resultando em uma migração em massa para as áreas urbanas em busca de novas oportunidades. Essa migração não apenas sobrecarregou as cidades, mas também intensificou a pobreza urbana, exacerbando uma desigualdade já existente no país. Assim, enquanto o governo crescia, muitos cidadãos sentiam que as suas condições de vida estavam a deteriorar-se (ACÁCIO, 2013).

Além da desarticulação do setor agrícola, o NAFTA também impactou outros segmentos da economia mexicana. As promessas de criação de empregos e aumento da competitividade não se materializaram da maneira esperada. As indústrias locais, que viam competindo com grandes conglomerados estrangeiros, enfrentaram uma pressão imensa para se modernizarem rapidamente, o que nem sempre era viável. As condições de trabalho deterioraram-se, e muitos trabalhadores foram submetidos a condições baixas e precárias. Essa realidade gerou um descontentamento crescente entre a população, que passou a questionar a eficácia das políticas neoliberais adotadas pelo governo (SPEKTOR, 2011).

A desigualdade social também se aprofundou, à medida que os benefícios da liberalização econômica não foram distribuídos de maneira equitativa. A elite econômica se beneficiou desproporcionalmente das reformas, enquanto a classe trabalhadora e os agricultores enfrentaram dificuldades crescentes. A promessa de um “crescimento para todos” revelou-se ilusória, a sensação de que a economia estava a serviço de uma minoria privilegiada fez com que muitos cidadãos se sentissem traídos pelo próprio governo. Este ambiente de insatisfação contribuiu para o surgimento de movimentos sociais que resultaram em protesto contra as políticas neoliberais, exigindo um modelo econômico mais inclusivo (SPEKTOR, 2011).

Em suma, o NAFTA, embora tenha sido uma tentativa de modernizar e integrar a economia mexicana ao mercado global, trouxe à tona questões profundas sobre a justiça social e a equidade econômica. A abertura dos mercados, que promete crescimento e oportunidades, acabou por resultar em desarticulações significativas de setores locais, aumento da desigualdade e exclusão das condições de vida para muitos mexicanos. Assim, uma análise dos impactos do NAFTA é crucial para compreender as tensões sociais que se intensificaram no México, refletindo a necessidade de um equilíbrio entre a liberalização econômica e a proteção dos direitos e necessidades da população (ACÁCIO, 2013).

Além da liberalização econômica, o governo de Carlos Salinas de Gortari no México desenvolveu uma estratégia de privatizações em larga escala, afetando diversos setores da economia, como telecomunicações e energia. A venda de empresas estatais foi promovida como uma maneira de aumentar a eficiência e a competitividade, com a promessa de que a entrada de capital privado traria melhorias significativas aos serviços oferecidos (SALOMON; PINHEIRO, 2013).

No entanto, essa estratégia teve efeitos colaterais que não podem ser ignorados, como o aumento das tarifas e a exclusão de serviços básicos para uma parcela significativa da população. Os setores que antes eram considerados públicos e acessíveis passaram a ser vistos como oportunidades de lucro, refletindo uma lógica de mercado que priorizava o retorno financeiro em detrimento da inclusão social (QUILICONI; SALGADO, 2017).

A pressão para aumentar a arrecadação e o controle sobre as finanças públicas resultou em cortes de gastos sociais que impactaram diretamente as comunidades mais vulneráveis. Os investimentos em áreas como saúde e educação foram significativamente reduzidos, levando à deterioração das condições de vida e ao aumento da desigualdade social. A privatização de eficiência foi frequentemente utilizada para explicar esses argumentos, mas, na prática, muitos cidadãos experimentaram um acesso reduzido a serviços essenciais, exacerbando a marginalização de grupos já desfavorecidos. A retórica de modernização do país, portanto, escondeu as profundas desigualdades que se acentuaram sob essas novas políticas (ACÁCIO, 2013).

A privatização das telecomunicações, por exemplo, foi investigada em serviços mais caros e menos acessíveis, especialmente nas áreas rurais, onde a infraestrutura era menos desenvolvida. Embora houvesse um aumento na quantidade de serviços oferecidos, a qualidade e o custo geraram barreiras para a população de baixa renda (PEREIRA, 2021). Isso não apenas limitou o acesso à informação e à comunicação, mas também contribuiu para a marginalização econômica de comunidades inteiras, criando um ciclo de exclusão que perpetua a desigualdade social.

Além disso, as privatizações no setor de energia levaram a um aumento nas tarifas, que se tornaram um peso significativo no orçamento das famílias mais pobres. Enquanto as empresas privadas buscavam maximizar seus lucros, os cidadãos enfrentavam uma realidade em que os serviços básicos se tornavam financeiramente inviáveis. A falta de uma regulamentação adequada e a ausência de uma rede de

proteção social para as mais vulneráveis resultaram em uma crescente insatisfação popular, evidenciando que o modelo neoliberal, que deveria promover o bem-estar, na verdade contribuiu para o aumento da pobreza e da desigualdade (RAMOS, 2020).

Assim, o governo de Gortari, ao implementar sua agenda de privatizações, não apenas promoveu uma liberalização econômica superficial, mas também aprofundou as disparidades sociais existentes. A busca pela eficiência e pela modernização, que deveria beneficiar a sociedade como um todo, se traduziu em uma realidade onde os mais pobres foram os mais afetados. As promessas de um México moderno e competitivo, portanto, foram ofuscadas por um cenário de desigualdade crescente e exclusão social, questionando a efetividade das políticas neoliberais adotadas nesse período (RAMOS, 2020).

Os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores no México tornaram-se cruciais para a resistência às políticas neoliberais de Gortari. Esses grupos se mobilizaram em defesa dos direitos trabalhistas e em protesto contra a privatização de serviços essenciais. A insatisfação cresceu, especialmente entre os trabalhadores do setor público, que viam suas condições de trabalho ameaçadas. No entanto, o governo respondeu a essas manifestações com uma abordagem repressiva, deslegitimando as críticas e buscando silenciar as vozes dissonantes, o que resultou em um aumento da tensão social e política (ACÁCIO, 2013).

A crescente insatisfação com as políticas de Gortari culminou em uma série de protestos e movimentos sociais que questionavam a eficácia e a justiça das reformas neoliberais. Um dos casos mais emblemáticos foi o levante zapatista de 1994, que surgiu como uma resposta à marginalização e à exclusão social exacerbada pelas políticas econômicas do governo. Os zapatistas, liderados pelo Subcomandante Marcos, denunciavam não apenas as injustiças sociais, mas também a perda de soberania do México em decorrência das políticas neoliberais (RAMOS, 2020). Esse movimento trouxe à tona as vozes dos indígenas e das comunidades rurais, que foram ignoradas durante o processo de modernização econômica.

Não obstante, o governo de Gortari também sofreu uma crítica crescente em relação à sua falta de transparência e à corrupção endêmica. A concentração de poder e a falta de um sistema de controle efetivo geraram escândalos que minaram a confiança da população nas instituições governamentais. A corrupção, aliada à percepção de que as políticas neoliberais beneficiavam apenas uma elite privilegiada, criaram um ambiente de descontentamento e desilusão, levando muitos a questionar o modelo de

desenvolvimento adotado (VIGEVANI et al., 2008).

Em resumo, a presidência de Carlos Salinas de Gortari no México marcou um período de intensas transformações econômicas e sociais. Embora as políticas neoliberais buscassem promover a modernização e a integração ao mercado global, os efeitos colaterais dessas reformas revelaram profundas desigualdades e um aumento da insatisfação popular. A resistência dos movimentos sociais, embora desafiada pela repressão governamental, trouxe à tona questões fundamentais sobre a justiça social e a necessidade de um desenvolvimento mais inclusivo. A experiência do México sob o governo de Gortari ensina que a liberalização econômica, sem a atenção dada às necessidades da população, pode levar a consequências adversas e à degradação da coesão social (VIGEVANI et al., 2008).

Por fim, uma análise do governo de Gortari e suas políticas neoliberais ressalta a importância de se considerar os impactos sociais e econômicos das reformas em qualquer projeto de modernização. A necessidade de um equilíbrio entre crescimento econômico e justiça social permanece relevante, evidenciando que as vozes da sociedade civil e dos movimentos sociais devem ser ouvidas e respeitadas para que se possam construir um futuro mais equitativo e sustentável (ACÁCIO, 2013).

3.6 Peru – Governo Fujimori

Durante o governo de Alberto Fujimori no Peru (1990-2000), o país experimentou uma fase intensa de políticas neoliberais, impulsionadas pela necessidade de estabilizar uma economia marcada pela hiperinflação e instabilidade (ACÁCIO, 2013). Fujimori implementou um conjunto de reformas homologadas ao Consenso de Washington, que incluía a privatização de empresas estatais, a liberalização do mercado e a redução da intervenção do Estado em sectores estratégicos. Essas medidas visavam controlar a inflação e atrair investimentos.

O país passou por um período de intensa aplicação de políticas neoliberais. Em meio a uma grave crise econômica, marcada pela hiperinflação e instabilidade financeira, Fujimori recorreu ao Consenso de Washington como base para sua estratégia de recuperação, adotando reformas que incluíram privatizações, liberalização de mercado e redução da intervenção estatal em setores cruciais (OLIVEIRA, 2018). Essas medidas foram apresentadas como essenciais para a estabilização econômica, com o objetivo de controlar a inflação e atrair investimentos externos, impulsionando um modelo econômico alinhado ao mercado global.

Com as reformas, as empresas estatais foram vendidas, e os setores como energia e telecomunicações passaram para a iniciativa privada, o que inicialmente trouxe eficiência e melhoria dos serviços. No entanto, o impacto social foi expressivo, já que as tarifas aumentaram, tornando esses serviços inacessíveis a uma parcela significativa da população de baixa renda (ACÁCIO, 2013). Além disso, a abertura ao mercado internacional expôs as empresas locais a uma concorrência que muitas vezes não conseguiu suportar, resultando em falências e aumento do desemprego, o que gerou um novo conjunto de desafios sociais e econômicos para o país.

A política de liberalização foi acompanhada de medidas que fortaleceram a autoridade de Fujimori. Em 1992, ele dissolveu o Congresso, justificando essa decisão como necessidade para combater a crise interna e o terrorismo, especialmente o grupo Sendero Luminoso, que ameaçava a estabilidade do país. Com isso, Fujimori conseguiu implementar suas políticas com menos resistência, mas ao custo de uma extensão significativa das instituições democráticas peruanas. Essa centralização de poder foi amplamente criticada, tanto dentro quanto fora do Peru, por levantar questões sobre a legitimidade das reformas e a transparência de seu governo (NOLTE, 2010).

Embora o governo Fujimori tenha controlado a hiperinflação e promovido o crescimento econômico, as políticas neoliberais intensificaram as desigualdades sociais. A ausência de programas de proteção social adequados deixou a população mais vulnerável sem acesso a benefícios, aumentando a marginalização dos mais pobres. Esse descontentamento social gerou protestos e evidenciou a necessidade de políticas que considerassem o impacto social das reformas econômicas, algo que faltou no projeto inicial de Fujimori, gerando insatisfação popular (CARVALHO, 2019).

No final de seu mandato, a popularidade de Fujimori declinou, impulsionada por escândalos de corrupção e violação de direitos humanos, levando seu governo ao colapso em 2000. Seu legado no Peru é controverso: enquanto seu modelo econômico ajudou a controlar a inflação e atrair investimentos, também deixou uma profunda divisão social e desafios institucionais que ecoaram no processo democrático peruano. A experiência peruana ilustra os riscos das políticas neoliberais quando aplicadas sem um planejamento social que assegure a inclusão de todos os setores da sociedade (ACÁCIO, 2013).

Essas reformas resultaram em uma série de impactos sociais profundos. A privatização de setores como telecomunicações e energia, por exemplo, aumentou a eficiência desses serviços, mas também elevou as tarifas, tornando-os inacessíveis para

parcelas mais pobres da população. Além disso, o desemprego tornou-se um problema constante, uma vez que a abertura ao mercado global levou à falência de empresas locais que não conseguiam competir com os produtos importados.

Fujimori, ao adotar tais medidas, optou pela oposição de movimentos sociais que denunciavam a precarização das condições de vida, sobretudo entre as mais vulneráveis (NOLTE, 2010). Essa situação provocou insatisfação entre a população de baixa renda, que dependia desses serviços para suas necessidades básicas, agravando a desigualdade social no país e suscitando críticas sobre a efetividade do modelo econômico neoliberal.

A abertura ao mercado global, fora da medida central da política de Fujimori, gerou problemas no mercado de trabalho interno. Muitas empresas locais, incapazes de competir com produtos importados a preços mais baixos, acabaram fechando suas portas, o que resultou em um aumento significativo no desemprego. Esse cenário de desindustrialização dificultou a recuperação econômica de pequenas e médias empresas, que antes desempenhavam um papel importante na economia peruana, deixando uma parcela da população sem acesso ao mercado de trabalho formal (BARROS, 2023).

Diante desses impactos, os movimentos sociais emergiram em oposição às reformas de Fujimori, denunciando a precarização das condições de vida, sobretudo nas comunidades mais vulneráveis. As vozes de sindicatos, organizações comunitárias e grupos estudantis foram fundamentais para levantar questões sobre as consequências da adoção do modelo neoliberal, considerando o aumento da exclusão social e a concentração de renda. Essas manifestações, entretanto, foram duramente reprimidas, evidenciando um lado autoritário do governo que priorizava a estabilidade econômica à custa do diálogo social (COSTA, 2022).

Além disso, as reformas econômicas inovadoras sem a criação de redes de proteção social deixaram muitos peruanos desamparados. A falta de políticas de assistência gerou um aumento na pobreza urbana e rural, com situações que já enfrentaram dificuldades socioeconômicas agora lidando com a perda de suporte estatal em setores como saúde e educação (PEREIRA, 2021).

Embora as reformas tenham ajudado a estabilizar a economia peruana e a controlar a hiperinflação, o custo social e a repressão contra os movimentos opositores deixaram um legado de desigualdade e fragilidade institucional. Fujimori conseguiu contribuir para o crescimento econômico, mas o fez sem considerar os efeitos de suas políticas na população mais vulnerável, o que gerou críticas ao seu governo e

repercussões políticas que se estenderam para além de seu mandato (OLIVEIRAS; DOLCETTI-MARCOLINI, 2015).

No campo político, Fujimori consolidou sua autoridade ao dissolver o Congresso em 1992, justificando a ação como necessária para enfrentar a crise interna e o terrorismo que assolava o país, particularmente pelo grupo Sendero Luminoso. Esse golpe institucional impediu-lhe implementar suas políticas neoliberais sem grande resistência política, mas ao custo de uma significativa erosão democrática. A centralização de poder foi criticada tanto no Peru quanto internacionalmente, e gerou desconfiança quanto à legitimidade das reformas e à transparência do governo Fujimori (CARVALHO, 2019).

Apesar de o governo de Fujimori ter promovido o crescimento econômico e reduzido a inflação, as desigualdades sociais aumentaram. As políticas neoliberais não foram acompanhadas de programas de redistribuição ou proteção social, o que ampliou as disparidades entre os mais ricos e os mais pobres. Sem mecanismos de inclusão, a nova ordem econômica gerou alienação para grande parte da população, que foi marginalizada pelas melhorias econômicas. Esse descontentamento levou a protestos e a uma crescente insatisfação popular, que se tornou desafios para a manutenção da estabilidade política no final do governo (ACÁCIO, 2013).

Com o declínio da popularidade de Fujimori, em parte devido ao escândalo de corrupção e abusos de direitos humanos, o governo entrou em colapso em 2000, encerrando uma era de experimentação neoliberal no Peru. A avaliação do legado de Fujimori permanece controversa: por um lado, seu governo controlou a hiperinflação e atraiu investimentos; por outro lado, deixaram profundas cicatrizes sociais e institucionais que afetaram o desenvolvimento democrático do país. A experiência peruana, portanto, oferece um estudo complexo sobre os limites e consequências das políticas neoliberais em contextos de crise (ACÁCIO, 2013).

4. REFLEXOS ECONÔMICOS

4.1 Crises econômicas do Mercosul

O Mercosul, fundado oficialmente em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção, foi estabelecido como uma resposta à crescente globalização e à necessidade de uma maior integração econômica na América Latina (MERCOSUL, 2024). Inspirado por princípios neoliberais que dominavam a política econômica global na época, o bloco buscava promover o livre comércio e a circulação de bens, serviços e

capitais entre os seus membros. A integração econômica foi vista como uma forma de aumentar a competitividade da região no mercado global, especialmente em um período de abertura econômica e reformas estruturais baseadas no Consenso de Washington.

A expansão do poder dos EUA passou de uma política externa de postura isolacionista para uma posição de envolvimento ativo e intervencionismo político, além de adotar como estratégia econômica uma natureza imperialista (BANDEIRA, 2005). Contudo, as promessas de crescimento econômico e desenvolvimento por meio de políticas neoliberais influenciada pelos EUA se mostraram difíceis de concretizar, uma vez que as economias dos países membros, como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, ainda sofriam de grandes disparidades estruturais e vulnerabilidades externas (FIORI, 2007). Desde o início, o Mercosul enfrentou desafios ligados à implementação de uma união aduaneira efetiva, bem como dificuldades em harmonizar políticas fiscais e monetárias entre seus membros, o que limitou a capacidade do bloco de alcançar seus objetivos mais ambiciosos.

A crise econômica no Brasil, que atingiu seu ápice em 1999, representou um golpe significativo para o Mercosul. A desvalorização abrupta do real em janeiro daquele ano, após o colapso de uma política de câmbio fixo implementada no Plano Real, expôs a fragilidade da economia brasileira frente às pressões externas. A medida foi tomada para conter a fuga de capitais e estabilizar a economia, mas suas consequências foram severas para o comércio intrabloco. Desse modo, a desvalorização do real impactou negativamente os países do Mercosul, especialmente a Argentina, ao tornar as exportações brasileiras mais competitivas e reduzir as importações. Isso prejudicou o comércio intrabloco e gerou tensões econômicas e políticas dentro do Mercosul.

Em decorrência dessas medidas tomadas, o Brasil, como maior economia do mercado comum do sul, reduziu drasticamente suas importações, impactando diretamente seus parceiros, especialmente a Argentina, que tinha no Brasil seu maior mercado exportador regional (BAUMMAN, 2001). Além disso, a crise econômica brasileira levou a um aumento acentuado do desemprego, a uma retração no crescimento e a um declínio na confiança dos investidores, o que afetou a dinâmica do Mercosul como um todo (BAUMMAN, 2001). O modelo de integração focado exclusivamente no comércio não foi suficiente para compensar a queda na demanda interna e o aumento das dificuldades econômicas enfrentadas pelos países membros. Sendo assim, esses fatores evidenciaram a fragilidade estrutural do Mercosul,

mostrando que a dependência de um modelo de integração puramente comercial não era capaz de garantir a estabilidade econômica e a cooperação efetiva entre seus membros em tempos de crise.

Conforme citado anteriormente, a Argentina vivenciou uma das crises mais profundas de sua história entre 1998 e 2001, que teve repercussões significativas dentro do bloco econômico sulamericano também. A paridade cambial rígida entre o peso argentino e o dólar, estabelecida na década anterior para combater a hiperinflação, se tornou insustentável diante da crescente dívida pública e da deterioração das finanças do país. Quando o governo foi forçado a abandonar o regime de conversibilidade¹, o país entrou em uma grave recessão. O sistema bancário entrou em colapso, e o governo argentino declarou moratória da dívida externa, o que resultou em uma crise de confiança e na fuga de capitais (LAGO et.al. 2004).

Portanto, evidencia-se que o colapso econômico da Argentina teve um impacto profundo sobre o Mercosul, assim como o do Brasil, colocando em evidência as limitações do bloco para lidar com crises internas. As trocas comerciais entre os países membros diminuíram drasticamente, e o protecionismo ressurgiu como uma estratégia de curto prazo para conter as consequências mais graves da crise (MALAMUD, 2007). Sendo assim, a adoção por medidas mais protecionistas serviram para impedir que toda a situação se agravasse ainda mais. Essa circunstância prejudicou o processo de integração regional e, conseqüentemente, a autoridade do Mercosul.

Buscando uma alternativa, a Argentina, em meio ao caos econômico, implementou uma série de medidas unilaterais que violavam os princípios de livre comércio estabelecidos pelo Mercosul, como a imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias para proteger sua indústria interna. Tais medidas geraram tensões com o Brasil e outros membros, evidenciando a fragilidade das instituições do bloco para lidar com crises de grandes proporções (CARRANZA, 2010). As instabilidades também enfraqueceram a percepção pública e política da eficácia do mercado comum do sul como um mecanismo de integração, levando a debates sobre a necessidade de reformular o bloco ou até mesmo reconsiderar sua relevância para a região.

Levando isso em conta, as crises no Brasil e na Argentina evidenciaram uma

¹ “Segundo as normas da conversibilidade, o governo não podia emitir quantidade de dinheiro que superasse o volume de suas reservas em dólar, o que limitava a expansão monetária, considerada uma das principais culpadas pelos níveis altíssimos de inflação. Sendo assim, o país não podia financiar seus déficits simplesmente emitindo moeda sem qualquer critério” (MARTINS, 2018, p.5)

falha fundamental no Mercosul: a ausência de mecanismos institucionais sólidos para a coordenação de políticas econômicas em tempos de crise (CARRANZA, 2010; BOUZAS & DA MOTTA VEIGA, 2001). Diferente de outros blocos, como a União Europeia, que possui fundos de estabilização e políticas coordenadas de ajuda financeira, o Mercosul carecia de instrumentos similares para socorrer seus membros em momentos de dificuldade econômica. Ainda durante a crise argentina, por exemplo, o Mercosul não tinha ferramentas para fornecer suporte financeiro ou promover a cooperação necessária para a recuperação do país. Para Malamud (2011, p.9) “o Mercosul foi criado como uma união aduaneira com uma agenda ambiciosa de integração política e econômica, mas sem a estrutura institucional para enfrentar crises econômicas ou fornecer assistência financeira aos seus membros”.

As críticas à estrutura do bloco sinalizaram que, apesar de promover a integração econômica, o bloco não avançou na criação de instituições que pudessem proteger seus membros de crises sistêmicas. Desse modo, ficou evidente a falta de uma coordenação mais profunda nas áreas fiscal e monetária, dificultando a capacidade de resposta conjunta, o que comprometeu a credibilidade do Mercosul como um bloco econômico funcional (BOUZAS & DA MOTTA VEIGA, 2001).

Após a crise, tanto o Brasil quanto a Argentina adotaram políticas que buscavam restaurar a confiança econômica e política, embora com abordagens distintas. O Brasil, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2003, adotou uma postura mais cautelosa, combinando o compromisso com a responsabilidade fiscal herdada do governo anterior com políticas de redistribuição de renda e programas sociais, como o Bolsa Família, que ajudaram a reduzir a pobreza e estabilizar o mercado interno (TESTA et al., 2013). Na Argentina, o governo de Néstor Kirchner, eleito em 2003, rejeitou as políticas de austeridade exigidas pelo FMI, renegociou a dívida externa em termos mais favoráveis e priorizou o fortalecimento do mercado interno, resultando em um período de recuperação econômica (MANZETTI, 2014). Essas respostas divergentes ajudaram a revitalizar o comércio entre os dois países e o Mercosul, mas também mostraram a necessidade de repensar a estrutura do bloco para torná-lo mais resiliente a futuras crises.

Em síntese, as crises econômicas enfrentadas por Brasil e Argentina evidenciaram de forma contundente as limitações institucionais do Mercosul, bem como os impactos das políticas neoliberais sobre a integração regional. A ênfase na liberalização comercial e na austeridade fiscal, características dessas políticas,

enfraqueceu os mecanismos de cooperação e deixou o bloco vulnerável a crises econômicas, uma vez que carecia de instrumentos de suporte financeiro e de coordenação para estabilizar seus membros em momentos críticos.

4.2 Dificuldades da Comunidade Andina

A Comunidade Andina, inicialmente conhecida como Pacto Andino, foi fundada em 1969 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social entre os países da região, incluindo Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, além do Chile, que posteriormente deixou o bloco (COMUNIDADE ANDINA, 2024). Durante as primeiras décadas de sua existência, a Comunidade Andina seguiu um modelo de desenvolvimento voltado para a substituição de importações, característico do período pós-Segunda Guerra Mundial, com forte intervenção do Estado. No entanto, a partir da década de 1980, os países membros adotaram o neoliberalismo, o que resultou em uma reestruturação das políticas econômicas, com ênfase na liberalização do comércio, privatizações e redução da intervenção estatal (ARANA; SÁNCHEZ, S.D.). Essas reformas geraram impactos significativos na dinâmica da integração regional, alterando a forma como os países andinos interagiam internamente e com o resto do mundo.

Influenciados pelo Consenso de Washington, os países membros passaram a implementar reformas que priorizavam a liberalização econômica, a desregulamentação dos mercados e a redução do papel do Estado na economia. Essas mudanças, ao promoverem a abertura comercial, também submeteram as economias andinas a pressões externas significativas, expondo o bloco às oscilações do mercado internacional. Para compreender esse contexto, Bouzas e Da Motta Veiga (2001) oferecem uma análise detalhada sobre a influência neoliberal nas estruturas de integração econômica na América Latina.

Bouzas e Da Motta Veiga (2001) utilizam uma perspectiva comparativa, examinando as distintas capacidades institucionais e condições econômicas dos países do Mercosul, o que resultou em diferentes níveis de adaptação às demandas do neoliberalismo. Eles argumentam que, enquanto países como Brasil e Argentina conseguiram se beneficiar em alguns aspectos, a pressão por competitividade e a exposição às crises externas tornaram as economias do Mercosul mais vulneráveis, limitando o potencial de cooperação e a solidariedade econômica entre os membros. O estudo também explora a influência de atores internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que incentivaram políticas de ajuste estrutural e condicionaram o apoio

financeiro à adoção de reformas neoliberais, o que consolidou o modelo econômico liberal na região.

A autora Bárcena (2008, p.6-7) propõe que o impacto da crise econômica na América Latina possui cinco canais de transmissão:

i) contágio financeiro e dívida externa, ii) investimento estrangeiro direto, iii) demanda externa, iv) remessas dos trabalhadores e v) mudanças nos preços relativos (especialmente produtos básicos). Os efeitos da crise espalhar-se-ão tanto a nível macroeconômico como microeconômico e os grupos sociais mais vulneráveis serão os mais afetados. Prevê-se um aumento da pobreza, principalmente devido ao aumento dos preços dos alimentos e da energia e à deterioração das condições do mercado de trabalho.

Ao propor esse tipo de observação, é possível perceber a dimensionalidade da crise. Essa dimensão pode ser compreendida a partir de uma visão macro até alcançar o indivíduo (micro). Ao alcançar a escala micro, tem-se consequências além das econômicas, como por exemplo, os impactos sociais. Esses impactos alcançam questões relacionadas à moradia, emprego, alimentação e qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis.

As reformas neoliberais implementadas na década de 1990 tiveram um impacto profundo sobre os países membros da Comunidade Andina, especialmente no Peru e na Bolívia. No Peru, por exemplo, o governo de Alberto Fujimori adotou uma série de medidas para privatizar empresas estatais e abrir a economia para o mercado global. Embora essas reformas tenham gerado crescimento econômico a curto prazo, elas também resultaram em um aumento da desigualdade social e em uma maior vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional. A Bolívia seguiu uma trajetória similar, influenciada pelas reformas estruturais de ajuste impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Desse modo, o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada também implementou reformas neoliberais que, apesar de terem buscado aumentar a competitividade da economia boliviana, aprofundaram as disparidades regionais e sociais, especialmente em áreas rurais e indígenas (DIEHL; MENDES, 2020).

Ambos os países, embora tenham se beneficiado de um crescimento econômico inicial, enfrentaram desafios significativos relacionados à distribuição de riqueza e à sustentabilidade de seus modelos econômicos. Carranza (2010) discute como as políticas neoliberais aplicadas a partir dos anos 1990 impactaram diretamente as estruturas econômicas e sociais da região, aumentando as disparidades internas entre os países andinos. É importante destacar o aumento da dívida externa nesses países, ilustrando a questão de que para além da redução da qualidade de vida de suas

populações, houve essa falsa percepção de que os países latino americanos obtiveram grande sucesso econômico com as medidas neoliberais devido ao crescimento inicial. Porém, essas medidas se tornaram insustentáveis com o passar do tempo.

As reformas neoliberais na Comunidade Andina tiveram impactos significativos na estrutura social e econômica dos países membros. A privatização de empresas públicas e a liberalização comercial foram dois dos pilares centrais das reformas estruturais adotadas pelos países andinos. Essas políticas, destinadas a atrair investimentos estrangeiros e modernizar os setores produtivos, tiveram o efeito colateral de agravar a desigualdade social, como citado anteriormente. A transferência de empresas estatais para o setor privado frequentemente levou ao aumento dos preços de serviços essenciais, como eletricidade e água, dificultando o acesso a esses serviços pela população mais pobre. Além disso, a entrada de produtos importados no mercado local enfraqueceu indústrias nacionais, aumentando o desemprego em setores que antes eram protegidos por barreiras tarifárias (FIORI, 2007).

Esse processo foi especialmente prejudicial para o Peru e a Bolívia, onde a desregulamentação econômica prejudicou o setor produtivo doméstico. No caso do Peru, a privatização das empresas estatais de setores-chave como energia e telecomunicações resultou em aumento da eficiência a curto prazo, mas também criou um mercado concentrado nas mãos de poucos grupos econômicos. A liberalização comercial, embora tenha ampliado o acesso aos mercados internacionais, também resultou em um aumento da pobreza nas regiões periféricas, onde os agricultores e pequenos produtores não conseguiram competir com as grandes empresas multinacionais. Na Bolívia, a reforma do setor de gás e petróleo, que favoreceu empresas estrangeiras, não só aumentou as desigualdades de renda, como também provocou protestos sociais, como as guerras da água e do gás. Essas reformas contribuíram para uma maior polarização social e dificultaram a construção de uma base econômica mais inclusiva (CAMPOS, 2017).

Outro desafio enfrentado pelos países da Comunidade Andina foi a vulnerabilidade econômica resultante da dependência excessiva de exportações de *commodities*, como minerais e produtos agrícolas. O modelo neoliberal, que incentivou a liberalização do comércio, reforçou a vulnerabilidade dos países andinos às flutuações do mercado global (OCAMPO, 2008). A falta de diversificação econômica fez com que a região se tornasse vulnerável às flutuações de preço das matérias-primas, limitando a capacidade dos países de estabelecer políticas econômicas mais autônomas. Bouzas e

Da Motta Veiga (2001) abordam o papel da exportação de *commodities* na fragilidade das economias latino-americanas, observando como a abertura comercial expôs a Comunidade Andina às vulnerabilidades de um mercado globalizado.

Tendo em vista essa falta de diversificação econômica, vale recordar o que Ocampo (2008, p.23-28) coloca como as três proposições básicas para compreender o desenvolvimento latino-americano. A primeira delas é que a América Latina quase sempre se viu em termos de sua articulação com a economia mundial. Tal questão deixa os países muito vulneráveis ao cenário externo e, conseqüentemente, mais suscetíveis a crises. Portanto, o histórico econômico dos países que adotaram as medidas neoliberais é de uma grande dependência ao capital externo e isso se mostra presente desde o início do processo de desenvolvimento latino-americano.

A segunda proposição diz respeito a igualdade buscada nos processos de desenvolvimento econômico, mas ao se tratar da busca da igualdade neoliberal, percebe-se os prejuízos sociais. Portanto, para Ocampo (2008, p.25):

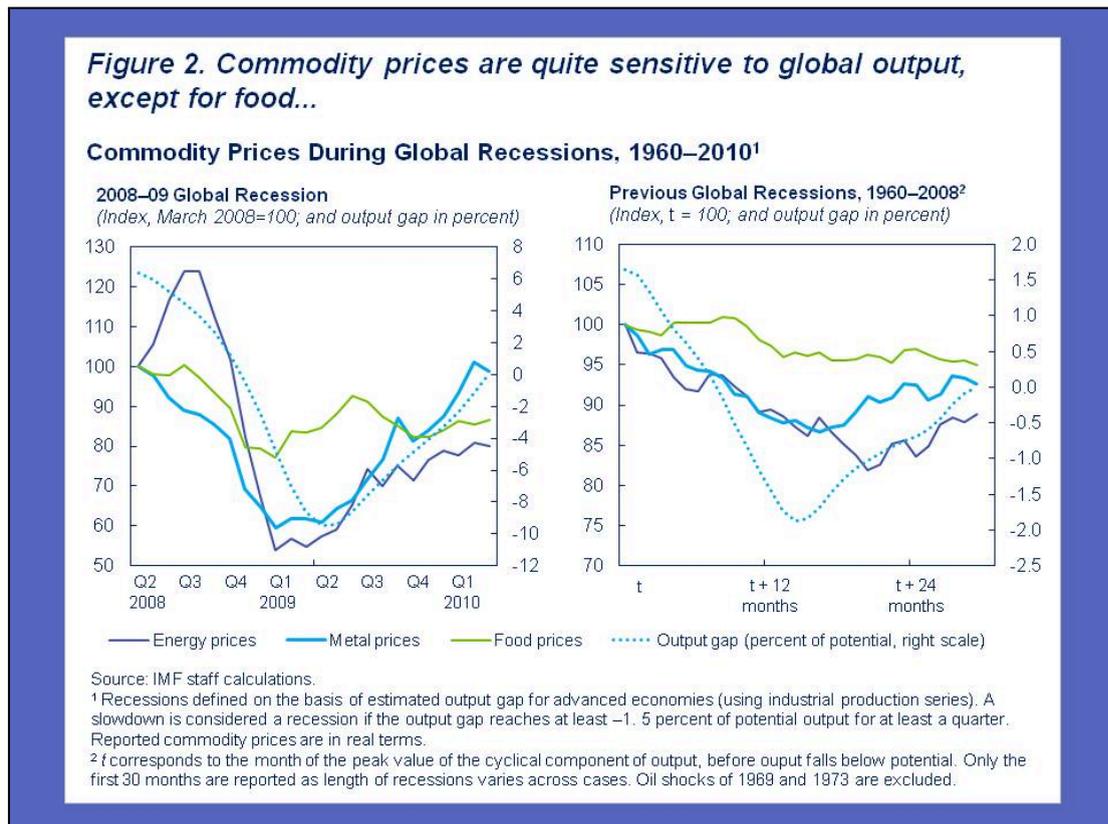
[...] desde as suas origens, o liberalismo encarnado no conflito fundamental entre igualdade - concebido em primeiro termo como igualdade perante a lei - e a livre iniciativa, com sua correlação em direitos de propriedade. O primeiro destes elementos, a afirmação de que todos os cidadãos são iguais perante a lei, poderia ser considerado o avanço mais importante do mundo contemporâneo e, provavelmente pela mesma razão, a definição quintessencial de modernidade, em contraste com as estruturas imobiliárias que a precederam. Também foi essencial para a ascensão do capitalismo moderno, por isso não se pode deixar de reconhecer que todos os agentes econômicos podem se relacionar como iguais no mercado, protegidos também no seu funcionamento por um quadro regulamentar previsto por lei, perante a qual os cidadãos também são reconhecidos como igual.

A terceira proposição é sobre a heterogeneidade latino-americana. Desse modo, destaca-se a importância de levar em conta a diversidade regional da América Latina, uma característica que, em muitos casos, vem desde o período colonial. Essa diversidade histórica resulta em grandes contrastes entre os países: enquanto alguns se formaram a partir da dominação de povos indígenas, outros se estruturaram com base na escravidão. Além disso, há regiões que se desenvolveram durante a Colônia com a colonização de pessoas brancas e pobres, como ocorreu em partes da Costa Rica, Colômbia e Cuba. Em outros casos, como na Argentina, Uruguai e em partes do sul do Brasil e do Chile, o desenvolvimento foi marcado pela imigração europeia tardia de trabalhadores (OCAMPO, 2008).

A dependência da exportação de *commodities* é um dos maiores desafios econômicos enfrentados pela Comunidade Andina. O Peru e a Bolívia, por exemplo, tornaram-se altamente dependentes da exportação de minérios, gás natural e outros

recursos naturais. Essa dependência fez com que as economias da região fossem altamente suscetíveis às crises de preços das *commodities* no mercado internacional. Em momentos de queda nos preços dessas *commodities*, como aconteceu na década de 2000, a região enfrentou sérios problemas econômicos, como recessão, aumento da dívida externa e desaceleração do crescimento econômico (ADLER; SOSA, 2011).

Figura nº1 - Preço das commodities são bem sensíveis a produção global



(Adler; Sosa, 2011)

A figura acima ilustra como os preços de diferentes *commodities* têm reagido às variações da produção econômica global, destacando uma sensibilidade acentuada nos preços de energia e metais. Desde 2003, esses preços triplicaram, aproximando-se de picos históricos vistos nos anos 1970, mas sua alta dependência da produção global fica evidente, especialmente durante a crise de 2008 - 2009 e recessões anteriores. Em contraste, os preços dos alimentos, que também apresentaram uma alta significativa, cerca de 50% desde 2003, mostram menor sensibilidade ao crescimento mundial, refletindo apenas uma leve reversão da tendência de queda observada por várias décadas.

A dependência da Comunidade Andina da exportação de *commodities* representa um desafio estrutural significativo para suas economias, tornando-as extremamente

vulneráveis a flutuações nos preços internacionais desses produtos. A figura ao ilustrar a sensibilidade dos preços de *commodities* (especialmente energia e metais) à produção econômica global, ajuda a contextualizar a precariedade econômica dos países exportadores em cenários de crise global, como na recessão de 2008–2009, que desencadeou uma queda abrupta nos preços de *commodities*. Em períodos de retração econômica global, a queda nos preços afeta diretamente as receitas de exportação, gerando efeitos em cadeia, como recessão econômica, aumento da dívida externa e desaceleração do crescimento, conforme exemplificado pelos casos do Peru e da Bolívia na década de 2000 (ADLER; SOSA, 2011). A alta dependência desses países de um setor tão volátil limita sua capacidade de estabilizar a economia, expõe suas fragilidades fiscais e impõe barreiras ao desenvolvimento sustentável, evidenciando a necessidade de diversificação econômica para reduzir sua exposição às oscilações do mercado global de *commodities*.

A competitividade no mercado global, que foi um dos principais objetivos das reformas neoliberais, revelou-se um desafio significativo para os países da Comunidade Andina. Com a liberalização econômica e a redução das barreiras comerciais, os países enfrentaram dificuldades para competir no mercado global. Sendo assim, a abertura econômica não foi acompanhada de uma infraestrutura robusta ou de um sistema de educação adequado. Aos exemplos, Bolívia e o Peru, viram sua base industrial enfraquecer diante da pressão competitiva, agravando problemas sociais de longa data. Carranza (2010) explora como as pressões da globalização e das políticas neoliberais desestruturaram economias latino-americanas menos desenvolvidas, prejudicando o desenvolvimento econômico interno.

No caso do Peru, as indústrias locais não conseguiram competir com a produção massiva de bens baratos de outros países, resultando em fechamento de fábricas e aumento do desemprego. Na América Latina como um todo, a falta de uma base industrial diversificada também contribuiu para o crescimento da pobreza, especialmente em áreas rurais (CEPAL, 1999). Esse fenômeno é conhecido como desindustrialização que teve por consequência uma série de frustrações sociais, como protestos e movimentos populares exigindo políticas mais inclusivas nos países latino-americanos.

O processo de desindustrialização na América Latina, intensificado pelas crises econômicas como a da dívida na década de 1980 e pelas reformas neoliberais nos anos 1990, resultou em uma desaceleração significativa do crescimento industrial. Segundo Wilson Cano (2024), "o efeito cumulativo é um encolhimento relativo da indústria" na

região, o que tem implicações duradouras no desenvolvimento econômico (CANO, 2024). A perda da força industrial, em um contexto de globalização e intensificação do comércio exterior, limita a capacidade dos países latino-americanos de competir globalmente e de gerar inovações tecnológicas, fundamentais para o crescimento sustentável.

A crise financeira que afetou a América Latina no final da década de 1990 e início de 2000 revelou a fragilidade das economias andinas diante de choques externos. A liberalização financeira, um dos pilares das reformas neoliberais, resultou em um aumento da vulnerabilidade a crises externas, como a crise asiática de 1997 e a crise da dívida externa. A Comunidade Andina não conseguiu articular respostas regionais coordenadas para enfrentar os impactos da crise, com os países enfrentando falhas em suas políticas monetárias e fiscais (ARANA; SÁNCHEZ, S.D., 2011). A falta de uma estrutura de cooperação financeira e econômica sólida impediu que a região aproveitasse as oportunidades para uma recuperação mais rápida e sustentável.

Sendo assim, foram adotadas diversas medidas para enfrentar a crise financeira global, variando conforme as condições econômicas e a capacidade de implementação de cada nação. Como destacado por Bárcena (2009, p.12) “A variedade de medidas adotadas é bastante ampla, uma vez que os efeitos diferem de um país para outro e os instrumentos necessários também variam devido às diferenças nos recursos disponíveis nos países e na sua capacidade de implementar as iniciativas”. Nesse contexto, políticas fiscais, como o estímulo keynesiano, têm potencial para mitigar os efeitos da recessão, mas os decisores políticos devem garantir que o pacote de estímulo é implementado no momento certo, para alcançar um nível de credibilidade suficiente para dissipar as preocupações sobre a sustentabilidade da dívida.

Além disso, as políticas monetárias e financeiras de curto prazo, como a redução de reservas obrigatórias e a concessão de créditos, são empregadas para evitar a contaminação da instabilidade externa e garantir a liquidez dos mercados financeiros, embora o impacto dessas medidas no crescimento real ainda seja incerto, conforme a afirmação de que "não está claro se funcionam para promover o crescimento real" (BÁRCENA, 2008, p.13). Por outro lado, políticas fiscais anticíclicas e investimentos em infraestrutura, educação e reformas estruturais, embora tragam resultados mais demorados, são fundamentais para o crescimento econômico no longo prazo, mesmo que "pode pressionar as contas externas, conduzindo a uma situação insustentável de défices duplos" (BÁRCENA, 2008, p.14) caso não sejam adequadamente financiadas.

Contudo, a falta de articulação e de uma resposta regional coordenada para enfrentar crises financeiras também representou um grande obstáculo para a Comunidade Andina. Sem mecanismos de apoio financeiro conjunto, cada país lidou isoladamente com as crises, o que comprometeu a integração regional e limitou a eficácia das medidas adotadas. A ausência de instituições regionais capazes de fornecer suporte financeiro durante períodos de instabilidade deixou a Comunidade Andina exposta e sem opções efetivas para mitigar os danos causados por flutuações econômicas externas. Malamud (2011) discute a diferença estrutural entre blocos como a União Europeia, que possuem instrumentos de estabilização, e o Mercosul e a Comunidade Andina, que carecem de ferramentas institucionais para enfrentar crises de forma coordenada.

O modelo neoliberal, ao priorizar a liberalização do comércio e a privatização, negligenciou a necessidade de investimentos em infraestrutura, o que enfraqueceu as economias locais dos países andinos. A falta de infraestrutura adequada em áreas como transporte, energia e comunicação limitou as possibilidades de crescimento econômico sustentável e de integração mais efetiva dentro da própria região. Isso afetou diretamente o bem-estar social e a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

A carência de investimentos em infraestrutura econômica e social foi outro fator que enfraqueceu as economias da Comunidade Andina ao longo das décadas de políticas neoliberais. Sem uma rede robusta de infraestrutura, os países andinos enfrentaram dificuldades para se desenvolver de maneira sustentável e inclusiva, o que afetou negativamente o crescimento econômico de longo prazo. A falta de investimentos em setores como transporte, energia e educação reduziu as chances de criação de empregos de qualidade e a melhoria da qualidade de vida da população, limitando o potencial de desenvolvimento econômico da região. Bouzas e Da Motta Veiga (2001) destacam a importância de políticas de infraestrutura para a consolidação de blocos econômicos, ressaltando como a ausência desses investimentos compromete a competitividade e a coesão das economias regionais.

5. RESISTÊNCIAS (UNASUL E CELAC)

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, foi idealizada para fortalecer a soberania sul-americana por meio de uma integração mais profunda e autônoma, desvinculando-se do modelo neoliberal imposto por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O bloco tinha o objetivo de

promover a solidariedade e a cooperação entre os países membros, com uma agenda que incluía segurança, infraestrutura e políticas sociais. Contudo, a UNASUL sofreu dificuldades internacionais que comprometeram o seu avanço, incluindo divergências políticas entre os países-membros e pressões externas para inovações políticas liberais (SANAHUJA, 2012).

O pesquisador Amorim (2013, p.33) argumenta que:

A UNASUL foi inspirada em um movimento de oposição ao neoliberalismo, que promoveu a valorização de políticas que priorizam o desenvolvimento interno e a cooperação regional. Seus principais objetivos incluem a promoção da paz, da democracia e dos direitos humanos, bem como a criação de uma identidade sul-americana que reflita a diversidade cultural e histórica do continente.

Essa identidade visava resistir às influências econômicas e políticas externas, destacando a importância de construir políticas que respeitem as especificidades de cada país (ARCE; MANGONNET, 2023). Além disso, a UNASUL buscou criar um Conselho de Defesa Sul-Americano, visando consolidar a segurança e a paz regional sem a interferência de poderes extrarregionais, garantindo maior autonomia (AMORIM, 2013).

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), por sua vez, foi formada em 2010 como um fórum que incluía todos os países da América Latina e do Caribe, com exceção dos Estados Unidos e Canadá. Esse grupo propõe uma visão de integração ampla, desenvolvendo não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a autonomia política e cultural da região. A CELAC busca substituir a Organização dos Estados Americanos (OEA) em algumas de suas funções, fomentando uma integração mais abrangente e afastada dos interesses geopolíticos norte-americanos (BORON, 2023).

Em 2011, com a fundação da CELAC, o escopo de integração foi ampliado para além da América do Sul, incluindo países da América Central e do Caribe. A CELAC surgiu com o objetivo de substituir a Organização dos Estados Americanos (OEA) em alguns aspectos, como a promoção de uma agenda mais independente e externa para os interesses específicos da América Latina e do Caribe, sem a influência predominante dos Estados Unidos e do Canadá (ANDOLINA; RADCLIFFE, 2022). A instituição se posiciona como um espaço para fortalecer a diplomacia e a cooperação entre os países latino-americanos, fomentando diálogos em áreas como o combate à pobreza, a educação, e a saúde, além da busca por uma integração econômica mais equitativa (FIORI, 2014).

Assim, UNASUL e CELAC simbolizam um movimento de resistência ao

neoliberalismo, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios significativos em um contexto global que favorece políticas de mercado. Ademais, o estudo dessas organizações permite identificar o papel dos países da América Latina na construção de uma política externa mais independente e voltada para os interesses regionais. Como aponta Roberts (2023, p.14):

[...] a formação de blocos como a UNASUL e a CELAC representa uma tentativa de ruptura com as dependências históricas que marcaram o continente, promovendo um discurso de autonomia e resistência. Dessa forma, o tema justifica-se pela relevância de avaliar as capacidades de resistência e transformação dessas instituições em um cenário de hegemonia neoliberal.

Para Bulmer-Thomas (2022), a cooperação entre os países latino-americanos e caribenhos é uma estratégia necessária para enfrentar crises globais e reduzir a vulnerabilidade da região aos ciclos econômicos externos. Portanto, a importância da UNASUL e da CELAC reside na sua capacidade de representar uma resposta organizada e solidária aos desafios impostos pelo neoliberalismo.

Dessa forma, a UNASUL e a CELAC surgem como iniciativas regionais criadas para fortalecer a integração entre os países da América Latina e do Caribe, como resposta ao contexto de políticas neoliberais e de influência crescente externa na região. Também promover uma autonomia sul-americana em termos de políticas econômicas e sociais, buscando caminhos independentes dos modelos propostos por países hegemônicos, como os Estados Unidos. Esse esforço ocorre em um momento em que muitos países da região estão no auge de governos progressistas, favorecendo agendas que priorizam o fortalecimento do bloco regional e a defesa dos interesses comuns dos países membros (SERBIN, 2023) e refletem uma tentativa de encontrar alternativas ao modelo predominantemente neoliberal, promovendo políticas que priorizem o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social (GUDYNAS, 2023).

Ambos os blocos visam criar um sistema econômico mais justo, no entanto, as nações da América Latina poderão reduzir a dependência de potências econômicas estrangeiras e promover o crescimento por meio de parcerias locais e regionais. Esse compromisso com a redução das desigualdades econômicas e sociais entre os membros dos países é essencial para os objetivos de longo prazo da CELAC e da UNASUL (REGALADO, 2018). No entanto, apesar dos objetivos promissores, a UNASUL e a CELAC enfrentam desafios significativos para se consolidarem como blocos autônomos e eficazes.

As divergências políticas internacionais e as mudanças de governo em vários

países dificultam a implementação de políticas comuns (TELES; COUTINHO, 2023). A direção de governos conservadores em alguns países, por exemplo, coloca em risco a continuidade das agendas de integração regional, pois muitos desses governos escolhem-se os interesses externos em detrimento dos projetos de autonomia regional (UNASUL, 2018). Outrossim, a falta de uma estrutura institucional sólida e a dependência de acordos voluntários, o que dificulta a criação de mecanismos de governança mais eficazes e também a ausência de um sistema vinculativo e de avaliação para os países que não cumprem as resoluções do bloco contribui para uma fragilidade na implementação dos objetivos da UNASUL e da CELAC.

Ainda assim, ambos os blocos procuram consolidar uma plataforma de diálogo que permita construir um futuro mais coeso para a região, mesmo que os avanços sejam graduais e enfrentem resistência (SILVA, 2022).

5.1 Políticas e estratégias

A UNASUL e a CELAC adotaram políticas e estratégias para a integração e o desenvolvimento regional, buscando estabelecer uma unidade política e econômica entre seus países-membros. A UNASUL, por exemplo, criou o Conselho de Defesa Sul-Americano como uma medida para garantir a paz e a estabilidade na região, permitindo uma resposta coletiva e independência às ameaças externas. Essa iniciativa buscou fortalecer a defesa regional, promovendo uma visão estratégica comum que priorizasse os interesses da América do Sul em detrimento das intervenções externas (KLACHKO, 2017). Com isso, a UNASUL tentou solidificar uma integração que fosse além das esferas econômica e comercial, abrangendo também a segurança e a soberania dos países envolvidos.

Outro esforço significativo de ambas as organizações foi direcionado ao desenvolvimento econômico sustentável e à redução das desigualdades sociais. A CELAC, em particular, distribuiu programas de cooperação em áreas como educação, saúde e combate à pobreza, melhorando as condições de vida nos países membros e promovendo um desenvolvimento inclusivo. Essa abordagem não apenas fomentou a colaboração em políticas sociais, mas também reforçou o compromisso com uma integração que coloca o bem-estar das populações locais no centro de suas estratégias (SILVA, 2022). Dessa forma, a CELAC procura criar um ambiente em que o desenvolvimento econômico esteja alinhado às necessidades sociais e culturais dos países da América Latina e do Caribe.

A UNASUL e a CELAC também adotaram políticas para fortalecer a integração comercial e econômica na região, diminuindo a dependência econômica em relação às potências globais. A UNASUL, por exemplo, buscou criar uma infraestrutura de transporte e logística comum, facilitando o comércio e a circulação de bens e serviços entre os países sul-americanos. Essa estratégia visava promover uma economia mais resiliente e interconectada, permitindo que os países da região tivessem maior autonomia e competitividade no cenário global (BORON, 2023; ROBERTS, 2023). A integração econômica, nesse sentido, aparece como um dos pilares para o fortalecimento do bloco e para a redução das desigualdades econômicas entre as nações.

Apesar dos avanços, essas estratégias enfrentam desafios importantes, incluindo divergências políticas internas e a alternância de governos com agendas distintas. A liderança de governos mais conservadores em alguns países da América Latina enfraqueceu a continuidade dos projetos da UNASUL e da CELAC, dificultando a implementação de políticas unificadas (ARCE; MANGONNET, 2023). Essa falta de cooperação interna demonstra a fragilidade das iniciativas de integração, que muitas vezes dependem da estabilidade política e do comprometimento dos líderes regionais com os objetivos do bloco. Mesmo assim, as organizações continuam a tentar superar essas barreiras, promovendo diálogos constantes e reafirmando o compromisso com a integração. Por fim, as políticas e estratégias adotadas pela UNASUL e CELAC refletem um esforço contínuo para alcançar um modelo de desenvolvimento independente e sustentável para a América Latina e o Caribe (ARCE; MANGONNET, 2023).

Embora as dificuldades internas e externas desafiem a solidez desses blocos, a busca por uma integração econômica e social que se opõe às imposições neoliberais e valoriza a identidade regional persiste como um objetivo essencial (AMORIM, 2013). Com uma abordagem gradual e adaptável, a UNASUL e a CELAC continuam a trabalhar para construir uma América Latina mais forte e independente, promovendo políticas que não busquem apenas a integração, mas também o respeito à soberania e à diversidade de cada país (FIORI, 2014).

5.2 Desafios

A UNASUL e a CELAC enfrentaram desafios importantes para consolidar suas agendas de resistência ao neoliberalismo, especialmente devido à falta de coesão política entre seus membros. As mudanças de governo nos países da América Latina – com alternância entre administrações progressistas e conservadoras – criam obstáculos à

continuidade de políticas comuns e dificultam a construção de uma visão regional integrada. Essa alternância levou alguns governos a se afastarem dos princípios de autonomia e integração defendidos por esses blocos, limitando a eficácia de ações conjuntas e minando a unidade a necessidade para resistir às pressões neoliberais (SANAHUJA, 2023; BORON, 2023).

Outro desafio crucial enfrentado pela UNASUL e pela CELAC é a falta de uma estrutura institucional sólida, que limita a implementação de políticas de integração de forma efetiva. Diferentemente de blocos como a União Europeia, que possui uma organização consolidada e mecanismos vinculativos para a tomada de decisões, a UNASUL e a CELAC dependem fortemente da cooperação voluntária de seus membros. Essa estrutura frágil torna difícil a criação de políticas resistentes e eficazes, enfraquecendo a tentativa de construção de uma agenda autônoma de desenvolvimento regional (SERBIN, 2023; SILVA, 2022).

A dependência econômica dos países latino-americanos nas relações com os mercados e capitais estrangeiros também representa um grande obstáculo para a consolidação das agendas da UNASUL e da CELAC. A necessidade de manter relações comerciais e financeiras com grandes potências econômicas muitas vezes leva os países a adotarem políticas econômicas neoliberais, mesmo contra os objetivos de independência e resistência promovidos por esses blocos. Assim, a integração econômica regional permanece incompleta, e os interesses específicos externos continuam a influenciar as políticas nacionais, dificultando o fortalecimento das economias locais (BULMER-THOMAS, 2022).

Além disso, os blocos enfrentam dificuldades na promoção de uma identidade regional comum que permite a cooperação e a integração entre países com culturas, histórias e prioridades políticas diversas. Embora a UNASUL e a CELAC visem promover uma identidade latino-americana solidária, a diversidade cultural e as rivalidades históricas entre alguns países tornam complexa a criação de um consenso sobre as políticas regionais. Essa falta de identidade unificada enfraquece as tentativas de construir uma resistência coesa contra as políticas neoliberais e limita o alcance das estratégias de integração (ARCE; MANGONNET, 2023).

O financiamento e a sustentabilidade financeira das iniciativas propostas pela UNASUL e pela CELAC também são barreiras específicas e importantes. Muitos países da região enfrentam desafios econômicos internos e têm dificuldade para investir em projetos regionais de longo prazo. Essa limitação orçamentária afeta diretamente a

capacidade desses blocos de implementação de projetos que poderiam fortalecer a integração regional e reduzir a dependência externa, como investimentos em infraestrutura, segurança e desenvolvimento social (SANAHUJA, 2023; GUDYNAS, 2023).

A influência de potências externas e organizações internacionais na política interna de países da América Latina representa mais um desafio para a UNASUL e a CELAC. Pressões de instituições como o FMI e o Banco Mundial, que tradicionalmente promovem políticas neoliberais, dificultam a implementação de políticas inovadoras e de resistência ao neoliberalismo. Muitos governos acabam adotando medidas de austeridade e reformas neoliberais para atender às exigências dessas instituições, o que vai contra os princípios defendidos pelos blocos regionais (SERBIN, 2023).

Apesar desses desafios, a UNASUL e a CELAC continuam a promover o diálogo e a cooperação entre os países da América Latina, buscando superar as barreiras estruturais e políticas que limitam seu potencial. Esses blocos permanecem comprometidos com a construção de uma alternativa ao modelo neoliberal, defendendo políticas que priorizem o desenvolvimento regional e o bem-estar das populações locais. Embora o caminho seja complexo e permeado por obstáculos, a tentativa de consolidar uma América Latina mais integrada e autônoma ainda é uma prioridade para ambos os blocos (BORON, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período pós-Segunda Guerra Mundial na América Latina foi caracterizado por significativas transformações políticas, econômicas e sociais, que estiveram fortemente influenciadas pelas mudanças no cenário global. Com a devastação da Europa e a reconfiguração do sistema capitalista mundial, a América Latina emergiu como uma região estratégica para a produção de matérias-primas e recursos naturais. Nesse contexto, países como o Brasil e o México adotaram políticas econômicas voltadas para a substituição de importações (ISI), visando reduzir a dependência de produtos estrangeiros e impulsionar a industrialização interna. Além disso, o período foi marcado pela ascensão de governos populistas e reformistas, que buscaram implementar políticas sociais mais inclusivas. Exemplos notáveis incluem o governo de Getúlio Vargas no Brasil, com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e o governo de Juan Domingo Perón na Argentina, que ampliou os direitos trabalhistas e promoveu a industrialização no país.

A Guerra Fria teve um impacto considerável na América Latina, que se tornou um campo de disputa ideológica entre os blocos capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e socialista, sob a liderança da União Soviética. Esse contexto resultou no fortalecimento da influência dos Estados Unidos na região, com iniciativas como a Aliança para o Progresso, que buscava promover reformas econômicas e sociais para evitar a expansão do comunismo. Simultaneamente, a União Soviética procurou expandir sua influência, com destaque para Cuba, que, após a Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, tornou-se um símbolo do regime socialista e inspirou movimentos de resistência em países como Guatemala e Bolívia. Embora o início do período pós-guerra tenha sido marcado por algumas experiências democráticas e reformas sociais, o cenário da Guerra Fria e a crescente polarização ideológica resultaram também no fortalecimento de regimes militares e ditaduras em diversas partes da região. Em vários casos, esses regimes foram sustentados por golpes militares apoiados pelos Estados Unidos, como nos exemplos do Brasil (1964), Chile (1973) e Argentina (1976), onde regimes autoritários assumiram o poder, interrompendo processos democráticos e impondo severas repressões políticas.

O contexto político dos anos 1970 foi profundamente marcado pela ascensão dessas ditaduras militares que implementaram reformas econômicas radicais para enfrentar o declínio econômico originada pela crise do petróleo de 1973, que elevou os preços do petróleo e afetou a economia global, o gerou inflação, desemprego e dificuldades econômicas em muitos países, incluindo na América Latina. Os governos da região, em sua maioria autoritários, começaram a buscar novas estratégias para estabilizar suas economias e promover crescimento. Esses ajustes, conhecidos como "ajustes estruturais", foram frequentemente impostos por meio de pacotes econômicos, com a aprovação de organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que condicionavam empréstimos a políticas de austeridade e reformas neoliberais. A ideia de neoliberalismo se consolidou como uma abordagem econômica dominante, baseada em princípios de desregulamentação do mercado, redução da intervenção estatal na economia e a promoção do livre comércio, entretanto teve efeitos profundos, pois a região experimentou um movimento simultâneo de autoritarismo político e liberalização econômica. Tal reestruturação buscava, em grande parte, estabilizar as economias, mas também resultou em um aumento da repressão política, com violação dos direitos humanos e supressão de movimentos de resistência.

Especialmente em resposta ao crescente movimento de protesto, às

reivindicações de democracia e aos avanços sociais e econômicos promovidos por setores progressistas e de esquerda, ocasionou o que chamamos de reação conservadora na década de 1980. Após a crise econômica dos anos 1970, houve uma forte defesa de políticas econômicas neoliberais, com o intuito de combater a inflação e a recessão, movimento impulsionado por elites e grupos empresariais que viam a necessidade de reduzir o papel do Estado na economia, privatizar empresas estatais e adotar políticas de austeridade. Ademais, muitos setores conservadores passaram a apoiar regimes autoritários ou híbridos para combater o que viam como ameaças comunistas ou socialistas. Em países que estavam saindo de ditaduras militares, como no Brasil e na Argentina, a reação conservadora foi também uma resistência à abertura política e à ampliação das liberdades democráticas, desenvolvendo movimentos de trabalhadores, indígenas e outras minorias enfrentaram resistência de forças conservadoras que tentavam manter o status quo ou reverter algumas das conquistas sociais.

A Reação Conservadora nos anos 1980 também esteve alinhada com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos, que, no contexto da Guerra Fria, buscavam conter o avanço de ideologias de esquerda na América Latina, o que incluiu o apoio a regimes autoritários ou transições controladas que garantissem uma economia de mercado e a estabilidade política frente ao avanço de movimentos revolucionários, como no caso da Revolução Sandinista na Nicarágua. Ronald Reagan que assumiu a presidência dos Estados Unidos em 1981, adotou uma política econômica baseada no neoliberalismo a qual como já sabemos foi exportada para a América Latina com o objetivo de estabilizar as economias da região mas também fortalecer o apoio dos Estados Unidos a regimes autoritários e militares na região latinoamericana, com o argumento de que eram necessários para combater a ameaça comunista, incentivando a repressão a movimentos revolucionários na América Central, especialmente em países como El Salvador e Guatemala.

Outra figura importante para o período foi Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990 a qual foi uma das maiores defensoras do neoliberalismo em escala global, sua visão era radicalmente oposta à do consenso keynesiano que havia predominado desde a década de 1940. A ascensão do individualismo e do capitalismo de mercado livre alterou a paisagem cultural e social do Reino Unido. A ênfase no "self-made man" (indivíduo que constrói seu sucesso sozinho) refletiu uma mudança para uma sociedade mais orientada para o mercado e menos para o coletivo. As reformas introduzidas por Thatcher favoreceram as classes mais altas e os

setores financeiros, enquanto as regiões mais industrializadas e os trabalhadores com salários mais baixos sofreram com o desemprego e a perda de poder aquisitivo. A aliança política entre Ronald Reagan e Margaret Thatcher fortaleceu o movimento conservador global em resposta à ascensão de movimentos democráticos e progressistas na América Latina, buscando restaurar a ordem econômica liberal, fortalecer o papel do mercado e resistir a mudanças sociais que ameaçavam os interesses das elites.

Frente ao contexto histórico, o neoliberalismo surgiu como uma proposta de substituir o keynesianismo por uma abordagem baseada nos princípios do livre mercado, concorrência e redução da intervenção estatal. Economistas como Milton Friedman, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises foram influentes na formulação dessas ideias, que se opunham ao controle estatal da economia, argumentando que os mercados funcionariam melhor sem a intervenção do governo. Nos anos 1980 e 1990, o neoliberalismo também se associou à globalização econômica, com a crescente liberalização do comércio e o avanço das tecnologias de comunicação e transporte facilitaram a integração dos mercados financeiros e de bens e serviços ao redor do mundo. Logo, organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial passaram a promover o neoliberalismo como modelo para o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento, especialmente após a queda do bloco soviético em 1991 e o colapso do socialismo estatal.

Para que o neoliberalismo pudesse ser disseminado para outros países, ou para que a América Latina também fosse doutrinação pela hegemonia americana para fins econômicos, criou-se uma série de recomendações, a qual foi intitulada Consenso de Washington para aplicação prática do neoliberalismo na região. Tais medidas refletiram a visão de que a abertura econômica, a privatização e o controle fiscal eram fundamentais para o desenvolvimento, mas também evidenciou os custos sociais e econômicos dessa abordagem, o que gerou uma crescente resistência e um movimento em direção a alternativas mais equilibradas.

No caso do Chile, por exemplo, após o golpe de 1973, o regime de Augusto Pinochet implementou uma série de reformas econômicas com apoio de economistas conhecidos como Chicago Boys, que promoveram a liberalização da economia, cortes de gastos públicos e privatizações. As reformas neoliberais adotadas durante a reestruturação tiveram impactos significativos nas populações dos países latino-americanos, pois a redução de programas sociais, o aumento das desigualdades econômicas e a maior precarização do trabalho geraram grandes tensões sociais. Embora

a liberalização econômica tenha impulsionado alguns setores e empresas, ela também resultou em altos índices de pobreza e desigualdade na América Latina.

Outrossim, a orientação neoliberal do governo de Carlos Menem na Argentina (1989-1999), inicialmente foi eleito como um político do Partido Justicialista (Peronista), surpreendeu a muitos ao adotar uma agenda econômica de mercado livre, com ênfase em privatizações, desregulamentação, e abertura comercial. Contudo, a desindustrialização, as privatizações, a abertura comercial sem proteção para a indústria local e o aumento da dívida externa contribuíram para uma economia vulnerável e desequilibrada. As desigualdades sociais aumentaram, a pobreza se expandiu, e a crise de 2001 demonstrou a fragilidade do modelo econômico implantado por Menem.

No Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) implementou uma série de reformas neoliberais, com o objetivo de modernizar a economia brasileira e reduzir a intervenção estatal. No entanto, essas políticas tiveram uma série de impactos negativos sobre a sociedade e a economia do país, principalmente em termos de desemprego, desigualdade social, enfraquecimento da indústria nacional e desconfiança nas instituições políticas. Essas consequências, junto ao impacto do Plano Collor, contribuíram para a impopularidade do governo e para o processo de impeachment, que resultou no afastamento de Fernando Collor da presidência em 1992.

O governo de Carlos Andrés Pérez na Venezuela (1989-1993) foi um dos momentos mais emblemáticos da implementação do neoliberalismo no país, especialmente com a adoção de um pacote de reformas econômicas conhecido como o "*Paquete Azul*", que incluiu medidas de privatização, liberalização econômica, corte de subsídios e abertura comercial. O aumento da desigualdade social, a desindustrialização, a inflação elevada, a privatização de empresas estratégicas e o endividamento externo foram alguns dos principais impactos negativos desse modelo econômico. Além disso, a repressão violenta aos protestos sociais e a instabilidade política gerada pelo descontentamento popular enfraqueceram o governo e ajudaram a criar um clima de insatisfação generalizada. Essas políticas, em última análise, contribuíram para a crescente polarização social e política na Venezuela, e prepararam o terreno para a ascensão de movimentos políticos como o de Hugo Chávez, que propunham uma alternativa ao neoliberalismo.

Não obstante, o governo de Carlos Salinas de Gortari no México (1988-1994) que também foi marcado por uma adesão intensa ao modelo neoliberal, adotou políticas que modernizaram setores-chave da economia mexicana, mas também criaram uma série

de problemas estruturais. As privatizações, a abertura comercial, a liberalização do mercado e o aumento da dívida externa resultaram em uma dependência maior do México em relação aos Estados Unidos, exacerbando as desigualdades econômicas e sociais. Ainda, o crescimento dos níveis de pobreza, a desindustrialização, o desemprego e a precarização das condições de trabalho foram alguns dos principais impactos negativos da implementação dessas políticas.

Por fim, as políticas neoliberais elaboradas por Fujimori no Peru (1990-2000), trouxeram alguns benefícios imediatos, como o controle da inflação e o crescimento econômico, elas tiveram uma série de consequências negativas para a maioria da população peruana. As políticas de privatização, austeridade fiscal e abertura comercial contribuíram para a concentração de renda, o aumento das desigualdades sociais, a precarização do trabalho e o enfraquecimento dos serviços públicos. Além disso, o autoritarismo e a repressão política do governo Fujimori pioraram ainda mais o quadro de instabilidade e desconfiança na política peruana. O legado de seu governo, portanto, é ambíguo, com avanços econômicos para alguns setores, mas com profundas desigualdades e crises sociais para a maioria da população.

Levando em consideração o exposto, é notório que o neoliberalismo trouxe crescimento econômico para muitos países, especialmente as economias avançadas, ele também exacerbou a desigualdade de renda e riqueza. A ênfase em mercados livres e a desregulamentação frequentemente beneficiaram os mais ricos e as grandes corporações, enquanto muitos trabalhadores e classes mais baixas enfrentaram precarização do trabalho e perda de direitos, o que levou a um enfraquecimento do estado de bem-estar social em muitos países, com cortes em serviços públicos essenciais e o aumento da privatização. Nesse sentido, ainda, podemos dizer que a liberalização financeira e a desregulamentação de mercados financeiros levaram, em alguns casos, a crises econômicas. A crise da dívida latino-americana nos anos 1980, a crise financeira asiática de 1997 e a crise financeira global de 2008 são frequentemente atribuídas, em parte, a políticas neoliberais de desregulamentação e abertura financeira.

Portanto, do ponto de vista econômico, o neoliberalismo ajudou a criar uma era de capitalismo financeiro, com uma crescente predominância dos mercados financeiros e da especulação em relação à produção de bens e serviços. A economia globalizada tornou-se mais volátil, com crises financeiras frequentes e a crescente influência de grandes empresas transnacionais. Sendo assim, podemos afirmar que neoliberalismo tende a aumentar a desigualdade social e econômica, concentrando a riqueza nas mãos

de uma pequena elite global, desestrutura os serviços públicos essenciais, prejudicando o acesso à saúde, educação e segurança social para os mais pobres, ao mesmo tempo que também é responsável por desregular setores cruciais, o que pode levar a crises financeiras e ambientais.

O impacto das políticas neoliberais nas economias da América Latina criaram profundos obstáculos, particularmente no contexto dos processos de integração regional, como o Mercosul e a Comunidade Andina. Tal a repercussão das medidas neoliberais foram responsáveis por fomentar a criação do que Chomsky (2007) denomina de terceiro mundo. Nesses locais, as consequências dessas ações foram desastrosas (Chomsky, 2007), retardando o processo de desenvolvimento e constituindo um estado de dependência econômica e vulnerabilidade social, que dificultou a consolidação de políticas de desenvolvimento sustentável e aprofundou as desigualdades regionais.

Com a adoção generalizada das políticas neoliberais a partir da década de 1990 muitos países da região buscaram abrir suas economias ao capital externo, liberalizar o comércio e reduzir o papel do Estado na economia (Bresser-Pereira, 2002). Essas mudanças foram amplamente promovidas como soluções para as crises econômicas e como meios de modernizar as economias locais da segunda metade do século XX. Contudo, embora o neoliberalismo tenha trazido benefícios em termos de crescimento de curto prazo em alguns setores, os reflexos econômicos dessas políticas na América Latina foram controversos, gerando crises econômicas graves e intensificando desigualdades sociais.

Uma das abordagens neoliberais foi a criação de blocos econômicos, e, na América Latina, o Mercosul desempenhou um papel central nesse processo. Criado em 1991, surgiu com o objetivo de promover o livre comércio e a cooperação econômica entre seus membros (Brasil, 1991), mas suas primeiras décadas foram marcadas por dificuldades econômicas que colocaram à prova a viabilidade do bloco, que viu-se limitado por uma estrutura orientada pelo neoliberalismo que priorizava o comércio em detrimento de uma união econômica mais coesa e resiliente.

Da mesma forma, a Comunidade Andina, estabelecida em 1969, enfrentou desafios semelhantes ao tentar integrar economicamente seus membros sob políticas neoliberais, que embora tenham inicialmente prometido modernizar as economias nacionais, acabaram por expor ainda mais suas vulnerabilidades. A liberalização econômica e a redução do papel do Estado deixaram as economias dos países membros à mercê das oscilações do mercado global e reforçaram uma dependência excessiva de

commodities, limitando a capacidade de crescimento sustentável e independente da região. Além disso, a falta de coordenação regional para enfrentar crises econômicas e de instrumentos institucionais robustos evidenciou uma carência estrutural que prejudicou a coesão do bloco. A ausência de políticas de integração fiscal e monetária e de investimentos estratégicos em infraestrutura limitou a capacidade da Comunidade Andina de competir e se desenvolver no cenário global.

Assim, o fortalecimento da integração regional na América Latina exigirá uma reavaliação das políticas neoliberais e a implementação de uma estrutura de cooperação mais sólida, que considere as especificidades socioeconômicas dos países membros, buscando reduzir suas vulnerabilidades e construir uma base econômica mais resiliente e inclusiva para o bloco. Para isso, organizações como a UNASUL e a CELAC representam a busca por um modelo alternativo que valorize a soberania dos Estados, a cooperação mútua e o desenvolvimento social. Segundo Sader (2009), compreender essas resistências é essencial para contextualizar os avanços e retrocessos na política latino-americana contemporânea, especialmente em um cenário em que as pressões internacionais dificultam o fortalecimento dessas iniciativas.

A criação de blocos regionais específicos para a autonomia e o fortalecimento interno possibilita vislumbrar uma alternativa de integração que não depende exclusivamente das diretrizes internacionais. Nesse sentido, a UNASUL e a CELAC são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e soberano. Esses blocos representam uma oportunidade de união, fortalecimento político frente aos desafios globais e apresentaram-se para a resistência ao neoliberalismo na América Latina ao promoverem uma integração regional autônoma e voltada para o desenvolvimento social, embora enfrentam obstáculos significativos decorrentes de pressões políticas e econômicas externas.

A UNASUL e a CELAC representam esforços significativos de resistência ao neoliberalismo na América Latina, ao buscarem a autonomia regional e a promoção do desenvolvimento inclusivo. Essas organizações surgem como alternativas que rejeitam as imposições de políticas neoliberais, proporcionando um espaço para o diálogo e a cooperação entre os países latino-americanos. Embora haja desafios, como a instabilidade política e a pressão externa, essas entidades simbolizam uma alternativa relevante para a região.

Os avanços dessas iniciativas, apesar das dificuldades, demonstram que a integração regional é uma ferramenta poderosa para enfrentar o neoliberalismo e

promover políticas que priorizem o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. Segundo Sader (2009), o fortalecimento dessas organizações poderá representar uma mudança significativa no cenário geopolítico latino-americano, consolidando a região como um ator mais autônomo e coeso. A continuidade e o sucesso da UNASUL e da CELAC dependem, em grande parte, do compromisso dos países-membros em promover uma integração que valorize a soberania e o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, I. D. P. **Política de defesa em perspectiva comparada: a percepção de ameaças em potências regionais**. São Paulo/Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

ADLER, Gustavo; SOSA Sebastián. **Latin America's Commodity Dependence: What if the Boom Turns to Bust?** IMF Blog, 01 nov. 2011.

AMORIM, C. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá. 168 p. 2013.

AMSDEN, Alice. **A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental**. Revista de Economia Política, vol. 12, nº 1 (45), p. 134-141, 1992.

ANDOLINA, R., & Radcliffe, AS. **Movimentos indígenas e a esquerda latino-americana: além da maré rosa**. Estudos Étnicos Latino-Americanos e Caribenhos, 17(1), 47-63. 2022.

ARANA, Roberto; SANCHEZ, Margarita. **La comunidad andina de naciones y la integración latinoamericana: balance y perspectivas para el nuevo siglo**. Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, Integração Regional, São Paulo. s.d, 2011.

ARCE, M., & Mangonnet, J. **Competitividade e protesto subnacional na América Latina**. Cambridge University Press. 2023.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BAER, Werner. **A economia brasileira: uma abordagem profunda da economia brasileira até 2008**. Nobel, São Paulo, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BÁRCENA, Alicia, et al. **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. Santiago: CEPAL, 2009.

BARROS, Cláudia. **Neoliberalismo e suas Consequências Sociais: Um Olhar para o Brasil e o Peru**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2023.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** PUC Goiás, 1994.

BAUMANN, Renato. **Mercosul: Avanços e Desafios da Integração.** Brasília: IPEA, 2001.

BERNARDI, Bernardo. **Petróleo e poder no sistema mundo: a era do petroyuan?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2019.

BORON, AA. **A economia política do neoliberalismo e da resistência na América Latina.** Economic and Political Weekly, 58(5), 23-29. 2023.

BOUZAS, Roberto; DA MOTTA VEIGA, Pedro. **The Politics of Mercosur Economic Integration.** Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **UNASUL.** 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto n. 350, de 21 de novembro de 1991.** Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL), em 30 de outubro de 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?** Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, p. 3-23, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967.** Zahar Editores, ed.1, Rio de Janeiro Zahar Editores, 1968.

BULMER-THOMAS, V. **A ascensão e o declínio do neoliberalismo na América Latina.** Journal of Economic Perspectives, 36(4), 95-118. 2022.

CANO, Wilson. **Desindustrialização na América Latina: um processo histórico e suas consequências econômicas.** 2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, 2024.

CARNEIRO, Ricardo. **Acumulação fictícia, especulação e instabilidade financeira (Parte II: uma reflexão sobre a financeirização a partir da literatura contemporânea).** Economia e Sociedade, Unicamp, Campinas, 2020.

CARRANZA, Mario E. **Mercosur, the Global Economic Crisis, and the New Architecture of Regionalism in the Americas.** Latin American Perspectives, v. 37, n. 6, p. 115–135, 2010.

CARVALHO, Daniela. **Políticas Neoliberais e a Questão Social na América Latina.** Recife: Editora Massangana, 2019.

CEPAL. **La pobreza en America Latina: Dimensiones y Politicas.** Santiago: Naciones Unidas, 1999.

COELHO, Anelise. **Política Externa dos Estados Unidos em Relação à América Latina na administração de Harry S. Truman.** Relações Internacionais no Mundo

Atual, Curitiba, n. 11, p. 159-185, 2010.

COLLINS, Randall. **Transformando a América: Política e Cultura Durante os Anos Reagan**. Columbia University Press, ed. 1, New York, 2007.

COSTA, Henrique. **A América Latina no Contexto do Neoliberalismo Global**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

COSTA, Victor Luiz Oliveira. **Neoliberalismo em quadro: o governo Thatcher em "V de vingança"**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

DA SILVA, Rodolfo. **A busca pelo desenvolvimento na América Latina: do pós-guerra ao século XXI. 2010**. Curso de Ciências Econômicas (Setor de Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DA SILVA, Rodrigo. **Era Reagan: política externa, militarização e conservadorismo**. VI Congresso Internacional de História, Maringá, 2013.

DA SILVA, Vicente. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961- 1964)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DALIO, Danilo. **Argentina, Brasil e Estados Unidos: notas sobre a política externa de Perón e Vargas**. Revista de Iniciação Científica da FFC, 2008.

DATHEIN, Ricardo. **Economia e Finanças Internacional: de Bretton Woods à globalização financeira e depois**. Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 2002.

DIAS, Robson; NETO, Romeu. **Uma análise das transformações espaciais decorrentes da passagem do regime fordista para os regimes flexíveis de acumulação**. Revista Vértices, v.6, n.2, Rio de Janeiro, 2004.

DIEHL, R. C.; MENDES, J. M. R.. **Neoliberalismo y protección social en América Latina: salvando el capital y destruyendo el social**. Revista Katálysis, v. 23, n. 2, p. 235–246, maio 2020.

DOS SANTOS Jr, Luiz. **Ilusões Cognitivas, Consequências Reais: o processo decisório na tragédia do voo 655 da Iran Air, abatido pelo USS Vincennes**. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

DOS SANTOS, Nilton. **Granada: um pequeno povo que resolveu libertar-se...** Editora Arquimedes, 2ªed, Rio de Janeiro, 2023.

FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo. 277 p. 2014.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIORI, José Luís. **Sobre o Consenso de Washington**. Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Economia Industrial, RJ, 1995.

FONSECA, Pedro; HAINES, André. **Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón**. Scielo, 2013.

FRAGA, Géron. **Os boicotes aos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984) no contexto da Guerra Fria.** História, debates e tendências, v. 23, nº 3, p. 134-147, Passo Fundo, 2023.

GAMARRA, Jimena. **As mulheres indígenas como vítimas de violência nos Relatórios Finais das Comissões da Verdade da Guatemala e do Peru.** Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM), São Paulo, 2018.

GASPAR, Ricardo. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos.** Caderno Metrópole, São Paulo, p. 265-296, 2015.

Gil, AC (2021). **Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.).** São Paulo: Atlas.

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais.** Brasília, Editora da UNB, 2002.

GILPIN, R. **A Economia política das relações internacionais.** Brasília: Ed. UNB, 2002.

GONÇALVES, Lucas. **Neoliberalismo e o Consenso de Washington: Impactos na América Latina.** São Paulo: Editora Atlas, 2019.

GUDYNAS, E. **A Fronteira Extrativista e os Movimentos Sociais na América Latina: Da Resistência às Alternativas.** Perspectivas Latino-Americanas, 50(1), 28-45. 2023.

GUZZI, André. **As Relações EUA - América-Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas.** Programa de Mestrado em Relações Internacionais (UNESP – UNICAMP – PUC/SP), São Paulo, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

JOFFILY, Mariana. **Documentos dos EUA referentes às ditaduras do Cone Sul: desafios metodológico.** Revista da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores da História das Américas. nº. 25, p. 275-302, 2018.

KATTY, Sá. Guerra do Iraque e liberdade de informação através de Official Secrets. Boletim Historiar, vol. 08, n. 03, p. 101-104, 2021.

KLACHKO P, Arkonada K. **As Lutas Populares na América Latina e Os Governos Progressistas crises e desafios da atualidade.** São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo; 2017.

LAGO, Isabelle Mateos y; TAKAGI, Shinji; MARTIN, Ricardo; TAKEBE, Misa; COHEN, Benjamin. **Chapter 4 Lessons from the Argentine Crisis.** In: LAGO, Isabelle Mateos y; TAKAGI, Shinji; MARTIN, Ricardo; TAKEBE, Misa; COHEN, Benjamin (org.). The IMF and Argentina, 1991-2001. 1. ed. Washington: International Monetary Fund, 2004. p. 64-106.

LAGO, Tales; POZZATI Jr. Ademar. **Uso político do filme “Argo” e as violações de**

direito internacional no contexto histórico entre os Estados Unidos e o Irã. Estudos em Relações Internacionais, Editora FURG, Rio Grande, v.1, p.76-110, 2018.

LIMA, Ana Carolina; SIMÕES, Rodrigo. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil.** Revista de desenvolvimento econômico, Salvador (BA), nº 21, 2010.

MACEDO, Hélio. A Guerra das Malvinas e as perspectivas para a região sul-americana. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro (2018).

MALAMUD, Andrés. **Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience.** In: Comparative Regional Integration: Theoretical Perspective, Finn Laursen. Aldershot: Ashgate, 2003.

MALAN, Pedro. **Uma Crítica ao Consenso de Washington.** Brazilian Journal of Political Economy, 1991.

MANZETTI, Luigi. **Accountability And Corruption In Argentina During The Kirchners' Era.** Latin American Research Review, v. 49, n. 2, 2014, p. 173–95. JSTOR.

MARTINS, André. **Anotações sobre a Intervenção na Guatemala em 1954: uma análise de suas projeções sobre as práticas sistemáticas de violação aos direitos de asilo e refúgio durante a guerra fria.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, V.10, N.2, 2016.

MARTINS, Carlos. **Neoliberalismo Na Argentina: O Impacto Da Conversibilidade No Balanço De Pagamentos E Na Dívida Externa.** In: Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica, 7º edição ,2018, Ribeirão Preto.

MATTOS MB. **O capitalismo no Brasil contemporâneo.** fev 2017

MIKESELL, Raymond. **Problemas de exportação dos países latinoamericanos.** Revista Brasileira de Economia, 1962.

MORAES, Reginaldo. **O legado de Margareth Thatcher.** Conjuntura Internacional, 2013.

NETO, Roberto. **Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992).** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais (PUC-SP, UNESP E UNICAMP), São Paulo, 2015.

NETO, Roberto. **O Neoconservadorismo nos Estados Unidos da América: As idéias de Irving Kristol e a experiência política no governo Ronald Reagan (1981 - 1989).** Revista de História, n. 18, São Paulo, 2021.

NITSCH, Manfred. **Teoria Econômica e Dívida Externa Latino-americana.** Instituto de Estudos Latino-americanos, 1992.

NOLTE, D. **Como comparar poderes regionais: conceitos analíticos e tópicos de pesquisa.** Review of International Studies, v.36, pp.881-901. 2010.

OCAMPO, José Antônio. **Los paradigmas del desarrollo en la historia latinoamericana**. Hacia la revisión de los paradigmas del desarrollo en América Latina, Santiago, p.19-57, jun. 2008.

OLIVEIRA, Mariane; HOLZHACKER, Denilde. **Margaret Thatcher e a União Europeia: a política externa britânica e o papel das ideias**. 5º Seminário de Iniciação Científica ESPM, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Thiago. **Neoliberalismo e Política na América Latina**. 3.ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

OLIVEIRAS, E.; DOLCETTI-MARCOLINI, M. **Dois regionalismos, duas Américas Latinas ou além da América Latina? Contribuições de uma EIP crítica e decolonial**. *Third World Quarterly*, vol. 7, nº 13, 2015.

PALMA, José Gabriel. **Desindustrialización, desindustrialización “prematura” y “síndrome holandés”**. *El Trimestre Económico*, v. LXXXVI (4), nº. 344, 2019, pp. 901-966.

PALMA, José Gabriel. **Latinoamérica es la región con el menor crecimiento de la productividad en el mundo desde las reformas neoliberales**. La nueva trampa del ingreso medio: rentas fáciles no generan precisamente élites schumpeterianas. *El Trimestre Económico*, v. LXXXIX (3), nº. 355, 2022, pp. 943- 977.

PEREIRA, João. **Desafios Econômicos e Políticos Pós-Consenso de Washington**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

PEREIRA, Letícia. **Colômbia: as FARC e os diálogos de paz**. Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Série Conflitos Internacionais, São Paulo, v.2, 2015.

PERRY, Anderson. **Balço do neoliberalismo**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital no Século XXI**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.

PINHEIROS, Vinicius. **Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica**. Planejamento e políticas públicas (PPP), 1995.

PINTO, Bernardo. **As Reformas Liberais de Margaret Thatcher 1979-1990**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PINTO, Luiz. **Em silêncio eles esperam pela tempestade: o neoconservadorismo e a revolução nicaraguense**. Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2005.

PONTES, Beatriz. **Movimentos Sociais na América Latina: Da Teoria à Realidade**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 04, N. 01, 2015.

QUILICONI, C.; SALGADO, R. **Integração latino-americana: regionalismo à la carte em um mundo multipolar?** *Colômbia Internacional*, nº 92, p. 15-41, 2017.

RAMOS, Eduardo. **Estado e Mercado na América Latina: O Legado das Reformas Neoliberais**. Salvador: Editora da UFBA, 2020.

REGALADO R. **Fim de ciclo para a esquerda na América Latina?** Entrevista. Outras Palavras [internet]. ago 2018.

REINA, Mauricio. **Comercio y pobreza: análisis comparativo de la evidencia para América Latina**. CEPAL, Santiago, mayo 2008.

REIS, Vinicius. **América Latina e dependência: subordinação no contexto de financeirização do capital**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

RIBEIRO, Andressa. **Taylorismo, fordismo e toyotismo**. Revista Lutas Sociais, vol.19, n.35, p.65-79, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Elisa. **Crise, desenvolvimento e políticas de industrialização no Brasil de Getúlio Vargas**. Universitas Humanas, Brasília, v. 11, n. 1, p. 37-46, 2014.

ROBERTS, KM **Reforma de mercado e estabilidade política na América Latina**. Estudos Políticos Comparativos, 46(11), 1422-1445. 2023.

RODRIGUES, Pedro; DE OLIVEIRA, Ednéia. **A política antidrogas dos EUA como estratégia de controle econômico e político da América Latina**. Revista Mundo Livre, Rev. Mundo Livre, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 2, p. 254 - 270, 2021.

SADER, E., & Avelar, I. **A esquerda latino-americana na era pós-neoliberal**. Perspectivas latino-americanas, 49(6), 10-32. 2022.

SALOMON, M.; PINHEIRO, L. **Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 56, nº 1, p. 40-59, 2013.

SANAHUJA, JA **Regionalismo pós-neoliberal na América Latina: A ascensão e os desafios da UNASUL e da CELAC**. Revista de Estudos Políticos Latino-Americanos, 45(3), 405-425. 2023.

SANAHUJA, José Antonio. **Post-Liberal Regionalism in South America: The Case of UNASUR**. European Review of Latin American and Caribbean Studies, no. 85, 2008, pp. 3–16. Disponível em: <<https://cadmus.eui.eu/handle/1814/20394>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTO, Murillo; BALDASSO, Thiago. **A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã**. Revista Perspectiva, Porto Alegre, v. 10 n. 18, 2017.

SANTOS, Marina. **Consenso de Washington e Política Social: Consequências nas Estruturas Sociais da América Latina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2020.

SCHEMES, Cláudia. **A relação líder/massas nos governos Vargas e Perón**. História Revista, p. 27-36, 1998.

SERBIN, A. **Integração e a nova ordem política na América Latina: os papéis da UNASUL e da CELAC**. Latin American Research Review, 58(2), 143-162. 2023.

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos da. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor e no México de Carlos Salinas. O incremento da corrupção e seus custos sociais.** Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

SILVA, E. **Desafiando o Neoliberalismo na América Latina: Movimentos Sociais e a Política de Contenção.** Cambridge University Press. 2022.

SILVA, Roberto. **A Influência do Consenso de Washington na Política Externa Latino-Americana.** Brasília: Editora UnB, 2021.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. **“O duplo movimento” de Polanyi: comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense.** Observatório das Metrôpoles, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e Metrôpoles, n. 16. Rio de Janeiro, 2014.

SOARES CAMPOS, Rosana. **O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza.** Polis, Santiago, v. 16, n. 47, p. 329-351, ago. 2017 .

SOUZA, Amanda. **As Reformas Econômicas e os Reflexos Políticos na América Latina: Um Estudo das Décadas de 1980 e 1990.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

SPEKTOR, M. **O regionalismo do Brasil.** In: SORJ, B.; FAUSTO, S. (organizadores). **Brasil e América do Sul: olhares cruzados** Buenos Aires: Catálogos SRL e Plataforma Democrática. pp.161-98. 2011.

STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. **A História não contada dos Estados Unidos.** Faro Editorial, Barueri-SP, 2012.

SUGUIMOTO, Djmes; CASTILHO, Maria Augusta. **Chernobyl - A Catástrofe.** Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 316-322, 2014.

TADDEO, Luciana. **No aniversário de 20 anos do corralito, crise econômica ainda castiga argentinos.** CNN Brasil, Buenos Aires, 12 dez. 2021, Internacional.

TEIXEIRA, Vinicius. **A crise entre EUA e Irã: breve histórico e perspectiva.** Revista Boletim de Conjuntura, Roraima, 2020.

TELES, E., & Coutinho, C. **Movimentos Sociais e Resistência ao Neoliberalismo no Cone Sul.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 38(3), 102-118. 2023.

TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira; PRATES, Jane Cruz. **Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-1541, nov./dez. 2013.

UNASUL. **Tratado constitutivo da União de Nações Sul-americanas.** Brasília: [s.n.], p.15, 2018.

VAZ, Alcides Costa. **Mercosul aos dez anos: crescimento ou perda de identidade?** Rev. Bras. Polít. Int., Brasília, v.44, n.1, p.43-54, 2001.

VENDRUSCOLO, Laura; KÄFER, Schauana; DOS SANTOS, Cleyton. **A crise do**

petróleo de 1973:Um Estudo Sobre Seu Impacto na Economia Mundial e Brasileira. Faculdade La Salle, Lucas do Rio Verde, 2018.

VIGEVANI, T., et al. **O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 51, nº 1, p. 5-27, 2008.

WOLFF, Matheus. **Margaret Thatcher e os intelectuais do The Guardian: olhares sobre o legado da primeira-ministra para a sociedade britânica e para o mundo.** Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

YOUNG, Victor. **O Governo de Ronald Reagan (1981-1989) e a Consolidação da Nova Ordem Econômica Internacional.** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2018.

ZANONI, David. **E agora Reagan? O caso Irã-contras nas páginas da revista Veja (1986-1987).** Revista Dimensões, Universidade de Passo Fundo, v. 44, p. 121-152, 2020.